

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

VIOLÊNCIA NA MÍDIA E SEU IMPACTO NA VIDA DOS ADOLESCENTES

Reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública

Kathie Njaine

Rio de Janeiro

2004

**VIOLÊNCIA NA MÍDIA E SEU IMPACTO NA VIDA DOS ADOLESCENTES
REFLEXÕES E PROPOSTAS DE PREVENÇÃO SOB A ÓTICA DA SAÚDE
PÚBLICA**

Kathie Njaine

Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde
Pública da Fundação Oswaldo Cruz como
requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Ciências na área de Saúde Pública

Orientador:
Prof^a Dr^a Maria Cecília de Souza Minayo

Rio de Janeiro
2004

Catálogo na fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

N738v

Njaine, Kathie

Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes:
reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública.

/ Kathie Njaine. Rio de Janeiro: s.n., 2004.

[134]p.,ilus

Orientadora: Minayo, Maria Cecília de Souza

Tese de Doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública.

1. Violência - prevenção 2. Comportamento do Adolescente 3. Meios
de Comunicação de Massa 4. Grupo Social

CDD – 20.ed. – 303.6

*Ao meu pai (em memória), com
eterno carinho,*

*À minha mãe, por ensinar-me com
inteligência conjugar a liberdade
com respeito, e a generosidade
com a coragem para enfrentar as
adversidades da vida.*

Agradecimentos

À Profª Maria Cecília de Souza Minayo, orientadora e amiga, pela acolhida em todos os momentos e por guiar-me com firmeza nesta jornada.

À ENSP/FIOCRUZ e CNPq que contribuíram com a bolsa de doutorado para o desenvolvimento deste trabalho.

À FAPERJ, pelo apoio ao estudo sobre a mídia e a infração juvenil.

Ao Programa Cuidar, por possibilitar a minha participação com pesquisadora no processo de avaliação de sua implantação e no estudo sobre violência na escola.

Ao CLAVES, por proporcionar-me todas as condições para a realização desta tese.

Às amigas e amigos do CLAVES, Simone Gonçalves de Assis, Edinilsa Ramos de Souza, Suely Deslandes, Patricia Constantino e Romeu Gomes pelo constante intercâmbio de idéias.

Às amigas Joviana Avanci e Renata Pesce pela colaboração no trabalho de campo em São Gonçalo.

Às amigas Hynajara Boueris da Silva e Fátima Cristina L. dos Santos pelo apoio na normatização da bibliografia.

Aos amigos Marcelo Pereira, Marcelo Motta, João Paulo C. da Veiga, Juaci Vitório Malaquias, Nilton César dos Santos e Cláudio Felipe R. da Silva pela ajuda na informática.

Aos demais amigos do CLAVES pelo carinho constante.

Às minhas irmãs, sobrinhos e sobrinhas e cunhados, pelo carinho e lealdade.

Aos amigos e amores que compartilham a vida.

Aos jovens, minha sincera gratidão.

Às direções das escolas, pela gentileza em autorizar os trabalhos de campo.

RESUMO

Esta tese busca evidenciar as condições de produção e consumo da violência na mídia e sua interação com os adolescentes no Brasil. Seu intuito estratégico é contribuir para a reflexão e formulação de propostas de prevenção da violência na mídia, no campo da saúde pública. Realizada sob a forma de quatro artigos, a tese se fundamenta em pesquisas qualitativas sobre o significado da violência na mídia, particularmente a escrita e a televisionada, e como esse mundo simbólico influencia os adolescentes. A mídia é considerada como um fator mediador, compreendido como importante na construção da identidade social e cultural dos adolescentes em determinados contextos e na luta pela sua afirmação. A hipótese é de que um maior conhecimento social e antropológico desse grupo etário em sua interação com a mídia contribui para a compreensão da construção da imagem e da notícia que afeta o adolescente, o que pode indicar formas mais eficazes de prevenção da violência. Concluiu-se que: (a) falta uma consciência pública sobre essa problemática; (b) a violência na mídia apresenta relação importante com o ambiente escolar, principalmente quando a escola se localiza em comunidades violentas e os educadores não promovem o debate adequado sobre a questão; (c) ela também interfere no convívio familiar e afeta o cotidiano dos adolescentes; (d) pode influenciar na violência policial contra os jovens ao reforçar a imagem que associa os adolescentes das camadas populares a possíveis "marginais". Apesar de manter um nível expressivo de violência na programação e apresentar uma noção de prevenção não totalmente clara, a televisão vem abrindo espaço para mensagens voltadas para a promoção da saúde dos jovens e promovendo uma ampla socialização de informações essenciais que têm contribuído para o questionamento sobre as formas crônicas de violência. Procura-se demonstrar a necessidade de uma parceria com a mídia na atuação da prevenção da violência em todos os níveis e recomendar propostas consideradas essenciais de serem adotadas pelo setor saúde.

ABSTRACT

In this thesis I have tried to show the violence's condition of production and consume in the media and the way teenagers get in touch with it in Brazil. Strategically, it intend to contribute for the formulation of violence prevention proposals in the media by the health public area. Organized in four articles, this thesis is based in qualitative researches of the violence's meaning in the media, and intend to understand the way this symbolic approach influence teenagers specially in a written form or in the television procedure. The media is considered a mediator factor, which is seen as an important tool that influences the construction of social and cultural identity in the teenager group, in different contexts, helping them to reach self-affirmation. The hypothesis is that a major social and anthropological knowlegde of the interacion between this group and the media will help to understand the image construction and the news that affect the adolescentes, and it also can indicate better forms of violence prevention. This investigation reached the following conclusions: (a) there is a lack of public consciousness toward this problem; (b) the media's violence has an important role in the school environments, specially when the school is from violent communities and the respective educators do not promote an adequate debate about this question ; (c) it also affect the family life and the teenagers daily activities; (d) it can influence the police's violence action against young people by reinforce the image that associate teenagers from poor communities to the stereotype of 'marginal'. Although the television tend to show a right level of violence in their regular programs, without a clear understanding of prevention strategies, it has been opening more and more spaces for messages to promote health between young people, and to socialize essential information about chronic forms of violence. Finally, I tried to demonstrate the need to establish partnership programs with the media in order to enhance violence prevention's in all levels and stimulate proposals which is considered essential in public health area.

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO -----	01
1.1 – Definição do objeto de estudo	
• Violência e adolescência no Brasil e Estado do Rio de Janeiro	
• Violência na e da mídia	
• Aspectos formadores da identidade social do adolescente na cultura da mídia	
• Violência, mídia e saúde na literatura especializada	
2 – JUSTIFICATIVA -----	17
3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA -----	23
• O conceito de violência	
• A análise de discursos e os estudos da recepção das mensagens midiáticas	
• O conceito de adolescência	
4 – OBJETIVOS -----	28
• Geral	
• Específicos	
5 – METODOLOGIA -----	29
6 – ARTIGOS -----	32
Artigo 1: “A mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura”	
Artigo 2: “Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade”	
Artigo 3: “Violência na escola: identificando pistas para a prevenção”	
Artigo 4: “Sentidos da violência ou a violência sem sentido – o olhar dos adolescentes sobre a mídia”	
7 – CONCLUSÕES -----	109
BIBLIOGRAFIA -----	128

1- INTRODUÇÃO

Esta tese busca evidenciar as condições de produção e consumo da violência na mídia e sua interação com os adolescentes. Seu intuito estratégico é contribuir para a reflexão e formulação de propostas de prevenção da violência na mídia pelo campo da saúde pública.

1.1. Definição do objeto de estudo

Realizada sob a forma de um conjunto de artigos, a tese se fundamenta em pesquisas qualitativas sobre o significado da violência na mídia, particularmente a escrita e a televisionada, e como esse mundo simbólico influencia os adolescentes. A abordagem qualitativa busca responder a questões específicas e "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 1992; Minayo, 1994: 21).

Utiliza-se a perspectiva da Semiologia dos Discursos Sociais e da Análise de Discursos. Ao analisar os discursos, estes são entendidos como práticas sociais, o que significa dizer que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos e as imagens são partes do contexto histórico e social e, conseqüentemente, sofrem pressões sociais, reproduzindo, mantendo ou transformando as representações que os indivíduos fazem de si mesmos e do mundo, e as relações e identidades sociais com que se definem numa sociedade (Bakhtin, 1992, 2000; Fairclough, 1995, 2001; Pinto, 1994, 1999; Verón, 1970, 1978, 1980; Foucault, 1987; 2000; Thompson, 1995).

Violência e adolescência no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro

Segundo dados do IBGE (2001), no Brasil, os adolescentes e jovens representam quase um terço da população, num total de 50.088,447 pessoas de 10 a 24 anos. Na faixa etária de 10 a 19, o país tem 35.302.972 crianças e adolescentes, sendo que 2.509.248 encontram-se no Estado do Rio de Janeiro.

A região metropolitana do Rio de Janeiro possui 1.746.796 jovens de 15 a 24 anos, sendo que 55,8 % desse grupo vive nas áreas mais centrais da cidade do Rio de Janeiro

e 44,2% vive na periferia ou restante da região metropolitana. A representação desse grupo na população geral da cidade é de 17,8%, inferior à média do país (20%), mas significativa tanto em termos demográficos como pela questão social.

O grupo de adolescentes de 15 a 17 anos de idade apresentou um aumento em todas as Grandes Regiões do país. No período de 1992/1999, esse grupo cresceu de 9.1 para 10.4 milhões, o que corresponde a aproximadamente 14% a mais de adolescentes.

Este aumento populacional, que vem ocorrendo nas últimas três décadas, resulta de uma transformação na estrutura etária da população brasileira em função da queda da fecundidade, do crescente declínio da mortalidade infantil e do aumento da esperança de vida ao nascer.

Os adolescentes e jovens brasileiros se concentram na sua maioria em áreas urbanas, onde têm sido vítimas preferenciais da violência e também perpetradores de atos violentos. Esse fato vem determinando uma inflexão nas formas de Estado e sociedade refletirem sobre ações específicas que possam promover seu protagonismo e dar-lhes destaque nas políticas públicas (Ministério da Saúde, 1999).

Estudo em nível nacional sobre o padrão de mortalidade por homicídios no período de 1980 a 2000 verificou que entre todos os grupos etários, os adolescentes de 15 a 19 anos apresentaram o maior crescimento das taxas de homicídio, ao passar de 11 óbitos/100.000 habitantes, no triênio 1980/82, para 16 óbitos/100.000 habitantes, no triênio 1998/2000. Esse crescimento é marcante na população masculina, seguindo uma tendência mundial.

O uso de arma de fogo predominou em todas as grandes regiões, atingindo proporções acima de 66% no Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No Brasil, no ano 2000, o uso de arma de fogo foi o responsável por 35.046 vítimas fatais, sendo que 88% das mortes foram caracterizadas como homicídios.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os homicídios totalizaram 5.623 vítimas fatais, o equivalente a 52,7% dos óbitos por causas externas e a 6,7% do total de óbitos no país, de 1998 a 2000. As faixas etárias mais atingidas foram os adolescentes e jovens na faixa de 15 a 19 anos (18,3%), e de 20 a 29 anos (41,4%).

Em relação às características de raça/cor, os indivíduos pardos e negros foram os mais atingidos (60,7%). Os indivíduos brancos representaram 36,8% das mortes. O estudo

mostrou que, quanto à escolaridade, predominaram as mortes entre as pessoas com quatro a sete anos de estudo (31,9%), mas a proporção de dados ignorados para esta variável é bastante elevada (26,7%).

A arma de fogo foi utilizada em 84,5% dos homicídios na região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse estudo verificou que houve um crescimento significativo dessas mortes na região metropolitana do Rio de Janeiro, ao passar de 23/100.000 habitantes, no triênio de 1980/82, para 54/100.000 habitantes, no triênio 1998/2000 (Souza *et al.*, 2002).

Os conflitos interpessoais, as brigas de gangues, a violência policial e a do tráfico de drogas que se estabelecem nos grandes centros urbanos brasileiros e municípios próximos a esses centros têm sido os principais motivos de agravamento do quadro de morbimortalidade por violência entre os jovens. O município do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma área urbana em que os problemas de violência social aparecem com muita intensidade e gravidade. A cidade apresenta taxas elevadas e crescentes de mortes por acidentes de trânsito e, principalmente, de homicídios entre adolescentes. Um estudo realizado em 1997 mostrou uma tendência da mortalidade por violência em adolescentes de 10 a 19 anos nessa cidade. As maiores taxas de homicídios concentraram-se nas áreas do centro da cidade e áreas do subúrbio da Leopoldina, onde se constata os piores indicadores socioeconômicos do município. Essas duas áreas se caracterizam pela concentração de comunidades vivendo em favelas, com a ação intensiva do narcotráfico. O risco de um jovem de 15-19 anos morrer por homicídio no Rio de Janeiro é duas vezes maior do que o de um jovem colombiano e dez vezes maior do que de um jovem norte-americano (Souza, Assis e Silva, 1997).

Pesquisa do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap, 1993) já apontava que as ocupações dos jovens assassinados no Rio de Janeiro eram de estudantes ou possuíam ocupações marginais, como avião (que passa droga), traficante e assaltante. Entretanto, essa pesquisa ressaltava que 60% das vítimas estudadas não tinham indicações de envolvimento com a criminalidade. Soares (1996) verificou que jovens entre 15 e 19 têm sido vítimas, em uma escala cada vez maior, de homicídios dolosos.

A violência contra crianças e adolescentes também é responsável por altas taxas de morbidade nesse grupo. Atualmente se identifica um número maior de crianças e adolescentes que chegam à rede pública de saúde e aos consultórios particulares

sofrendo maus-tratos, abusos físicos, sexuais, psicológicos, abandono e negligência. Essa questão tem mobilizado cada vez mais os profissionais de saúde e outros que lidam com crianças e adolescentes, preocupados em garantir os direitos desse grupo etário. O estabelecimento de normas técnicas e rotinas para orientar esses profissionais tornou-se uma demanda urgente no sentido de ajudá-los no diagnóstico, registro e notificação desses casos de violência. Essa ação representa um primeiro passo para um atendimento às vítimas e apoio às suas famílias. Apesar de não estar ampla e totalmente incorporada na rotina dos profissionais de saúde e educação, a notificação de maus-tratos tem sido um procedimento adotado por alguns setores para o Conselho Tutelar, a fim de dirigir cuidados necessários para a proteção da criança e do adolescente que sofrem violência no âmbito da família ou por parte de qualquer agressor (Claves, 2003).

Cardia (1999) mostra que a experiência de vitimização direta em dez capitais brasileiras, no ano anterior à sua pesquisa, apresenta um padrão semelhante a outras cidades latino-americanas. Nas capitais, o grau de gravidade da violência varia, mas dois padrões são semelhantes: os mais jovens são os mais vitimados direta ou indiretamente e a violência mais grave ocorre nas proximidades de casa. O relato de violência direta sofrida na faixa etária de 16 a 24 anos mostra que 15% foram assaltados com uso de arma de fogo ou faca, 12% sofreram agressão física grave, 8% tiveram um parente ferido por arma de fogo ou faca e 7% tiveram um parente assassinado. Os jovens também relatam estar mais expostos a agressões verbais (29%), enquanto 19% do total sofrem esse tipo de agressão. Os jovens são ainda duplamente mais expostos a drogas do que os outros grupos etários – 17% receberam oferta de drogas (contra 8% do total) e 8% foram solicitados a procurarem drogas (contra 3% do total). Em termos de vitimização indireta, esse grupo diz ter testemunhado todos os tipos de delitos ou violência. O crime violento mais testemunhado foi a agressão corporal (35%), seguido pelo roubo a mão armada (21%), ver alguém puxar uma arma para outra pessoa (21%), assistir alguém levar um tiro (14%), presenciar um assassinato (13%), ver um corpo de uma vítima de assassinato (11%) e ver alguém esfaqueado (7%).

Com relação à violência praticada, pesquisas recentes no Rio de Janeiro mostraram o aumento do envolvimento de jovens, de ambos os sexos, com o tráfico de drogas (sendo preponderante a participação do sexo masculino). Esses delitos, não muito raramente, acontecem ao mesmo tempo em que outros tipos de ação criminosa como roubos e homicídios. As instituições que deveriam servir para ressocializá-los não cumprem o seu papel, e são frequentemente denunciadas por práticas de violência, agravando ainda

mais sua condição de vida dos jovens. A prática de abusos e maus-tratos é responsável por provocar violentas rebeliões e fugas em massa (Assis, 1999; Claves, 1999).

Violência na e da mídia

Pierre Bourdieu diz que a televisão exerce uma forma particular de violência simbólica. Para esse autor, a violência simbólica é uma violência que se realiza com a cumplicidade dos que a sofrem e dos que a exercem, uma vez que nesse processo "uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la" (Bourdieu, 1997: 22). De acordo com Bourdieu, atualmente, todos os campos culturais, inclusive o científico, estão sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico, não especificamente de um ou outro profissional da mídia, que considera vencidos pelas forças do próprio âmbito em que atuam. Para Bourdieu, a guerra de audiência e a busca insensata pelo furo jornalístico, submetidos à lógica comercial, produzem "uma representação do mundo prenhe de uma filosofia da história com sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada" (1997: 141). Bourdieu considera que existe um comportamento cínico na imprensa e que seu maior efeito se dá na falta de interesse do público por uma moral.

Os meios de comunicação, de modo geral, colocam para o público determinados temas de seu interesse, como a questão da violência. Essa hipótese, denominada *agenda-setting*, pressupõe fundamentalmente que "a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*" (Shaw, apud Wolf, 2001). Esse pressuposto não defende que a mídia pretenda persuadir o receptor, mas apresenta ao público uma lista daquilo que elege como necessário para opinar e discutir.

A questão do crime é parte dessa lógica jornalística, constituindo o foco privilegiado da mídia, tanto do ponto de vista do evento em si quanto dos seus atores e das políticas públicas de contenção da criminalidade. Para Adorno (1995), a imprensa tem um papel significativo na construção da criminalidade, que passa pelo conjunto de representações que a sociedade tem do "marginal", do "crime", e da "criminalidade". Verificando durante 10 anos diferentes fontes de informação sobre a questão da criminalidade, Adorno (1995) discute a importância da imprensa e o que corresponde à ficção e o que há de realidade nesses meios. Esse autor afirma que o aumento da criminalidade

violenta é uma questão real que é difundida pela imprensa, no entanto, o que não aparece é a relação do aumento dessa criminalidade com o crescimento da população. A análise a partir dessa perspectiva indica que o aumento da criminalidade é negativo se comparado ao crescimento demográfico. Adorno (1995) denomina espetacularização da imprensa, que produz uma visibilidade maior ao crime, ao criminoso e à questão da segurança, em detrimento de outros problemas sociais graves como os acidentes de trânsito e os acidentes de trabalho. Essa distorção se verifica no perfil social dos delinquentes traçado pela mídia, que tem semelhança com a população pobre e trabalhadora. Segundo Adorno (1995), não é verdadeiro que a maior parte dos criminosos seja de origem negra. Apesar de as pesquisas sugerirem que brancos e negros contribuem da mesma forma para a criminalidade, esse autor relata que tudo indica que os negros são mais punidos que os brancos nas sentenças judiciais. O autor (1995) considera que a imprensa, entretanto, não cria essa dramatização da criminalidade livremente, e sim, reflete de certo modo a expressão de sentimentos populares que se identificam com a forma de representar o fenômeno.

Outras pesquisas indicam que há uma opinião veiculada pela mídia que sugere a existência de uma percepção coletiva do aumento da criminalidade e de que essa criminalidade é cada vez mais violenta. Apesar do seu aumento real, Zaluar (1994/95) aponta o tratamento dado pela mídia em relação à criminalidade como um fator que vem gerando mais temor do que a dimensão dos próprios fatos, principalmente em setores médios da população.

A pesquisa Juventude, Violência e Cidadania no município do Rio de Janeiro mostra que, na opinião dos jovens de 14 a 20 anos, a mídia distorce as informações sobre violência, ora exagerando, ora omitindo determinados aspectos essenciais para a compreensão do evento em si. A maioria desses jovens considera que a mídia mostra somente o que acontece nas favelas e periferias da cidade, reforçando a discriminação e exclusão vivenciadas pelos moradores dessas comunidades (Minayo *et al.*, 1999).

Cardia (1999) examina, através de questionários, o consumo da mídia eletrônica em dez capitais brasileiras e encontra um uso intensivo da televisão em todas as cidades pesquisadas e em todas as faixas etárias. Cerca de 2/3 dos entrevistados assistem à televisão durante até três horas por dia e o restante assiste durante quatro a seis horas diariamente. A maioria deles (72%) declara não gostar de assistir a programas e filmes com cenas de violência. Entretanto, 43% dos jovens diz gostar de cenas de violência.

Essa pesquisa mostra que 42% dos entrevistados consideram o noticiário o programa que mais apresenta violência. Na faixa etária de 16 a 24 anos, os filmes são o segundo programa mais violento. A grande maioria considera que há mais violência na televisão do que no bairro em que vive. É pequena a preocupação com a violência em outros tipos de programas e menos de 10% percebe algum tipo de violência nos programas de auditório e nas novelas. Essas opiniões são destacadas por jovens e os mais idosos. Os primeiros demonstram preocupação maior com a violência presente nos programas de auditório. Os idosos concentram sua preocupação na violência nas novelas.

Os meios de comunicação no Brasil, desde a década de 90, vêm apresentando uma mudança de padrão com relação à situação da infância e da adolescência brasileiras, principalmente quando se refere a alguns grandes temas como fome, miséria, mortalidade infantil e analfabetismo. Esse fato ocorre principalmente após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1998¹ Em geral, as matérias refletem a consciência da sociedade a respeito desses problemas.

Alguns fatores porém, determinaram uma mudança no comportamento da mídia com relação a esse grupo. A repercussão internacional das chacinas da Candelária e da comunidade de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, que vitimaram crianças e adultos em 1993, marcaram não só o início de diversos movimentos da sociedade civil contra a violência, como também um posicionamento da mídia a favor dos direitos de crianças e adolescentes.

Ao abordar a violência praticada por jovens, no entanto, verifica-se um tratamento bastante diferenciado e conservador por parte da mídia. As violações de seus direitos básicos, a dimensão da violência policial e das instituições destinadas a seu atendimento geralmente são omitidas, reforçando uma idéia inadequada do ECA de que os adolescentes infratores são privilegiados pelo Estatuto. Isso repercute diretamente no

¹ A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 1989, colocou o Brasil em posição avançada no reconhecimento da proteção integral desse grupo específico, mas esse fato não vem garantindo a execução da lei, evidenciando a distância entre a palavra e a ação. Muitos problemas de violação de direitos baseiam-se no fato de o país apresentar uma das piores distribuições de renda do mundo. Essa situação que persistiu ao longo de todo o século XX tem trazido graves conseqüências à vida e à saúde de milhões de crianças, adolescentes e jovens, mais vulneráveis às conseqüências da fome e da miséria. Repercute nos sérios problemas educacionais, habitacionais e de oportunidades de trabalho e lazer, também compondo um quadro de ausência dos direitos básicos desse grupo.

tratamento dispensado a esse grupo, não promovendo um projeto verdadeiro de ressocialização.

Verifica-se comportamento semelhante da mídia nos países considerados ricos. Recente estudo norte-americano focalizou os noticiários televisivos locais da Califórnia, onde se veiculavam matérias sobre juventude e violência, selecionando 1.791 histórias relativas a esse tema e separando aquelas que incluíam uma perspectiva de saúde pública. Os resultados apontaram que a cobertura episódica da violência foi cinco vezes maior que a cobertura bem contextualizada. Somente uma história foi apresentada acompanhada de um suporte explicativo da saúde pública, esclarecendo as causas e as conseqüências físicas e psicológicas da violência (Dorfman *et al.*, 1997).

A cobertura pela mídia do fenômeno da violência que afeta os jovens ou é praticada por eles, quando mostrada num contexto explicativo, pode ampliar a visão sobre essa problemática e estabelecer uma relação com os aspectos da saúde que tratam das lesões e traumas provenientes desse fenômeno.

Aspectos formadores da identidade social do adolescente na cultura da mídia

Diversos autores vêm questionando os modelos que a sociedade brasileira, em crise de valores éticos, sociais, morais e de qualidade nas inter-relações, tem oferecido aos jovens. Muitos jovens não têm modelos de ego ideal, nem na família. O que marca essas mudanças está profundamente relacionado com a velocidade e o excesso de informações através dos meios de comunicação. Na visão de alguns psicanalistas, esses processos tendem a saturar o aparelho psíquico, levando a reações defensivas, de indiferença, de insensibilidade e de esgotamento afetivo dos indivíduos, dificultando especificamente o processo de identificação da criança pela complexidade e contradição de valores (Levisky, 1992; Colonnese, 1998). Segundo Colonnese (1998), os modelos possíveis a muitos jovens são freqüentemente o traficante e os modelos que a mídia dissemina como, cantores e cantoras, atores e atrizes, jogadores de futebol etc.

O estabelecimento de uma cultura de consumo, a partir da segunda metade do século XX, é visto por alguns autores (Jameson, 2000; Baudrillard, 1993) como um momento de ruptura dos padrões de percepção da realidade e mudanças dos modos de inserção social dos sujeitos, uma que vez que a lógica do consumo se sobressai em relação à centralidade da produção como uma ação coletiva. Dessa forma, a cultura de consumo,

além de promover uma massificada expansão e diversificação de bens, promove também uma valorização dos objetos e daqueles sujeitos que os possuem, determinando o modo de inserção social e estabelecendo uma economia de bens simbólicos. Observa-se, a partir daí, grandes transformações no âmbito da identidade cultural (Hall, 2001).

As imagens veiculadas pela propaganda e anúncios de produtos contribuem sobremaneira para uma redefinição de valores que criam novas possibilidades aos processos identitários de crianças e adolescentes. Pensando sobre a cultura do consumo com relação a crianças, Darriba e Castro (1999), através de entrevistas com esse grupo, demonstram que a mídia é responsável por determinar que objetos devem ser obtidos, quem os obterá e por quanto tempo, uma vez que esses objetos são voláteis. Assim, a cultura de consumo também diferencia e distingue o pertencimento a grupos específicos, a partir da posse de determinados produtos.

A pesquisa de Assis (1999), com adolescentes envolvidos em atos infracionais, revela que muitos delitos cometidos por esse grupo visam ao acesso a objetos que não poderiam ser adquiridos pela via legal, por limitações financeiras dos que desejam adquirir.

A responsabilidade da mídia não se restringe somente à veiculação de fatos que incidem numa mudança de percepção da realidade. Para o jornalista Rui da Silva Nogueira, a mídia relata os fatos, mas não contribui com soluções, porque está distanciada da realidade, comprometida com uma "pauta velha" que se dedica a competir com outros veículos. Lembra que a campanha do jornal Correio Brasiliense para transformar o trânsito de Brasília, considerado o mais violento do Brasil, resultou num modelo de trânsito hoje exemplar para o resto do país. Porém, afirma que uma campanha semelhante para transformar a vida dos internos das unidades da Febem "desvirtuaria a função da imprensa", que desconhece os horrores de muitas dessas unidades e se chocam quando há uma rebelião (Nogueira, 2001).

Esses fatores são aspectos mediadores importantes da construção da identidade social e cultural do adolescente, num determinado contexto e na luta pelo seu lugar social (Canclini, 1999; Sodré, 1999).

Embora apresentem uma tendência reducionista, os meios de comunicação também estabelecem e provocam o contraditório, assumindo um caráter formador por vezes mais eficaz e efetivo que a mensagem pedagógica da escola (Fischer, 1997). Esse lugar

destacado ressalta freqüentemente a cultura da violência. Essa análise confirma o que outros estudos vêm demonstrando, que a mídia atua como um espaço formador de sujeitos, basicamente porque seus discursos e práticas falam sobre um modo específico de ser jovem, e se inscrevem em uma rede constituída de poder e saber sobre a adolescência (Sodré, 1992; André & Lelord, 2003).

A abordagem do papel da mídia na construção do significado da violência é importante, dada a sua função socializadora em relação a crianças e adolescentes. Conhecer os mecanismos de funcionamento da mídia é um modo de se estudar a própria violência, pois quando os meios de comunicação se apropriam, divulgam ou banalizam os atos da violência, está atribuindo-lhes um sentido que circula socialmente, induzindo práticas referidas à violência (Rondelli, 1997). Os meios de comunicação fazem parte de um sistema articulado a outras esferas sociais de uma economia de mercado. A mídia, além de buscar atingir segmentos de mercado específicos como os jovens, interpela constantemente as formas de expressão dos indivíduos e dos grupos (Baudrillard, 1991; Lyotard, 1987; Debord, 1997).

Para muitos profissionais das áreas de comunicação, educação e saúde que reconhecem o potencial dinamizador da mídia, as emissoras, ao se dirigirem ao público jovem, deveriam transmitir um discurso educacional, prestando um serviço de qualidade, enfatizando a divulgação dos direitos da criança e do adolescente e informando temas de seu interesse. Contudo, isso tem sido restrito a algumas empresas estatais, com missão educativa e cultural, pois se considera que elas não sofrem os efeitos da guerra de audiência das empresas comerciais. Essas emissoras estatais tendem a destacar temas de relevância social como, por exemplo, a violência e seu contexto, a delinquência juvenil, as doenças sexuais, a gravidez na adolescência, a sexualidade, o racismo, a questão do emprego.

Violência, mídia e saúde na literatura especializada

No âmbito internacional, a investigação sobre a questão da violência na mídia conta com uma volumosa contribuição dos Estados Unidos, concentrada nas áreas da medicina, psicologia e pediatria. Em menor volume, países da Europa Ocidental e da Ásia têm contribuído para esse conhecimento.

No Brasil, verifica-se uma maior contribuição da área da psicologia, embora ainda seja extremamente pequena se comparada à produção norte-americana e européia. Do ponto de vista da saúde pública brasileira, os trabalhos são praticamente inexistentes, indicando a necessidade de investimentos na busca de uma compreensão cultural específica, voltada sobretudo para a prevenção da violência e para a promoção da saúde de adolescentes.

Desde a década de 60, foram realizados nos Estados Unidos mais de 3.500 estudos sobre os efeitos da violência na televisão, principalmente sobre o público infantil (Wartella, Olivarez e Jennings, 1999). Esses trabalhos surgiram a partir da preocupação de profissionais de saúde em relação à crescente violência nos programas de televisão, paralelamente à constatação de um aumento do comportamento agressivo em crianças e adolescentes.

Procedendo a uma extensa revisão bibliográfica de 1.000 estudos e exames da literatura, Strasburger (1993), um dos principais pesquisadores da questão da violência na mídia e seu impacto na saúde de crianças e adolescentes, verificou que os trabalhos apontam uma relação entre violência na mídia e violência real de forma significativa. Strasburger considera que esse fator é muito mais propenso a mudanças do que, por exemplo, a questão do racismo, do preconceito sexual ou da qualidade dos cuidados parentais. De modo geral, todos os estudos concluíram que a violência veiculada nos meios de comunicação pode: a) facilitar o comportamento anti-social; b) dessensibilizar os espectadores para a violência na vida real, pela exposição excessiva à violência na mídia; c) ampliar a percepção dos espectadores de viver em um mundo perigoso e mau (Comstock, 1991; Gerbner, 1992).

Durante três décadas foram conduzidas importantes análises sobre esses estudos por diversos setores da saúde dos EUA. As principais instituições que reconheceram que a violência na televisão afetava a saúde foram: Surgeon General United States Public Health Service (1972); National Institute of Mental Health (1982); Centers for Disease Control and Prevention (1991); American Psychological Association (1993); National Academy of Science (1993); American Medical Association (1996). Instituições como a American Academy of Child and Adolescent Psychiatry; a American Academy of Pediatrics e a American Psychiatric Association vêm apoiando pesquisas e medidas de prevenção para a violência na mídia na sociedade norte-americana.

Existe uma tese de que a violência na mídia norte-americana está relacionada também ao aumento de homicídios e suicídios. Centerwall (1992a; 1992b) investigou o homicídio entre brancos e taxas de roubos e furtos na África do Sul, Canadá e Estados Unidos. Esse autor encontrou que, 10 a 15 anos após a introdução da televisão no Canadá e nos Estados Unidos, houve uma duplicação nas taxas de homicídios e roubos. As taxas de homicídio cresceram primeiro nas regiões e nos centros urbanos, onde a televisão chegou primeiro do que em outras regiões e na área rural; as taxas de homicídio subiram primeiro entre os brancos ricos que podiam comprar aparelhos de tv. A África do Sul foi usada como um país controle, e não possuía um aparelho de tv até 1973. Centerwall afirma que após a introdução da tv na África do Sul, as taxas de homicídios também cresceram. Esse autor constata que a exposição a longo prazo à televisão é um fator de causa em aproximadamente metade dos homicídios nos Estados Unidos, e que esses homicídios poderiam ser evitados se a televisão fosse menos violenta.

Strasburger (1999) afirma que a televisão e os filmes norte-americanos são os mais violentos no mundo. Esse autor cita que um estudo da Associação Americana de Psicologia indica que a criança ou o adolescente norte-americano médio assiste a aproximadamente 10.000 cenas de assassinatos, estupros e agressões por ano na televisão, aproximando-se a 200.000 quando a criança chega aos 18 anos. Gerbner, Morgan e Sgnorielli (1994) afirmam que na programação infantil a violência é maior do que na programação em geral, chegando a 77% na programação a cabo e 83% na convencional. Outros estudos mostram que metade dos vídeos da emissora MTV, voltada para adolescentes, contém violência (Sherman & Dominick apud Strasburger, 1999).

Sintetizando a longa trajetória das pesquisas sobre esse tema, Strasburger (1999) afirma que a maior parte das investigações iniciais sobre os efeitos da televisão dirigiu-se a estudar crianças em experimentos laboratoriais. Pesquisadores como Albert Bandura e outros investigaram as circunstâncias sob as quais as crianças imitavam as atitudes agressivas apresentadas.

Bandura (1965) procurou explicar como o comportamento se modelava, tentando demonstrar a passagem entre a aquisição de novos comportamentos pelas crianças e a execução de fato dessas atitudes por esse grupo. Um dos experimentos de Bandura (1965) consistia em privar sutilmente um grupo de crianças do contato com brinquedos

atrativos. Um outro grupo-controle era totalmente excluído, enquanto cada criança do grupo experimental assistia a uma seqüência filmada em um aparelho que simulava uma tv. O protagonista do filme era um João Bobo que era submetido a agressões progressivas por um homem. Em seguida, Bandura subdividiu as crianças do grupo experimental para assistirem a seqüências diferentes: um grupo de modelo recompensado, que assistia ao homem agressivo recebendo doces como recompensa; um grupo de modelo punido, que via o agressor recebendo uma punição e um grupo que não assistia à adição das cenas do filme. Após essa etapa, cada criança era conduzida a uma sala de jogos onde deparavam com o João Bobo de plástico, três bolas, um bastão (objetos que apareciam no filme sendo utilizados para agredir o João Bobo), uma casa de bonecas e muitos brinquedos. Nesse espaço, as crianças demonstraram um comportamento que imitava a agressividade, configurando a modelagem; fizeram brincadeiras que não imitavam o modelo, mas eram agressivas, e foram classificadas de desinibidas, e brincadeiras não-imitativas e sem agressividade. Esses comportamentos foram observados e codificados por pessoas posicionadas por trás de um espelho, sem serem vistas, e sem saber quais crianças tinham participado em cada grupo. As crianças inseridas no grupo-modelo recompensado e neutro apresentaram um número significativo de comportamentos imitativos. As que participaram do grupo de modelo punido mostraram pouca atitude imitativa. As crianças do grupo-controle não apresentaram quase nenhum ou nenhum desses comportamentos.

Essa teoria da aprendizagem social, elaborada por Albert Bandura (1965), demonstrou em experimentos posteriores com as mesmas crianças, que todas as crianças do grupo experimental haviam aprendido as respostas agressivas e podiam usá-las se as circunstâncias fossem propícias. Esse é um dos trabalhos teóricos mais citados sobre os efeitos da violência na mídia. Essa teoria afirma que os espectadores aprendem com os modelos propostos pela televisão, ou seja, imitam e comportam-se conforme os padrões por ela propostos. Outras pesquisas de campo mostraram que a agressão é aprendida em idades menores e, à medida que a criança cresce, as mudanças se tornam mais difíceis.

A teoria dos efeitos preparatórios (Berkowitz, 1984), desenvolvida a partir da teoria da aprendizagem social, relata que muitos dos efeitos decorrentes da exposição à violência na mídia ocorrem de forma transitória. Quando um espectador, particularmente mais excitado, assiste a cenas de violência na televisão, tende a comportar-se com mais agressividade na vida real. A questão de a violência exibida ser ou não justificada é observada por esse autor como importante na modelagem do comportamento violento.

Em 1963, Berkowitz realizou uma série de experimentos com jovens universitários, utilizando um filme sobre boxe onde aparecem cenas brutais de agressão. Berkowitz demonstrou que a agressão poderia ser instigada quando os indivíduos estivessem irritados, quando considerassem que a agressão no filme era justificada e quando o alvo para a sua agressão tivesse alguma relação com o filme. No entanto, o autor relativiza esses efeitos, quando considera que os valores e as crenças dos indivíduos podem mediar essa relação.

A teoria descrita por Huesmann (1986) constitui um modelo de desenvolvimento social dos efeitos da violência e de como as características individuais do espectador são fatores relevantes nessa relação televisão-agressão. Conhecida como modelo de *script*, tem base na teoria da cognição social. Afirma que o comportamento social é controlado por *scripts* oferecidos durante a infância. Esses *scripts* ficam memorizados e são utilizados como norteadores para o comportamento na vida social e para a resolução de problemas. Assim, ver cenas de violência na tv repetidamente pode ajudar a fixar pensamentos e comportamentos agressivos e propiciar a elaboração de *scripts* agressivos na fase adulta.

Strasburger (1999) relata que os experimentos com pessoas mais jovens foram relevantes para o estudo do comportamento adolescente, porque demonstraram as situações sob as quais a tv pode incitar o comportamento agressivo ou anti-social. Esse autor, em trabalho anterior, destacou as principais circunstâncias que podem ativar esse comportamento:

"1- recompensa ou ausência de punição ao agressor; 2- exibição de violência como algo justificado; 3- aspectos da exibição na ficção que coincidem com a vida real (por ex., a vítima tem traços similares a alguém na vida real com quem o espectador antipatiza); 4- exibição do agressor com alguém similar ao espectador; 5- exibição da violência sem conseqüências; 6- violência na vida real; 7- violência não criticada; 8- violência com humor associado na história; 9- agressão contra mulheres por homens interessados na conquista sexual; 10- exibições, violentas ou não, que deixam o espectador em um estado de excitação; 11- espectadores que estão irritados ou são provocados antes de verem uma exibição de violência" (Comstock & Strasburger apud Strasburger, 1999).

Para Strasburger (1999: 38), no entanto, a principal contribuição desses experimentos foi demonstrar como a violência na mídia norte-americana pode estar causando danos às pessoas mais jovens. Esse efeito repercute na medida em que a violência é vista como uma solução plausível para os problemas, diz o autor, e como um "triunfo dos mocinhos".

Nesse sentido, a Academia Americana de Pediatria (1992) alerta que as armas de fogo exibidas na programação de entretenimento exercem, atualmente, um papel primordial na mortalidade e morbidade entre os jovens norte-americanos, considerando esse um dos aspectos mais urgentes de intervenção da saúde pública. Estudos nos Estados Unidos e na Europa relacionaram a programação da televisão com um aumento de suicídios na adolescência, embora algumas poucas investigações não tenham encontrado essa correlação (Gould & Shaffer, 1986; Philips & Carstensen, 1986). De modo geral, afirma Strasburger (1999), esses trabalhos demonstraram um risco maior de comportamento imitativo para adolescentes suscetíveis. Esses achados vêm reforçar a importância da teoria da aprendizagem social.

Diversas metodologias têm sido utilizadas para investigar a questão da violência na mídia. Um único estudo naturalista, relatado por Williams (1986), compara uma cidade do Canadá que não tinha televisão com comunidades que já tinham uma única emissora e outras que recebiam mais canais. O que diferenciava essas comunidades era a presença da televisão. Após dois anos da introdução da tv na primeira cidade, observou-se um aumento significativo no número de respostas positivas para a agressividade física e verbal entre os estudantes. Esse tipo de estudo é considerado, hoje, inviável, por causa da expansão do uso da tv no mundo. Alguns trabalhos de campo também foram considerados limitados por serem difíceis de se manipular experimentalmente.

Strasburger (1999) revisou uma série de análises de correlação, realizadas na década de 70 nos Estados Unidos e na Inglaterra, com grande número de crianças e adolescentes, para observar se esse grupo que assiste demasiadamente à tv eram mais agressivos. Esses trabalhos correlacionaram a predileção por programas violentos com comportamentos agressivos, reforçando a predisposição para a violência.

Os estudos longitudinais são considerados por Strasburger (1999) muito importantes porque demonstraram que a exposição de crianças à violência na mídia apresenta uma forte associação com o comportamento agressivo na idade adulta. E esses comportamentos precocemente incorporados resistem à mudança.

A maioria das pesquisas norte-americanas foi avaliada através de meta-análises, que apóiam as conclusões de que a exposição à violência na mídia aumenta a probabilidade de comportamento agressivo e anti-social. Um dos efeitos mais danosos dessa exposição excessiva é a dessensibilização das pessoas em relação ao sofrimento do próximo. Esse efeito conjuga-se também à indiferença e a pouca intervenção das crianças em situações de briga ou vandalismo de seus colegas.

Para Strasburger (1999), é importante observar na programação de entretenimento quatro dimensões básicas: (a) se a violência é recompensada ou punida; (b) se ela é justificada ou não tem quaisquer conseqüências; (c) se ela é pertinente ao espectador; (d) se o espectador é suscetível a ela. Para esse autor, qualquer aspecto que sobressaia nessas circunstâncias pode aumentar a probabilidade de os experimentos identificarem o comportamento futuro. Ressalta, no entanto, que o modo como essas dimensões influenciam o comportamento dependerá de características individuais do espectador e que, na medida em que a idade aumenta, pode crescer a compreensão sobre a violência, inibindo comportamentos agressivos.

Análises de conteúdo têm demonstrado a sub-representação de negros e latinos como vítimas de crimes na televisão norte-americana. Esses estudos mostram que os brancos são colocados mais como vítimas e os negros e latinos como autores de homicídios. Essa forma de representação contradiz os dados criminais do governo e contribui para criar ou reforçar os estereótipos de que determinadas raças ou etnias cometem mais crimes. Dixon e Linz (2000) enfatizam a necessidade de estudar os efeitos psicológicos e sociais dessa sub-representação.

Apesar de quatro décadas de pesquisas e de recomendações sobre o veículo, a televisão norte-americana tem apresentado um nível constante de violência. Os pesquisadores reconhecem que, embora essa questão seja considerada um problema de saúde pública nos Estados Unidos, as mudanças nas programações da televisão ainda são muito pequenas.

Para muitos estudiosos, principalmente europeus, alguns desses trabalhos norte-americanos deram uma atenção excessiva às relações estritamente causais, consideradas por eles muito difíceis de serem demonstradas. Analisam que deveriam antes se ter concentrado na compreensão da inter-relação dos jovens com a mídia e no modo como eles formam atitudes e posições perante a vida (Arnaldo & Finnström, 1999).

Numa pesquisa realizada em 23 países, inclusive no Brasil, com 5.000 crianças de 12 anos de idade, Groebel (1999) procurou investigar, através de questionários, como esse grupo percebe a violência na televisão. Essa pesquisa mostrou que a televisão é um meio sempre presente em todas as regiões pesquisadas, e que as crianças passam mais tempo em frente à TV (uma média de três horas/dia) do que usando qualquer outro meio de comunicação (rádio ou livros), ou realizando outra atividade, inclusive lição de casa. O estudo aponta também o fascínio que a violência exerce, freqüentemente relacionando heróis recompensados por suas ações agressivas ao lidarem com os problemas. Assim, a violência na televisão se torna atraente como um modelo para resolver os problemas da vida real, embora o autor advirta que é preciso investigar outros fatores como a inter-relação entre a mensagem e a personalidade da criança, seu ambiente real, experiência com agressão, circunstâncias familiares e contexto cultural. Sua preocupação se concentrou no papel da violência na mídia sobre esse grupo. Esse pesquisador considera que a mídia tem, principalmente, um papel de distribuição ampla das muitas agressões que os homens desenvolveram, além da funcional, e que possuem um caráter destrutivo.

2- JUSTIFICATIVA

Documento do Programa de Adolescente da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) cita uma série de propostas de estudos, investigação, diagnóstico e prevenção prioritárias a serem tratados pelo setor saúde sobre a violência juvenil nas Américas. Dentre estes, a questão da violência na mídia e os jovens é colocada como uma preocupação, por um lado, pela ampla distribuição da programação de entretenimento norte-americana, considerada muito violenta aos demais países do continente. E por outro, pelos modelos de investigação sobre o tema, onde são privilegiados dados quantitativos e que não têm muitos paralelos com os países mais pobres. A Opas recomenda que pesquisadores investiguem essa problemática no contexto latino-americano (McAlister, 2000).

O papel social dos meios de comunicação é incontestável e tem sido muito debatido por diversas áreas do conhecimento, que divergem quanto a uma relação direta desses meios e a formação da opinião pública. Entretanto, a função ressocializadora da mídia com relação à adolescência é consensualmente reconhecida.

Nesse ponto reside o interesse pelos modos de apropriação das mensagens e pelo processo de produção de novos sentidos sobre a violência. A mídia é enfocada aqui não apenas como veículo, “mas como expressão de uma instância pública que indaga e também reconhece os espaços de construção de valores, ainda que sejam valores grupais” (Sousa: 1995:35). Desse modo, entende-se que os meios de comunicação são espaços de negociação, uma vez que os valores não compõem apenas expressões de sentido dado pelo produtor ou pelo receptor da comunicação, e sim circunscrevem em seu contexto esses atores e o contexto sócio-histórico e cultural.

A televisão é notadamente o veículo da mídia com maior penetração em todos os segmentos sociais. Os conteúdos desse meio e de outras mídias preocupam consideravelmente pais, professores, autoridades e profissionais de saúde, que vêem na programação violenta uma influência nociva para as mentes de crianças e jovens. Legislações e regulamentações voluntárias, com o intuito de estabelecer limites para a violência na programação televisiva, estão sendo discutidas em muitos países atualmente. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989, reúne um conjunto de princípios em seu Artigo 17. Esse Artigo estabelece o direito da criança à informação e acesso às fontes e enfatiza a necessidade de “encorajar o desenvolvimento de orientações apropriadas para proteger a criança de informações e materiais prejudiciais ao seu bem-estar”. Documentos da Unesco, do Unicef e de várias conferências internacionais sobre crianças e a mídia apontam para a necessidade de aprofundar, através de pesquisas, a compreensão da inter-relação da criança e do jovem com a violência na mídia.

Em 1997, foi criada pelo Centro de Informação Nórdica para a Pesquisa sobre Mídia e Comunicação (Nordicom), a Câmara para Crianças e a Violência na Tela, financiada em conjunto pelo governo sueco e pela Unesco e tendo como base a Convenção da ONU para os Direitos da Criança. Os objetivos dessa Câmara são: atrair a atenção para a questão da violência na tela e o seu papel nas vidas de crianças e jovens; estimular iniciativas e atividades para combater a violência gratuita; ajudar a fornecer uma base para uma política nessa área. A Câmara vem reunindo as pesquisas sobre violência na mídia, embora essas investigações estejam desigualmente distribuídas pelo mundo, e têm sido realizadas principalmente em países com muita mídia e também com investimentos financeiros. Países da América do Norte e, a seguir, na Europa Ocidental, bem como no Japão e na Austrália, têm investido fortemente nessas investigações. Essas investigações apontam, entretanto, que a mídia constitui apenas uma parte do ambiente

das pessoas, e não é a única causa que influencia na violência, mas funciona dentro de um conjunto de outros fatores.

Também foi criado na década de 90 o Conselho Mundial para a Educação em Mídia para estimular crianças e jovens a lidarem criticamente com os meios de comunicação. Na prática, existem poucas experiências implementadas nas escolas. Percebe-se, na verdade, o crescimento de uma consciência sobre essa questão. Alguns aspectos, porém, ainda são pouco investigados, como o uso que os jovens fazem da mídia, em que situações, para quê, e como entendem o que vêem e ouvem.

Num fórum internacional sobre a juventude e a mídia, realizado em 1997 em Paris, foi apontado o fato de que a variedade de contextos nacionais e sistemas de mídia deve levar os pesquisadores a proporem questões de formas diferentes, contemplando as especificidades sociais e culturais de cada contexto (von Feilitzen, 1999).

No que concerne a medidas de prevenção pelo campo da saúde, algumas instituições de países onde já se tem um conhecimento mais sistematizado sobre essa problemática vêm intervindo de forma incisiva. Em recente publicação, a Academia Americana de Pediatria recomenda uma série de medidas a serem tomadas por profissionais de saúde, pais, escola, comunidade, governo e os próprios meios de comunicação, de forma a intervir nos níveis de violência na televisão, nos videogames, nos filmes, na mídia impressa e nos cliques musicais. A Equipe de Recursos da Mídia da Academia Americana de Pediatria trabalha conjuntamente com a indústria de entretenimento no sentido de analisar roteiros e questões sobre a adequação do material a ser veiculado para crianças. Essa entidade desenvolveu tecnologias como *softwares* que objetivam evitar que certos materiais considerados nocivos sejam acessados via computador. Essa abordagem tem restrições, pois necessita de habilidade dos pais para o uso desses *softwares* e não há um controle sobre outras ofertas *on-line* que burlam essas restrições. A Academia tem um papel importante na pressão aos meios de comunicação e recomenda sobretudo a parceria dos pediatras com profissionais de demais entidades de diversas áreas para a elaboração de uma agenda da saúde pública com relação à violência na mídia (von Feilitzen & Carlsson, 2002).

No Brasil, porém, as políticas públicas do setor saúde voltadas para a prevenção da violência em geral ainda não estão totalmente estabelecidas e se encontram em processo de definição de conceitos e estratégias que buscam superar a via estritamente assistencial. Algumas experiências novas, em nível local, vêm demonstrando que ações

dirigidas em conjunto com a família e comunidade apresentam resultados positivos e perspectivas de redução de crimes e demais formas de violência. Mas não existe oficialmente uma medida nacional de saúde que estabeleça limites para a violência na mídia.

Os meios de comunicação, por serem veículos de massa, são um dos principais setores da sociedade na divulgação e também na construção dos fatos sociais, cumprindo um papel de informar, denunciar e, muitas das vezes, investigar os eventos violentos. Para além dessas funções, mais recentemente, a mídia brasileira tem iniciado uma série de atividades no sentido de: (a) apoiar as campanhas institucionais com mensagens preventivas; (b) difundir os movimentos de vítimas da violência; (c) incorporar essa temática através do *marketing* social nas novelas, trazendo para o debate público um questionamento sobre as formas de violência que afetam a nossa sociedade e indicando alguns serviços especializados no atendimento às vítimas de violência.

Neste sentido, é inegável a condição estratégica dos meios de comunicação na prevenção da violência, tanto como espaços que ampliam as vozes da sociedade, quanto na circulação de mensagens orientadas para a valorização da vida.

Em termos de iniciativa do poder público, em 1997, o governo do Rio Grande do Sul instituiu, a partir do Decreto nº 37.730, o Comitê de Estudos da Violência com representantes do Governo do Estado, da sociedade civil, Secretaria de Justiça e Segurança. O objetivo do Comitê foi estabelecer medidas legislativas e buscar alternativas para a violência, através da atuação do Estado, da sociedade civil e das entidades não governamentais. O Comitê de Estudos da Violência organizou uma comissão para trabalhar a questão da violência na mídia. Um dos primeiros trabalhos dessa comissão foi a consolidação dos resultados de um pesquisa sobre valores sociais e meios de comunicação, a pedido do Ministério da Justiça e da Unesco, e a tradução do Guia Médico sobre Violência na Mídia, autorizada pela Associação Médica Americana. Essa iniciativa contou com a participação de profissionais da área de saúde mental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Sociedade Brasileira de Pediatria divulgou uma orientação para os pediatras sobre prevenção da violência na mídia, em especial, na tv e Internet (Doria Filho, 2001). Essa iniciativa, porém, não tomou como base estudos nacionais, como ocorreu nos EUA e em outros países, e não se transformou em uma prática conhecida amplamente por pediatras brasileiros e demais profissionais de saúde.

São escassas as iniciativas locais de saúde, como os do Centro de Assistência ao Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, que tem um programa denominado Cine Adolescente, no qual os jovens escolhem um filme para assistir e depois conversam com os profissionais de saúde sobre os temas suscitados, como a violência na tela.

A questão da violência na mídia não faz parte das políticas do setor saúde no Brasil, de modo que se possa formular medidas preventivas de caráter oficial. Essa posição reflete, de certa forma, a naturalidade com que a própria sociedade aceita certas representações da mídia ou sub-representações que perpetuam a condição das minorias brasileiras.

Dados de pesquisas anteriores (Minayo *et al.*, 1999) permitem constatar que, na perspectiva da saúde pública, há muito que se avançar em termos de conhecimento e de medidas que possam contribuir para a prevenção da violência na mídia. Faz parte desse avanço a atuação junto aos meios de comunicação para ampliar uma visão mais adequada da questão da violência.

Alguns exemplos de parceria com a mídia indicam o potencial desses veículos na prevenção da violência. A Universidade Johns Hopkins mantém há mais de 15 anos um trabalho com a mídia pública e privada nos EUA para lançar programas de saúde reprodutiva, prevenção das DST/Aids e outras questões que dizem respeito à mulher. Essa parceria ajudou a levar esses programas para a América Latina e o Caribe. A avaliação dos programas demonstrou que a comunicação é o elemento central de promoção de mudanças no conhecimento e na adoção de métodos anticoncepcionais, no planejamento familiar etc.

Pope (2000) afirma que estudos sobre a violência doméstica apontaram que um modo de tornar o problema da violência doméstica visível é tirá-lo da esfera privada para colocá-lo na esfera pública. Essa autora enfatiza o papel dos meios de comunicação em relação a esse problema social. Essa ação, segundo a autora, pode ajudar homens e mulheres a rejeitar determinados padrões de comportamentos que muitas famílias suportam. Destaca, entretanto, que a intervenção da comunicação é eficaz quando se baseia no que as pessoas e seus grupos de referência pensam, sentem e precisam a respeito de determinada situação, criando uma sinergia com os grupos-alvo.

Três grandes desafios são colocados por Pope (2000) para a prevenção da violência doméstica através da mídia: (1) criar estratégia de longo prazo baseada no consenso, que

saiba para onde se dirige, quanto tempo gastará, como e onde concentrará suas ações intermediárias e como irá incorporar as diversas opiniões e forças da sociedade. Enfatiza que é necessário mobilizar recursos financeiros para que uma instituição experiente planeje e coordene essas ações de comunicação em nível nacional, com o apoio de outras instituições similares, evitando a duplicação de esforços. Adverte, porém, que intervenções de comunicação, quando mal coordenadas, podem prejudicar o sucesso de qualquer programa em nível nacional; (2) promover continuamente pesquisas para estabelecer indicadores de mudança, contemplando o contexto sociocultural que gera e sustenta a violência doméstica. Ressalta que é preciso identificar indicadores no comportamento individual e grupal e no contexto imediato onde se dá esse processo. As pesquisas ajudam a planejar melhor as intervenções nesse âmbito, e a avaliar seu impacto; (3) direcionar intervenções para audiências específicas, que considera um dos princípios-chave no planejamento de programas de comunicação, ajudando a atingir cada segmento social. Mas o maior desafio, para essa autora, consiste no fato de manter uma parceria contínua com a mídia, recriando as estratégias e expandindo-as em vários níveis.

Samper (2000) descreve um estudo realizado na Colômbia sobre a questão da violência doméstica, procurando identificar a relação entre ela e a mídia. O estudo focaliza a televisão, pela sua proximidade e intimidade com o espectador, pela atração que esse meio exerce na combinação de sons e imagens e na simulação da vida real, e pela quantidade de tempo que consome das pessoas, mudando inclusive os hábitos do cotidiano. Esse estudo mostrou que as pessoas acreditam que a televisão tem um potencial educacional, mas com um caráter ambíguo. Açam que esse meio deve ensinar o respeito e a tolerância, evitando a disseminação de atitudes de desconfiança, crueldade e ódio. Para Samper (2000), compreender a influência da televisão sobre a violência doméstica pode trazer paz e saúde mental para as próximas gerações. Para esse autor, a família, a escola e os governos são instituições decisivas na promoção da prevenção da violência através da mídia.

Outras mídias vêm sendo utilizadas em programas de prevenção da violência, como aqueles que procuram reduzir os danos e as mortes por armas de fogo, utilizando vídeos baseados em estatísticas combinadas com depoimentos de portadores de armas de fogo. Esses experimentos têm sido adotados por pesquisadores do Instituto de Saúde Pública de Michigan (EUA), que atuam em departamentos de estudos de comunicação e de

outras universidades norte-americanas que investigam a prevenção da violência através dos meios de comunicação (Roberto *et al.*, 2000).

No Brasil, uma das poucas entidades de saúde de âmbito nacional que vem contribuindo com a promoção de campanhas através da mídia no que diz respeito à violência contra crianças e adolescentes, é a Sociedade Brasileira de Pediatria. Porém, essas campanhas não têm sido contínuas e se desconhece o impacto dessas mensagens nos telespectadores.

Os estudos afirmam, conforme já visto, que embora a televisão atinja a grande maioria da população, os adolescentes têm sua opinião mais facilmente influenciada e, portanto, reproduzem de forma mais clara a orientação televisiva. Nesse sentido, pressupõe-se que, se a mídia é capaz de interpelar comportamentos, estimular atitudes consumistas e interferir na formação da opinião pública, também tem o potencial de estimular outros comportamentos que visem à saúde integral dos adolescentes e de oferecer à sociedade uma visão mais ampliada e menos estereotipada em relação a esse grupo.

A forma como a violência veiculada pela televisão é entendida e interpretada pelos receptores, e como ela é inserida no cotidiano dos jovens, com todas as suas singularidades, pode fornecer subsídios para propostas de prevenção da violência, do ponto de vista da saúde pública.

3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Essa investigação fundamenta-se no conceito de violência adotado nas abordagens teóricas e metodológicas do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (Claves/Ensp/Fiocruz), cujas pesquisas interdisciplinares têm oferecido importantes subsídios para a prevenção desse fenômeno social no âmbito do setor saúde. Apóia-se também nas ferramentas metodológicas da semiologia dos discursos sociais e análise de discursos e nos estudos de recepção latino-americanos, área de investigação também interdisciplinar. Tenta compreender como a violência presente na mídia, em especial na televisão, é apropriada pelos adolescentes, entendendo a adolescência nos seus aspectos socioantropológicos.

O conceito de violência

O conceito de violência utilizado aqui é o conceito compreendido pelo Claves, a partir de uma corrente de pensamento que entende a violência como uma rede, inspirada nas teorias de Domenach (1981), Boulding (1981) e outros. Esse conceito pode ser entendido, no campo das relações pessoais e institucionais, abrangendo as limitações e violações dos direitos, de um lado, ou como formas de resistência dos oprimidos, de outro. Nessa complexa dinâmica entre as formas de dominação e superação, encontram-se as possibilidades concretas de realização e também de negação da cidadania. Para Minayo e Souza (1998), a violência se manifesta através das ações humanas realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, numa rede de relações, ocasionando danos físicos, letais ou não, emocionais, morais e espirituais a outrem. As autoras enfatizam que não há um fato denominado violência, e sim violências, como expressões exacerbadas de conflitos sociais, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. Portanto, as violências (reais e simbólicas) também se expressam através da negação do direito do outro a ser diferente, da rejeição à pluralidade, da negação da possibilidade do diálogo e da opressão e da recusa de reconhecimento dos indivíduos. As várias formas de violência estão arraigadas, manifestadas e representadas no cotidiano, não só nas relações interpessoais e instituições sociais como a família e a escola, mas também nas imagens e narrativas que fazem parte da cultura da mídia.

Partindo, então, da premissa de que a violência social é um fato amplo e que se manifesta nas sociedades de modo específico, é possível compreendê-la, conforme a classificação de Minayo (1990), como:

- Violência estrutural, que se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que levam as classes dominantes a oprimirem (de forma "naturalizada") grupos, classes, nações e indivíduos, com o fim de proteger interesses próprios, submetendo-os a sofrimentos e tornando-os mais vulneráveis à morte do que outros.
- Violência cultural, que se expressa a partir da violência estrutural na naturalização das relações, manifestando-se nas interações institucionais, raciais, étnicas e etárias.
- Violência da delinquência, que se expressa nas ações fora da lei socialmente reconhecidas. A desigualdade, a exclusão dos indivíduos, o desprezo aos valores e normas sociais em função do lucro, o consumismo como valor e o culto à força são

alguns dos fatores que contribuem para a prática de atos delinquentes e que devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural e dentro de especificidades históricas.

- Violência da resistência, que expressa uma oposição agressiva à dominação de grupos, classes, nações e indivíduos, como forma de resposta à opressão da violência estrutural.

Fazendo uma distinção das quatro formas de violência anteriormente citadas, tenta-se aplicá-las à violência na e da mídia, sobretudo a televisão: a) a violência estrutural que, conforme já foi dito, diz respeito à predominância dos interesses das classes dominantes e, por consequência a negação dos direitos mais básicos das classes subalternas, por exemplo, adolescentes morrendo por acidentes de trânsito e homicídios, descaso escolar, falta de moradia e trabalho, alcoolismo, drogas e ausência de afeto na família, ansiedades em relação à falta de expectativas no futuro e uma gama de situações que os tornam vulneráveis à várias formas de violência no seu cotidiano. A violência estrutural é muitas vezes representada na mídia televisiva ambigualmente, através do discurso dos noticiários, que buscam manter uma hegemonia, ou, mais recentemente, seguindo uma tendência inaugurada pelo *marketing* social de denunciar os problemas da sociedade pela via da ficção, como as telenovelas; b) a violência cultural, que se articula de forma inseparável da violência estrutural, inclui a dominação do gênero masculino, expressa nas formas machistas das relações e suas consequências, nas formas de racismo, nos preconceitos de cor, sexual e social, nas formas de imposição dos grupos etários diferentes a outros, e nas formas de expressão cultural que exclui ou inferioriza alguns indivíduos ou grupos, diminuindo-lhes a liberdade e criatividade. Ela vem sendo representada, por exemplo, nas formas de exaltação que a mídia realiza dos atributos da juventude, mas a juventude branca, dos estratos médio e alto da população, e também na reprodução das relações machistas em programas de auditório, novelas, propagandas e outras formas de entretenimento; c) a violência da delinquência pode se apresentar nos adolescentes de duas maneiras: a delinquência, na qual o adolescente é autor de atos delituosos, e que muitas vezes pode ser relacionada à violência da resistência, e a delinquência contra o adolescente, que se torna vítima da violência física, sexual, psicológica e racial. Na mídia, televisiva e escrita, o delinquente vem sendo representado, sobretudo, através das notícias de rebeliões nos institutos que abrigam os jovens em conflito com a lei e nos filmes de ficção, geralmente carregados de estereótipos de criminosos e assassinos; d) a violência da resistência pode ser percebida

nos adolescentes como forma de rebeldia ou revolta às situações de opressão ou de despertencimento a que são submetidos muitas vezes, sobretudo nos grandes centros urbanos. Ela pode manifestar-se nos comportamentos contrários aos modelos de juventude forjados, destacadamente pela cultura da mídia através dos programas televisivos, matérias de revistas direcionadas a esse grupo e pela propaganda de produtos de consumo. Essa forma de violência não encontra eco na mídia mas contra-hegemonicamente aparece quando um fato repercute fortemente na sociedade.

A análise de discursos e o os estudos de recepção das mensagens midiáticas

As idéias que integram a Semiologia dos Discursos Sociais são ancoradas em Pinto (1994: 13-20), que sintetiza os princípios teóricos e epistemológicos básicos do pensamento semiológico: postulado da semiose infinita que diz que os objetos adquirem sentido, através do processo de formação e transmissão de crenças, conhecimentos, comportamentos e outros valores socialmente validados, agenciados pela família, amigos, escola, mídia etc.; postulado da economia política do significante que diz que todo objeto significante é produzido num determinado contexto histórico, circulando no meio social e sendo consumido real e simbolicamente; postulado da heterogeneidade enunciativa, que se manifesta num texto em dois níveis, ambos designados por Bakhtin (2000), de polifonia e que alguns autores denominam intertextualidade: o da heterogeneidade mostrada apresentada num texto, refere que há em cada fala, em cada enunciação uma multiplicidade de vozes, citados ou aludidos intencionalmente pelo autor do texto; e o da heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso constituído pelo entrelaçamento no texto presente de sinais de outros textos preexistentes, sem que sejam propriamente citados ou aludidos e segundo restrições sócio-histórico-culturais que fogem ao controle do autor do texto. Bakhtin denominou dialogismo esses entrelaçamentos de citações que são constitutivos dos textos compreendidos como discursos, porque todo texto se constrói por um debate com outros. O reconhecimento em recepção desses níveis de produção de texto ou enunciação independe da identificação do autor empírico do texto. Para a análise de discursos, cada texto pertence a um gênero de discursos, e para cada gênero cabe determinar o que se denomina dispositivo de enunciação, ou seja, a explicitação dos diferentes "posicionamentos ideológicos" ou "posições enunciativas", ou ainda "lugares de fala" (Pinto, 1999: 28-29).

Ainda em construção, os processos de recepção como produtores de sentido se tornaram uma preocupação para os pesquisadores (Sousa, 1995; Guedes, 1998). Os estudos que ressurgiram recentemente, no cenário da interdisciplinaridade, buscam reabilitar o receptor como um sujeito ativo no processo comunicacional. Para Martín-Barbero (1995; 2001), os estudos de recepção atuais buscam resgatar a complexidade da vida cotidiana, onde se dão as mediações, como espaço de produção de sentido. E tentam romper uma forma de pensar sobre a relação com os meios de comunicação em termos de conhecimento ou desconhecimento, e pensar o uso social desses meios.

O conceito de adolescência

Para aprofundar o conhecimento sobre as formas de sociabilidade por meio das quais o adolescente constrói a sua identidade, é necessário, sobretudo, entender a adolescência como uma construção sociocultural, que tem os seus limites de idade estabelecidos segundo as formas como as instituições atuam junto a esse segmento da população. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (Opas/OMS), a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, de vivências orgânicas, no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Assim, abrange a pré-adolescência a faixa etária de 10 aos 14 anos, e a adolescência propriamente dita, a faixa dos 15 aos 19 anos de idade. No entanto, essa demarcação é muitas vezes questionada pelos que consideram a adolescência e a juventude um processo e não apenas uma categoria etária.

Na busca de uma compreensão sobre os processos sociais em que os adolescentes e jovens se envolvem, faz-se necessário recorrer à forma como expressam os seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. Entende-se que as condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se analisar não só os comportamentos individuais, mas especialmente os processos sociais em esse grupo está envolvido (Minayo *et al.*, 1999). Em contrapartida, alguns autores (Madeira e Rodrigues, 1998) afirmam que a história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores, pois apesar das diferenças que de fato existem, os jovens independentemente de sua condição socioeconômica, não só apresentam, mas principalmente cultivam uma identidade ou uma marca própria.

Para Morin (1997:154), na adolescência, a "personalidade" social ainda não está cristalizada, ou seja, "os papéis ainda não se tornaram máscaras endurecidas sobre os rostos, o adolescente está à procura de si mesmo e à procura da condição adulta, donde uma primeira e fundamental contradição entre a busca de autenticidade e a busca de integração na sociedade". Segundo esse autor, a cultura de massa tende a integrar os temas dissonantes da adolescência, interpelando esse grupo etário, fornecendo-lhes heróis, modelos, ao mesmo tempo em que tende a cortar-lhe as arestas e a minimizar seu dinamismo próprio. Para esse autor, a ação prática dos grandes temas identificatórios da cultura ocidental (amor, felicidade, valores privados, individualismo) é mais intensa na adolescência. Reciprocamente, a adolescência experimenta os apelos do mundo moderno e reorienta os meios de comunicação.

4 -OBJETIVOS

Geral

O objetivo desta tese foi analisar qualitativamente a produção discursiva sobre a violência na mídia, em particular na mídia impressa e na televisão aberta brasileiras, e as formas de interpretação e apropriação desses discursos pelos adolescentes, a fim de subsidiar propostas para a prevenção desse fenômeno da violência pelo campo da saúde pública.

Específicos

1. Analisar a literatura sobre o tema.
2. Analisar as marcas dos discursos sobre o fenômeno da violência representada na mídia.
3. Identificar as formas de interpretação, apropriação e inserção da violência na mídia pelos adolescentes de diferentes contextos socioeconômicos e culturais, especificamente as formas de violência representadas na mídia televisiva.
4. Investigar o impacto das diversas formas de violência na mídia sobre o comportamento social dos adolescentes.

5. Aprofundar o conhecimento sobre os possíveis mecanismos de prevenção da violência na mídia do ponto de vista da saúde pública.
6. Identificar possibilidades de contribuição dos meios de comunicação social para atuarem adequadamente na prevenção da violência.

5- METODOLOGIA

O conjunto de textos que compõem esta tese se caracteriza por ser eminentemente qualitativo. Foram realizadas quatro pesquisas apresentadas nesta tese sob o formato de artigos. As pesquisas envolvendo pessoas ocorreram mediante a assinatura de um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preconizado na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Na tentativa de apresentar uma seqüência lógica dessas investigações, o primeiro artigo, aceito para publicação, trata de uma revisão da literatura internacional e nacional. Busca-se nesse artigo apresentar o estado da arte dessa área de produção. É importante ressaltar que não existe a pretensão de exaurir a investigação e a interpretação da literatura, até porque as pesquisas produzidas no âmbito internacional sobre a questão da violência na mídia são demasiadamente volumosas e já foram realizadas importantes revisões bibliográficas sobre elas, tomando-as como referências para o conhecimento do tema. Destaca-se nesse artigo uma reflexão sobre a questão no Brasil, tendo em vista o pouco investimento em pesquisas sobre a violência na mídia do ponto de vista da saúde pública. Discute-se também a necessidade de criação de metodologias próprias de investigação que contemplem as especificidades sociais, econômicas e culturais do país e, principalmente, a condição social da juventude brasileira.

O segundo artigo, já publicado, apresenta uma visão qualitativa da informação produzida pelos jornais do Rio de Janeiro (O Dia, Jornal do Brasil, O Globo) sobre as rebeliões e fugas de adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medida de privação de liberdade. Para compreensão das mensagens, utilizou-se o método da análise de discurso, que embora abarque várias vertentes teóricas e técnicas, nesse artigo fundamenta-se na proposta de Norman Fairclough (2001). Essa pesquisa justifica-se em função da frequência e do modo como a mídia tem tratado a questão. Esse modo tem repercutido no desenvolvimento psicossocial desse grupo e favorecido formas de violência contra os mesmos.

O terceiro artigo, também publicado, apresenta um estudo qualitativo que busca analisar os significados que a violência assume em diferentes contextos sociais e como ela se manifesta no cotidiano escolar. Esse estudo é parte de uma pesquisa de avaliação de um programa para educação para valores. Adotou-se a técnica de grupo focal (Morgan, 1988) para investigar o tema “violência na escola”. Esse tema suscitou o relato da questão da mídia, demonstrando o quanto esses meios interferem na vida dos adolescentes. Analisam-se os depoimentos de alunos e professores de três municípios brasileiros, alvos do programa (Iguatu/CE; Juiz de Fora/MG e Campinas/SP). Investiga-se principalmente o uso e porte de armas de fogo na escola e a inter-relação entre essas práticas e as instituições que vêm, tradicionalmente, cumprindo um papel de socialização dos jovens: a família e a escola. A mídia é auto-relatada como uma instituição interferente que tem um impacto negativo na representação do uso de arma de fogo. Embora não se tenha partido da questão da violência na mídia para se alcançar a dimensão da violência na escola, o estudo demonstra que esses fenômenos estão intimamente relacionados de forma significativa.

O quarto artigo, a ser encaminhado para publicação, analisa os sentidos atribuídos pelos adolescentes do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, à violência na mídia, em particular, na televisão. Foi utilizada a técnica de grupo focal (Morgan, 1988) para investigar as formas de interpretação, incorporação ou rejeição do fenômeno da violência na mídia pelos adolescentes das sétimas e oitavas séries de quatro escolas: duas públicas e duas privadas. Pressupõe-se que os diferentes modos de apropriação da violência representada na televisão comprometem uma compreensão adequada desse fenômeno social e dificultam um real dimensionamento sobre o cuidado em relação às situações de risco por parte dos adolescentes. O estudo se propõe a identificar aspectos desse campo, no qual a saúde pública deve e pode atuar no sentido de prevenir a violência simbólica e real contra esse grupo.

As conclusões desta tese procuram refletir sobre os resultados encontrados nas pesquisas anteriormente referidas. Busca-se discutir as limitações e as possibilidades apontadas, trazendo para o campo da saúde pública alguns questionamentos que necessitam de atenção. Um deles refere-se ao vazio de conhecimento sobre essa temática. Supõe-se que essa ausência reflete o desinteresse por essa questão, tão crucial na vida de crianças, adolescentes e jovens, conforme apontam pesquisadores de todo o mundo. Procura-se demonstrar a necessidade de uma parceria com a mídia na atuação

da prevenção da violência em todos os níveis e subsidiar propostas consideradas essenciais de serem adotadas pelo setor saúde.

6 – ARTIGOS

ARTIGO

A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura

Violence in the media as subject in the public health area: revision of literature

Kathie Njaine¹

Maria cecilia de Souza Minayo¹ (Njaine,K.&Minayo,M.C.)

Abstract *This article aims to revisit the main scientific, international and national contributions produced in health area, on subject “violence in the media and its effect on children and adolescents”. Through the international and national bibliographical databases of health area, had been accessed the scientific production, in its great majority from the United States, review articles, protocols and documents produced which had synthesized the conclusions of these studies. It is also considered the scarcity of Brazilian research on violence in the media, at the health side and also the necessity to adjust theories and methods to the national context. It is also stressed the importance to investigate violence in the media under the optics of public health in order to contribute with violence prevention and preserve children and adolescents health.*

KeyWord *violence, media, adolescent, public health.*

Resumo: *Este artigo objetiva visitar as principais contribuições científicas, internacionais e nacionais produzidas pela área da saúde, sobre o tema violência na mídia e seus efeitos sobre crianças e adolescentes. Foram acessadas na bases de dados bibliográficos internacional e nacional da área da saúde a produção científica, em sua grande maioria originária dos Estados Unidos, artigos de revisão, protocolos e documentos produzidos que sintetizaram as conclusões desses estudos. Discute-se a escassez de pesquisas brasileiras sobre a violência na mídia do ponto de vista da saúde e*

¹ Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde. Av. Brasil 4036, 7º andar sala 700. Manguinhos, 21040-361 kathie@claves.fiocruz.br

também, a necessidade de adequar teorias e métodos ao contexto nacional. Destaca-se também a importância de investigar a relação violência na mídia sob a ótica da saúde pública a fim de contribuir com a prevenção da violência e a promoção da saúde de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: *violência, mídia, adolescente, saúde pública*

Introdução

Neste artigo busca-se apontar as principais contribuições das pesquisas sobre violência na mídia e seu impacto na infância e adolescência, identificadas na literatura internacional e nacional do campo da saúde. No âmbito internacional, a produção científica concentra-se principalmente nas áreas da medicina, psicologia e pediatria; e no nacional, há uma maior contribuição da área da psicologia, embora ainda bastante escassa se comparada à internacional. Do ponto de vista da saúde pública no Brasil, os trabalhos são praticamente inexistentes, fazendo-se necessário sério investimento, na busca de uma compreensão cultural específica, principalmente voltada para a prevenção da violência e para a promoção da saúde de crianças e adolescentes.

O Programa do Adolescente da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) vem apontando a questão da violência na mídia como uma das prioridades de investigação, diagnóstico e prevenção a ser tratada pelo setor de saúde juvenil nas Américas (McAlister, 2000). De um lado, essa preocupação é justificada pela grande circulação de produtos midiáticos violentos, distribuídos, sobretudo, pelos Estados Unidos aos demais países do continente e para grande parte do mundo. Pesquisadores europeus e também norte-americanos vêm demonstrando que os programas produzidos nos EUA e

exportados contêm mais quantidade e intensidade de violência que os de origem dos próprios países. Por outro lado, os estudiosos alertam que, com o fluxo global de informação através das várias mídias (vídeos games, internet etc.), tornou-se muito mais difícil, para as sociedades, controlar a qualidade dos conteúdos em circulação.

Além do mais, em sendo a violência uma produção histórico-social, são necessários investimentos constantes na interpretação das novas formas de sua apresentação e de suas intrincadas articulações. Tal é o caso da necessidade de compreensão dos tipos específicos de violência próprios desse momento de mudanças profundas nos modos, meios e fatores de produção, circulação e consumo, sob a égide da revolução micro-eletrônica e de todos os meios comunicacionais e informacionais. Nesse sentido, a OPAS enfatiza a necessidade de se aplicarem modelos de investigação que contemplem os aspectos sócio-econômicos e culturais de cada país. A busca de conhecimentos mais específicos permite elaborar políticas e estratégias adequadas a uma intervenção dos atores da saúde pública.

O estágio de desenvolvimento das pesquisas no âmbito internacional

Desde a década de 60 alguns países da América do Norte, Europa e Ásia vêm investigando os efeitos da violência na televisão, sobretudo relacionada ao público infantil. Atualmente nota-se um investimento em pesquisas sobre a temática violência na mídia em diversas regiões do mundo, uma vez que os meios de comunicação tornaram-se inquestionavelmente um fenômeno de massa, difundindo visões de mundo, valores e imagens em escala global e com tecnologias cada vez mais avançadas. Essas pesquisas, entretanto, estão distribuídas desigualmente e a grande maioria está concentrada nos países da América do Norte.

Somente nos Estados Unidos foram realizados e revistos mais de 1000 estudos no campo da saúde nas últimas décadas (Strasburger, 1993). Esses trabalhos surgiram a partir da preocupação de profissionais de saúde frente à crescente exibição de cenas violentas nos programas de televisão, paralelamente à constatação de um aumento do comportamento agressivo em crianças e adolescentes. Estudos conduzidos em laboratório procuravam avaliar o comportamento de crianças durante a exposição a programas violentos. Observando o comportamento de crianças em comunidades que possuíam televisão e comparando-o ao de outras que viviam em comunidades sem esse meio de comunicação, dois estudos realizados na Austrália e na Colúmbia Britânica, no início da década de 70, obtiveram resultados sobre uma mudança no comportamento das crianças que conviviam com a presença da televisão. Essas apresentavam uma conduta mais agressiva e menos criativa nas brincadeiras em relação às que viviam em comunidades sem a presença da tv. Tais estudos foram considerados inviáveis de serem realizados no mundo ocidental atual, pela dificuldade de se encontrar grupos para comparar e controlar as diferentes variáveis estudadas.

Um método comum utilizado por pesquisadores de todo o mundo tem sido o de pesquisas de opinião por amostragem. Mas esse tipo de abordagem também é considerado insuficiente, por não esclarecer se a televisão tem influência sobre o comportamento de grupos etários mais jovens. Esses enfoques citados anteriormente têm sido atualmente bastante criticados por pesquisadores de diversos países, no sentido de que procuram estabelecer uma relação direta de causa e efeito da violência na mídia com o comportamento de crianças e adolescentes. Contudo, a maioria dos estudos admite que os meios de comunicação é uma importante fonte auto-relatada de informações sobre sexo, drogas e violência para esse grupo etário.

A análise de conteúdo tem sido considerada um dos métodos que mais tem contribuído para as pesquisas sobre a mídia, por quantificar cenas de violência na programação; identificar imagens estereotipadas de grupos sociais específicos; e demonstrar o quanto a indústria cultural tem sido mantido imutável frente às preocupações tanto dos profissionais de saúde quanto da educação. No entanto, tais análises não contemplam o aspecto da recepção desses conteúdos e a influência ou não dessas cenas sobre a vida de crianças e adolescentes.

Três modelos teóricos vêm sendo utilizados com mais frequência para investigar a questão da violência na mídia e o seu impacto sobre a saúde de crianças e adolescentes: um, centrado na teoria da aprendizagem social; o segundo enfoca a teoria dos efeitos preparatórios; e o terceiro, denominado modelo de *script*.

A teoria da aprendizagem social, elaborada por Albert Bandura (1965) na década de 60, demonstra que as crianças, em especial, imitam o que vêem na tela ou incorporam padrões de comportamento por ela propostos. Pesquisas de campo mostraram que a agressão é aprendida em idades menores e à medida que a criança cresce, as mudanças se tornam mais difíceis.

A teoria dos efeitos preparatórios (Berkowitz, 1984), com base na teoria da aprendizagem social, enfatiza o papel das características pessoais dos espectadores e relata que muitos dos efeitos decorrentes da exposição à violência na mídia ocorrem de forma transitória. Por exemplo, alguns espectadores frustrados e com raiva em seu ambiente real estariam mais suscetíveis a assistir cenas de violência na televisão e a terem uma conduta mais agressiva na vida real.

A teoria do *script* (Huesmann, 1986) constitui um modelo de desenvolvimento social dos efeitos da violência, e tem base nas abordagens da cognição social, segundo as

quais, o comportamento social é controlado por *scripts* oferecidos durante a infância. Esses *scripts* ficam programados na memória e são usados ao longo da vida como guias para o comportamento social e para a resolução de problemas. Em outras palavras, a exposição precoce à violência na tv, segundo os estudos longitudinais desse autor, está associada a comportamentos agressivos futuros. Wartella, Olivarez e Jennings (1999:66) apontam a importância dessa teoria por demonstrar elementos-chave para configurar o impacto da violência na mídia sobre as crianças: o estágio de realização intelectual do espectador; a popularidade social do personagem; a identificação com os personagens da tv; a convicção no realismo da violência na tv; e o grau de fantasia do espectador sobre agressão.

Alguns estudos observam que nem todo modo de representação da violência e nem toda a reação do público devem ser analisados da mesma forma, ressaltando a necessidade de distinguir fatores que estão relacionados ao contexto da representação e às características individuais do espectador. Diversos fatores referentes à natureza da representação que podem aumentar ou minimizar o risco dos efeitos nocivos da violência na televisão foram identificados: características do perpetrador da violência; características da vítima; motivo para a violência do agressor; presença de armas; duração e a intensidade das cenas violentas; grau de realismo das cenas de agressão; violência recompensada ou punida; danos morais, físicos e emocionais que esses atos provocam; existência de humor na apresentação das cenas de violência. A capacidade cognitiva das crianças é considerada um fator de vulnerabilidade a determinadas formas de representação da violência, principalmente as menores de sete anos, por não distinguirem claramente a violência dos desenhos animados da realidade (National Television Violence Study, 1998).

Uma outra consequência apontada na literatura, decorrente da exposição a longo prazo à violência na tela, é a *dessensibilização*. Esse efeito se caracteriza pela indiferença

dos indivíduos quando a violência é dirigida a outros e há atitude de omissão em relação à vítima. Outro fenômeno estudado é o da intensificação do *medo*, por parte dos espectadores, de serem vítimas da violência na vida real (Gerbner *et al.*, 1986). Esse aspecto do medo foi observado nas pessoas expostas a muitos episódios de agressão na tv. Expressa-se por meio de atitudes auto-protetoras e nas formas desconfiadas de se relacionarem com os outros. Os autores explicam que tais espectadores tendem a igualar a violência na tela, incluindo a que é veiculada nos telejornais, com a violência na vida real.

Mais recentemente, os estudos culturais têm contribuído para uma interpretação do fenômeno da comunicação em diferentes contextos sócio-culturais. Na América Latina, os trabalhos de Martín-Barbero (2000), Canclini (1999), Ortiz (1994) dentre outros, oferecem um referencial teórico importante para uma compreensão cultural sobre as formas de interpretação e recepção do discurso da mídia no cotidiano.

Dados recentes demonstram a importância de trabalhar esse tema da relação violência e mídia no processo educativo e na saúde. Mas, apesar de décadas de pesquisas que evidenciam os riscos da violência na mídia, associados a outros, para o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, a televisão norte-americana mantém um nível alto e freqüente de violência na tela. Strasburger e Donnerstein (1999) apontam a ausência de programas nas escolas norte-americanas para refletir sobre os conteúdos violentos nos meios de comunicação e trabalhar a prevenção da violência. Ao contrário, países como o Canadá, Austrália, Inglaterra, Escócia e África do Sul vêm implementado diversos projetos para crianças, alguns iniciados a partir do jardim da infância.

As análises da produção científica de quatro décadas e os protocolos divulgados pelas principais instituições de saúde, sobretudo norte-americanas, atestam que a violência na mídia constitui um problema de saúde pública.

Um dos trabalhos pioneiros, elaborado nos Estados Unidos pelo *Surgeon General's Scientific Advisory Committee on Television and Social Behavior*, em 1972, reuniu 23 projetos de pesquisas em diversas universidades e institutos, com o objetivo de analisar o conteúdo da programação televisiva e apontar os possíveis impactos da violência sobre os valores e comportamentos dos espectadores. Algumas das preocupações desses profissionais relacionavam-se à forma como as vítimas dos conflitos raciais e dos conflitos de guerra eram representadas. Tais pesquisas destacaram a importância de uma melhor compreensão do impacto social e psicológico da violência sobre as crianças e a necessidade de uma abordagem clara e compreensiva da violência veiculada pela televisão.

Em 1993, a Associação Norte-americana de Psicologia divulgou o Relatório “*Juventude e Violência*”, enumerando alguns dos principais fatores sócio-culturais relacionados a essa questão e destacou a importância da intervenção e da prevenção da violência na mídia, por parte dos profissionais de educação e saúde. A partir de um complexo retrato da juventude norte-americana, incluindo aí os nativos, os afro-americanos, os asiáticos e os latino-americanos, o documento apontou a violência na mídia como um dos fatores responsáveis pelo incremento da violência na sociedade, tanto no que se refere à perpetração de atos que afetam a integridade do outro, quanto à vitimização desse grupo etário. Em síntese, o Relatório destacou que, ao longo do tempo, a incorporação de hábitos agressivos em tenras idades serve como base para comportamentos agressivos futuros e concluiu que a exposição excessiva à violência na televisão pode: a) contribuir com atitudes violentas contra mulheres (quando a representa em papéis de vítima) e contra minorias étnicas (quando as representam como grupos agressivos); b) impulsionar os jovens para atitudes consumistas, fazendo uso da violência para obter produtos que a propaganda apresenta.

No Canadá, o *National Clearinghouse on Family Violence*, divulgou, em 1994, um documento sobre os efeitos da violência na mídia sobre as crianças, enfatizando o papel dos pais na mediação da relação televisão e público infantil. Algumas das recomendações desse documento são: a criação de rotinas, onde as crianças devem realizar outras atividades, limitando o tempo frente à tv; a adequação de uma abordagem sobre a convivência com a tv à idade da criança e o diálogo sobre os valores positivos para um ambiente não agressivo.

A publicação *Guia Médico para orientação sobre a Violência na Mídia* (1996), da Associação Médica Americana, alerta os profissionais de saúde sobre os possíveis efeitos causados pela excessiva exposição à violência na televisão e ao consumo desse meio.

Efeitos potenciais adversos para a saúde e conseqüências sociais do excesso de atividades na mídia

Aumento do comportamento violento
Obesidade
Diminuição de atividades físicas e aptidões
Aumento dos níveis de colesterol
Excesso de consumo de sódio
Esforço repetido para insultar ou ferir em jogos de computador
Insônia
Ataque fótico em indivíduos vulneráveis
Prejuízo no desempenho escolar
Aumento do uso de tabaco e álcool
Aumento da atividade sexual
Diminuição do grau de atenção
Diminuição da comunicação familiar
Foco excessivo no consumo

Fonte: American Medical Association, *Physician Guide to Media Violence*, Chicago/USA, 1996.

Em recente publicação, a Academia Americana de Pediatria recomenda uma série de medidas a serem tomadas por profissionais de saúde, pais, escola, comunidade, governo e meios de comunicação de forma a intervir nos níveis de violência na televisão, nos vídeo-games, nos filmes, na mídia impressa e nos cliques musicais. Essa entidade recomenda sobretudo a parceria dos pediatras com profissionais de demais entidades de diversas áreas

para a elaboração de uma agenda da saúde pública com relação à violência na mídia (American Academy of Pediatrics, 2001).

No Japão, desde a década de 60, a questão da violência na mídia vem preocupando tanto a área da saúde quanto a da educação, no que se relaciona principalmente a audiência infantil. A maioria dos estudos japoneses também estabelece uma relação causal entre o ato de ver violência na tv e o comportamento agressivo, mas destaca a importância do ambiente familiar e das características da criança como fatores que influenciam nessa relação. Revisando a literatura japonesa sobre o tema, Koidara (1999) destaca que, a partir da segunda metade da década de 70, as análises de conteúdo contribuíram para categorizar as cenas dos desenhos animados e apontar as diferenças na forma como a violência é representada na programação infantil japonesa em relação à tv norte-americana. Os resultados dessas pesquisas demonstram que, ainda que a quantidade de cenas de agressão seja similar às da programação norte-americana, a natureza da violência representada na tv japonesa é mais realista. Uma pesquisa em oito países da Ásia, incluindo o Japão, sobre a programação infantil, mostrou as principais diferenças em relação à programação ocidental: nos países asiáticos os conflitos interpessoais e intrafamiliares são mais ressaltados; há uma ênfase maior no sofrimento das vítimas; em geral, os heróis sofrem mais que os vilões; e a violência na TV é mais explicitada, como as imagens de sangue nas agressões físicas.

Desde a década de 70, a Austrália e a Nova Zelândia também vêm realizando pesquisas sobre a violência na mídia, tanto do ponto de vista da produção quanto da recepção. Durkin & Low (1999) revisaram esses estudos e identificaram pesquisas que demonstram os efeitos nocivos da propaganda de brinquedos anti-sociais; estudos sobre jogos de computador; e as tradicionais investigações que analisam a associação da mídia com os níveis de agressividade em crianças. Os autores consideram que a abordagem

desses temas é ainda muito incipiente, e que pesquisas sobre a percepção de crianças, adolescentes e pais sobre as formas físicas e simbólicas da agressão, representadas na televisão, são mais esclarecedoras. Esses autores afirmam que não há um consenso entre os pesquisadores de seus países quanto aos efeitos nocivos da violência na mídia e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O que existe é uma crescente preocupação com essa questão. A Academia Australiana de Pediatria, no entanto, publicou um documento em 1994, declarando que a simples quantidade de horas assistindo à televisão, sobretudo no caso de programação violenta, já indica que esse meio pode influenciar de forma nociva o desenvolvimento infantil. O tempo gasto frente à televisão e com outras mídias tem servido de dado para pesquisas, sobretudo em países com alto consumo de produtos midiáticos apresentando episódios e cenas de violência na programação. Estudo recente afirma que as crianças e jovens norte-americanos entre dois e 18 anos despendem em torno de seis horas e meia em ambientes multimídias (televisão, filmes, vídeo games, impressos, rádio, computador e internet). Esse tempo é muito maior do que é utilizado com qualquer outra atividade, com exceção de dormir (The Henry J. Kaiser Family Foundation *apud* American Academy of Pediatrics, 2001).

Estudos europeus sobre a violência na mídia, em especial, na televisão, concentram-se, em maioria, na década de 90. No Reino Unido, Alemanha, França, Dinamarca, Bélgica, Espanha, Finlândia, Suécia, Holanda e Irlanda as pesquisas sobre criança e mídia partem, sobretudo, das áreas de sociologia, jornalismo e psicologia. Contudo, diferente do que acontece nos EUA, a principal teoria que ancora os estudos tem sido a da *recepção*, seguida pelas mais tradicionais como a de *efeitos* e a de *usos e gratificações*. Os métodos mais utilizados têm sido as revisões da literatura, entrevistas com grupos e uso da observação participante (Linné, 1999).

Para importante parcela de pesquisadores europeus muitas pesquisas norte-americanas deram atenção exagerada às relações estritamente causais do ato de assistir a cenas de violência na mídia. Esses estudiosos consideram que tais efeitos são muito difíceis de serem demonstrados. Outra crítica aos resultados das investigações norte-americanas, realizada por investigadores europeus, é que elas não esclarecem a magnitude do impacto da violência na mídia em relação a outros fatores provenientes da violência na sociedade (Von Feilitzen, 1999).

Em 1998, uma investigação multicêntrica, realizada em 23 países, inclusive no Brasil, envolvendo 5000 crianças de 12 anos de idade, procurou entender, através de aplicação de questionários, como esse grupo etário percebe a violência na tela. O estudo mostrou que a televisão é uma mídia presente em todas as regiões pesquisadas. E que as crianças passam mais tempo em frente à TV (uma média de 3 horas/dia) do que utilizando outro meio de comunicação (rádio ou livros), ou realizando qualquer outra atividade, inclusive seus deveres escolares. Essa pesquisa enfatizou o fascínio que a violência exerce sobre as crianças e o modo como relacionam a recompensa dos heróis da tela às suas condutas na vida real, sugerindo que a televisão pode servir de modelo para esse grupo. No entanto, os autores do estudo ressaltaram o que já vinha sendo alertando por outros analistas: é preciso investigar e compreender a intervenção de outros fatores como a relação entre a mensagem e a personalidade da criança, seu ambiente real, sua experiência com agressão, suas circunstâncias familiares e o contexto cultural de sua existência (Groebel, 1999).

Em alguns outros países tem havido investimento de pesquisa sobre o tema aqui concernente, ainda que, em escala bem menor e de forma menos sistemática que nos países da Comunidade Européia e nos Estados Unidos. Tal é o caso, por exemplo, de

investigações realizadas em Israel, China e África do Sul que, dado o grau de desenvolvimento dos trabalhos, acrescentam pouco às teorias e modelos aqui já descritos.

A situação das pesquisas na América Latina e Brasil

Na América Latina e Brasil os estudos sobre a questão da violência na mídia, produzidos pelo campo da saúde, são escassos se comparados aos investimentos realizados na América do Norte, Europa e Ásia. A maioria dos pesquisadores concorda que não é possível generalizar, para os países latino-americanos os resultados das pesquisas realizadas em outras partes do mundo. Cada sociedade possui aspectos sócio-culturais específicos que determinam o modo de produção, circulação e consumo dos produtos midiáticos, ainda que os processos tecnológicos e a realidade virtual transponham essas fronteiras.

Merlo-Flores (1999), investigando a questão na Argentina na década de 80, pesquisou uma amostra de duas mil crianças em áreas urbanas e constatou que elas se relacionam umas com as outras utilizando elementos da televisão, e que um desses elementos mais frequentes é a agressão. Para essa autora, a agressão se tornou um novo “código de comunicação”, sobretudo para as pessoas mais jovens. No entanto, a própria investigadora questiona se esse fator torna as crianças necessariamente agressivas no sentido patológico.

A televisão comercial tem sido a mídia mais utilizada por crianças e adolescentes do Brasil. Apesar de apresentar uma qualidade de programação bastante questionada por pais e professores, pesquisa recente do UNICEF, que ouviu 5.280 adolescentes em todo o Brasil revela que 52% desse grupo etário têm na televisão a maior fonte de lazer. Cerca de 70% consideram a programação da tv “muito boa” (UNICEF/Fator OM, 2002). Enfatizar os aspectos positivos da mídia, assim como o compromisso de uma parte dos profissionais da

área de comunicação com a qualidade da programação tem sido também um esforço de âmbito mundial, que também é realizada no Brasil.

A produção científica brasileira, do campo da saúde, sobre o tema violência na mídia é pequena. Destaca-se maior contribuição da área da psicologia, apesar dessa não ser contínua e representativa em termos nacionais, concentrando-se entre as décadas de 70 e 80. As investigações enfocam principalmente a programação preferida do público infanto-juvenil e a relação que porventura tenha com comportamentos agressivos.

Beraldi (1978) examinou a preferência de crianças pré-escolares na faixa etária de quatro a seis anos de idade e encontrou que a grande maioria desse grupo escolhia os desenhos animados. Dos dez personagens mais populares, oito foram considerados violentos e o *Pica-Pau* foi o personagem favorito. O *Pica-Pau* também foi apontado como o personagem mais popular em outros trabalhos com crianças escolares (Pacheco, 1981; Resende e Fusari, 1982)).

Revisando esses trabalhos anteriores, Andersen (1986) encontrou que vários aspectos negativos do personagem *Pica-Pau* indicados nessas investigações coincidiam, como a agressividade, os métodos pouco escrupulosos que esse personagem utiliza para atingir seus objetivos e a forma dominadora e sarcástica com que se relaciona com outros personagens secundários. Alguns aspectos divergentes demonstraram a ambigüidade do personagem, avaliado por uns como desonesto e desagradável e por outros, como indefinido. Pesquisa na área da educação identificou que a popularidade do *Pica-Pau* entre as crianças está relacionada à sua maneira humorada, esperta e engraçada de viver e conseguir seus objetivos a qualquer custo (Fischer, 1982). Entretanto, o conteúdo violento do desenho ainda preocupa uma parcela dos profissionais da área da saúde.

Em sua pesquisa, Andersen (1986) procurou categorizar a violência veiculada nos desenhos e verificou que o tema básico desse gênero é a *perseguição* e a *agressão física* que, geralmente, não causam danos reais e os personagens principais se saem bem. Essa autora também observou que os principais personagens dos desenhos e também os secundários são figuras humanas ou animais masculinos e adultos, dotados de superpoderes, o que pode fornecer modelos de identificação para crianças do sexo masculino.

Kasprzak (1997) também analisou os conteúdos violentos presentes em um episódio da série *Cavaleiros do Zodíaco*. Buscou associá-los à construção de valores sócio-morais em crianças pré-escolares e identificou aspectos como a polarização de uma moral do “bem” e do “mal”, a banalização da violência e o uso do poder associado a ela. Observou que algumas brincadeiras infantis faziam referência aos personagens dos desenhos, incorporando atitudes agressivas, a partir da cultura televisiva.

Algumas pesquisas da área da educação (Fischer, 2001) e comunicação (Rangel, 1996) têm contribuído para uma melhor compreensão da interação televisão-receptor, a primeira voltada para o público infantil e a segunda para o adolescente.

As análises sobre a relação televisão-adolescente, entretanto, ainda são escassas. O trabalho de Coutinho (1972), considerado pioneiro na temática no país, demonstrou a importância desse meio para a vida do adolescente brasileiro. Witter (1991) estudou a preferência de jovens na programação televisiva e verificou que os prediletos dos estudantes, entre 14 e 17 anos, eram a telenovela, o telejornal e o filme, respectivamente. Encontrou também que os adolescentes, em geral, gastam uma média de três horas diárias frente à tv, mas os de estratos econômicos mais baixos despendem mais tempo nessa forma de lazer. Apesar disso, os entrevistados declararam que a televisão influencia muito pouco

o seu comportamento. Pesquisas posteriores também verificaram que os adolescentes não se consideram influenciáveis pela mídia (Minayo *et al.*, 1999).

Existe ainda uma ausência de estudos que mostrem como o adolescente é retratado na televisão e em outras mídias. Alguns são precursores como o de Guerra (1995) que analisou o tratamento dado pelos jornais de São Paulo à questão da violência física cometida no âmbito familiar. A autora verificou que a imprensa dedica pouco espaço aos eventos de vitimização, exceto em casos graves ou, pode-se dizer "bárbaros", sugerindo mais a criminalização do agressor do que a proteção à vítima. Essa pesquisa também constatou algumas questões importantes: (a) a imprensa reforça o ciclo de silêncio que cerca esses eventos, quando não noticia os denunciantes da agressão e nem enfatiza a participação de qualquer cidadão na denúncia; (b) protege a instituição familiar em que ocorre a violência, atribuindo os acontecimentos a uma conduta particular de um pai ou uma mãe, distorcendo a responsabilidade política dos governos no tratamento da violência doméstica; (c) e por fim, tem um discurso moralizante, superficial e alienado com relação a esse tema.

Alguns outros estudos vêm demonstrando uma estigmatização subliminar pela mídia, contra jovens na veiculação de notícias sobre violência. A percepção social da delinqüência aumenta na medida em que a mídia destaca determinados grupos sociais e espaços, influenciando na formulação de políticas para os jovens como o rebaixamento da idade penal, e na perpetuação do estereótipo do "marginal", "pivete" e "menor" (Noronha, 2000; Menin, 2000; Njaine & Minayo, 2002).

Do ponto de vista do uso da imagem da juventude para fins comerciais, Pinsky (1994) analisou a propaganda de bebidas alcoólicas na televisão brasileira e observou que: (a) o público-alvo desses comerciais é frequentemente o jovem; (b) a propaganda de álcool

ênfatiza muitas vezes o efeito ansiolítico e relaxante do produto; (c) as mensagens de bebidas, como a cerveja, estão relacionadas à identidade nacional ou grupal; (d) as mensagens sobre o abuso de bebidas alcoólicas foram detectadas em 7,2% da amostra. A autora chama a atenção para a naturalização da venda e do consumo de bebida alcoólica na sociedade e a necessidade de refletir sobre a aceitação naturalizada desse hábito, reforçado pela propaganda veiculada na mídia.

Gorgulho (2001) enfocou aspectos do conteúdo das notícias da imprensa escrita sobre o uso de drogas e a questão da saúde e verificou que a maioria das matérias publicadas em 2000 (979 artigos) aborda o tema da repressão, e 422 artigos a atuação da polícia na apreensão de drogas. Somente 7% das matérias trata de temas relacionados à saúde. E a prevenção foi abordada em somente 4,36% das matérias. Os resultados dessa pesquisa, realizada no âmbito do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID), demonstram que: (a) o álcool e o tabaco são raramente tratados pela mídia como drogas socialmente difundidas; (b) há pouca ênfase na atuação de redução de danos, prática inovadora de saúde no país; (c) é recorrente uma visão moralista e criminalizadora, associando o uso de drogas à violência. A atuação da mídia contribui para a marginalização do usuário de droga, o que acaba por contrariar o trabalho de muitos profissionais da saúde que atuam nessa área e que buscam uma relação de respeito com cada indivíduo. A discriminação do usuário de droga também passa pela focalização da mídia nos indivíduos negros e pobres, ocultando o nível de envolvimento da classe média branca, revela essa pesquisa.

Minayo e colaboradores (1999) investigaram a opinião de jovens estudantes cariocas, de 14 a 20 anos de idade, sobre as questões da juventude, violência e cidadania no município do Rio de Janeiro. Os meios de comunicação foram abordados por sua

importância no cotidiano da juventude, o que ficou comprovado na pesquisa quantitativa, quando indicaram o quarto lugar para a mídia, dentre as instituições em que mais confiam. Nessa pesquisa, realizada entre 1998 e 1999, foram entrevistados 1220 jovens nos domicílios e em escolas públicas e privadas e 443 educadores. Jovens de todos os estratos sociais criticaram a imagem que a mídia apresenta da juventude carioca, associando-a a drogas, sexo e baderna. Os dos estratos sociais mais baixos consideram que a juventude pobre é a mais focalizada e associada à violência pelos meios de comunicação social. Na opinião dos estudantes, a mídia influencia no aumento dos conflitos sociais porque distorce os fatos, os espetaculariza e estimula o consumismo exacerbado.

Alguns trabalhos da área de pediatria, nutrição, psicologia demonstram uma preocupação com a influência do ambiente multimídia sobre crianças e adolescentes, no que se refere: ao papel que as cenas eróticas exerce sobre a sexualidade (Pinto, 1995); os discursos da dieta refletidos na imagem corporal (Serra, 2001); e os conteúdos agressivos no comportamento de risco para a violência (Feijó & Oliveira, 2001). A Sociedade Brasileira de Pediatria divulgou em 2001 o documento *Promoção de Segurança da Criança e do Adolescente frente à Mídia (TV, Internet)*. Nesse texto, recomenda aos pais que estejam atentos em relação aos hábitos de seus filhos de assistir tv e usar a internet, buscando limitar o tempo frente a esses meios, estimular outras atividades de lazer, conhecer os programas a que os filhos assistem e ajudar a compreender o conteúdo que é veiculado (Doria Filho, 2001).

Reato (2001) e Yunes (2001) destacam que, do ponto de vista da saúde pública e da epidemiologia, a programação violenta nos meios de comunicação é considerada como um fator de risco. Esses pesquisadores propõem a mediação de pais, profissionais de saúde e educação nesse binômio televisão-adolescente, para promover orientação e prevenção.

Algumas reflexões para os estudos no campo da violência e saúde

A proposta central da saúde pública, ainda que seja difícil defini-la sob a ótica positivista, é a qualidade da vida. E interessa ao campo da saúde, todos os dispositivos sociais que possam contribuir para melhorar a existência individual e coletiva. Na infância e na adolescência, esses dispositivos devem ser lidos pelo viés do crescimento e do desenvolvimento. Portanto, não cabe ao setor demonizar nada daquilo que constitui elemento do *modus vivendi* dos jovens, no atual estágio de avanço tecnológico e social. A convivência com as várias mídias faz parte do cotidiano desse grupo sócio-etário. É importante assinalar que a televisão, a mídia de mais amplo acesso, não pode ser vista somente como um veículo de comunicação, mas como um produtor de sentidos e construtor de valores. Os valores que circulam na mídia são, portanto, expressões de sentido dadas tanto pelo produtor quanto pelo receptor da mensagem, e ocupam o mesmo espaço (Sousa, 1995). E é nesses espaços, que atravessam a experiência cotidiana dos adolescentes e jovens, com os mais diferentes níveis de violência real ou simbólica, que o setor saúde também atua. Essa atuação não se restringe, no entanto, somente à identificação de uma relação de causa e efeito da violência na mídia sobre o comportamento dos grupos. No entanto, ela deve ser exercida, também, no aprofundamento de conhecimentos sobre que outras conseqüências o discurso sobre a violência é capaz de gerar, independente, inclusive, da intenção de quem o produz. Como reflete Groebel (1999: 222), “*além da agressão 'funcional', os homens desenvolveram a agressão 'destrutiva', o genocídio, a tortura hedonística, a humilhação, que não podem ser explicados em termos de sobrevivência. São esses que, em geral, estão amplamente distribuídos na mídia*”. As imagens estereotipadas de grupos sociais como mulheres, homossexuais, negros são abusadamente utilizadas pela mídia e se constitui em uma forma de violência pouco reconhecida pela sociedade e por

vezes é motivo de diversão e sarcasmo. Mas é importante também lembrar que os níveis de violência na vida real muitas vezes não são sempre reconhecidos e que, a discriminação e o preconceito, por exemplo, não são atitudes exclusivas dos profissionais da mídia, estando presente também nas práticas dos profissionais da área da educação e da saúde que lidam com crianças e adolescentes refletindo negativamente na socialização desse grupo.

Constata-se, por fim, a necessidade do imprescindível diálogo das disciplinas e dos métodos para as pesquisas nesse campo da violência e saúde. No caso brasileiro, em relação à produção de conhecimentos se identifica uma grande lacuna tanto em relação a questões gerais como específicas. O próprio reconhecimento do assunto como problema do âmbito da saúde pública ainda precisa avançar. Para tal, se faz necessário investir em pesquisas qualitativas, epidemiológicas e estudos longitudinais em nível nacional, com ênfase nas peculiaridades culturais e nas formas de sociabilidade dos adolescentes e jovens brasileiros.

Referências

- American Academy Pediatrics 2001. Media Violence. *Pediatrics*, 108 (5):1222-1226.
- American Medical Association 1996. *Physician guide to media violence*. American Medical Association, Chicago.
- American Psychological Association 1993. *Violence and youth: Psychology's response*. Summary Report of the American Psychological Association Commission on Violence and Youth, vol. 1, American Psychological Association, Washington.
- Andersen MJB 1986. *Violência nos desenhos animados exibidos pela televisão: Uma ponderação necessária*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Australian College of Pediatrics 1994. Policy statement: Children's television. *Journal of Pediatrics & Child Health* 30:6-8.
- Bandura A 1965. Influence of model's reinforcement contingencies on the acquisition of imitative responses. *Journal of Personality and Social Psychology* 1:589-595.
- Beraldi MJ 1978. *Televisão e desenho animado: O telespectador pré-escolar*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Berkowitz L 1984. Some effects of thoughts on anti – and prosocial influences of media events: a cognitive-neoassociation analysis. *Psychological Bulletin* 95:410-427.

- Canclini NG 1999. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- Coutinho LF 1972. *Adolescente e televisão: Estudo junto a adolescentes ginásianos da cidade de Londrina*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Doria Filho U 2001. *Promoção de Segurança da Criança e do Adolescente frente à Mídia (TV, Internet)*. Departamento Científico de Segurança da Criança e do Adolescente. Sociedade Brasileira de Pediatria, Rio de Janeiro.
- Durkin K & Low J 1999. A criança, Mídia e Agressão: Situação da pesquisa na Austrália e Nova Zelândia, pp. 125-147. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A criança e a violência na mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Feijó RB & Oliveira EA 2001. Comportamento de Risco na Adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77(2):125-134.
- Fischer RMB 1982. *O Mito na Sala de Jantar*. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Fischer RMB 2001. *Televisão e Educação: Fruir e pensar a TV*. Autêntica, Belo Horizonte.
- Fundo das Nações para a Infância/Fator OM 2002. *A Voz dos Adolescentes*. UNICEF, Brasília.
- Gerbner G *et al.* 1986. Living with television: the dynamics of the cultivation process, pp. 17-41. In J Bryant & D Zillmann (eds.). *Media effects*. Lawrence Erlbaum, Hillsdale.
- Gorgulho M 2001. *Estudo da Influência da Mídia na Representação Social do Usuário de Drogas Ilícitas, para a Construção de uma Política Oficial Brasileira*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Groebel J 1999 O Estudo Global da UNESCO sobre Violência na Mídia, pp. 217-239. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A criança e a violência na mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Guerra VNA 1995. *Violência Física Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa: do silêncio à comunicação*. Tese de doutorado. Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Huesmann LR 1986. Psychological processes promoting the relation between exposure to media violence and aggressive behavior by the viewer. *Journal of Social Issues* 42:125-139.
- Kasprzak RG 1997. *Desenhos animados em tempo de violência: Uma contribuição para pensar a construção de valores sócio-morais em crianças pré-escolares*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Koidara SI 1999. Uma análise da pesquisa sobre violência na mídia no Japão, pp. 93-123. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A criança e a violência na mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Linné O 1999. O que sabemos da pesquisa européia sobre violência na mídia?, pp. 167-185. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A criança e a violência na mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Martín-Barbero J 2001. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- McAlister A 2000. *La violence juvenil en las Américas: Estudios innovadores de investigación, diagnóstico y prevención*. OPAS, Washington.

- Menin MS De S 2000. Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psico.Reflex.Crit.* 13 (1):59-71.
- Merlo-Flores T 1999. Por que assistimos à violência na Televisão?, pp. 187-215. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A criança e a violência na mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Minayo MCS et al. 1999. *Fala Galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Garamond, Rio de Janeiro.
- National Clearinghouse on Family Violence. 1994. *The effects of Media Violence on Children*. Family Violence Prevention Division. Health Promotion and Programs Branch/Health Canada. Ottawa, Ontario.
- National Television Violence Study 1998, vol. 3, Sage Publications, Thousand Oaks.
- Njaine K & Minayo MCS 2002. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciência & Saúde Coletiva* 7:285-297.
- Noronha CV 2000. *Domínios do Medo Social: Violência, Crime e Pobreza na Grande Salvador*. Tese de doutorado. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Ortiz R 1994. *Mundialização e Cultura*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Pacheco ED 1981. *O pica-pau: herói ou vilão? Representação social da criança e reprodução da ideologia dominante*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Pinsky I 1994. *Análise da propaganda de bebidas alcóolicas na televisão brasileira*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pinto LFM 1995. Televisão e Educação Sexual. *Jornal de Pediatria* 71 (5):248-254.
- Rangel JG 1996. *Exposição à Violência na Televisão e suas Relações no Contexto de Variáveis Psicológicas e Sócio-demográficas dos Adolescentes*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social, Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo.
- Reato LFN 2001. Meios de Comunicação, pp. 207-219. In MI Saito & LEV Silva (orgs.). *Adolescência: prevenção e risco*. Editora Atheneu, São Paulo.
- Resende e Fusari MF 1982. *Pica-Pau – Programação Televisiva Infantil: Telespectador paulistano pré-escolar; práticas sociais de desinformação e deseducação em reciprocidade de efeitos*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Serra GMA 2001. *Saúde e Nutrição na Adolescência: o discurso sobre dietas na mídia*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Sousa MW 1995. Recepção e Comunicação: A busca do sujeito, pp. 35. In MW Sousa (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Strasburger VC & Donnerstein E 1999. Children, Adolescents, and the Media: Issues and Solutions. *Pediatrics* 103(1): 129-139.
- Strasburger VC 1993. Adolescents and the media: five crucial issues. *Adolescent Medicine: State of the Art Reviews* 4:479-493.
- Strasburger VC 1999. *Os adolescentes e a mídia: Impacto psicológico*. Artes Médicas, Porto Alegre.
- Surgeon General's Scientific Advisory Committee on Television and Social Behavior 1972. *Television and growing up: The impact of Televised Violence*. Report to the Surgeon General, United States Public Health Service, Government Printing Office, Washington.

- Von Feilitzen C 1999. Introdução, pp. 49-60. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A Criança e a Violência na Mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Wartella E, Olivares A & Jennings N 1999, pp. 61-71. A Criança e a Violência na Televisão nos EUA, pp. 61-70. In U Carlsson & C Von Feilitzen (orgs.). *A Criança e a Violência na Mídia*. Ed. Cortez-UNESCO, São Paulo-Brasília.
- Witter C 1991. *A televisão e o adolescente: Análise de conteúdo da programação preferida*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Yunes J 2001. A Epidemiologia da Violência, pp. 145-165. In MC Oliveira (org.). *Demografia da exclusão social*. Editora da UNICAMP, Campinas.

Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade

Discourse analysis on press coverage of riots by juvenile law offenders in correctional facilities

Kathie Njaine ¹

Maria Cecília de Souza Minayo ²

Abstract *This study presents a qualitative analysis of information produced by the press on riots and escapes by juvenile offenders under correctional custody in Rio de Janeiro. The objective was to identify how the printed media portrays these social subjects to society. The method used to unveil the messages was discourse analysis, which includes various theoretical and technical approaches but was used here as proposed by Norman Fairclough. The study on three newspapers covering inmate riots was justified by the frequency and way by which the media approached the theme. The conclusions point to the media's role in bolstering a negative and incriminatory view of adolescents under correctional custody which has the potential to spawn further violent measures against this group. Very rarely does the coverage reveal the social or institutional issues or pedagogical insufficiencies permeating such events.*

Key words *Discourse analysis, Printed media and violence, Juvenile law offenders, Growth and development, Risk factors*

Resumo *Este trabalho apresenta uma análise qualitativa da informação produzida pela imprensa escrita sobre as rebeliões e fugas de adolescentes em conflito com a lei, no Rio de Janeiro. Seu objetivo é identificar como esse sujeito social é apresentado pela mídia escrita à sociedade. O método utilizado para o aprofundamento das mensagens é a análise de discurso, que embora compreenda várias vertentes teóricas e técnicas, aqui é abordado dentro da proposta de Norman Fairclough. O estudo da abordagem de três jornais sobre rebeliões de internos infratores se justifica em função da frequência e da forma como a mídia tem destacado o tema. As conclusões apontam para o papel da mídia no fortalecimento da visão negativa e incriminadora dos jovens, que pode contribuir com ações mais violentas contra esse grupo. Muito raramente revela as questões sociais, institucionais e de inadequação pedagógica que permeiam tais eventos.*

Palavras-chave *Análise de discurso, Mídia impressa e violência, Adolescente infrator, Crescimento e desenvolvimento, Fatores de risco.*

¹ Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, Fundação Oswaldo Cruz, Av. Brasil 4036, sala 700, Manguinhos, 21040-361, Rio de Janeiro RJ. Doutoranda da Escola Nacional de Saúde Pública kathie@claves.fiocruz.br

² Claves, Fiocruz. Fórum Mundial de Ciências Sociais e Medicina

Introdução

Nunca é demais repetir que há várias maneiras de sofrer e de morrer dentro das páginas e hierarquias editoriais dos jornais. Sujeito sem voz, ou voz assujeitada à voz-leitora dos jornais, esse é o mecanismo que caracteriza a moderna narrativa jornalística (Fausto Neto, 1999).

O Programa de Saúde do Adolescente, da Divisão de Promoção e Proteção de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde, publicou recentemente um documento que relaciona uma série de questões que vêm afetando a saúde e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, dentre eles a violência na mídia (McAlister, 2000). A identificação de fatores culturais e ambientais que possam contribuir para a prevenção da violência situa os meios de comunicação como um campo de investigação importante, porém ainda pouco estudado no contexto latino-americano.

Neste estudo procuramos analisar a forma como a imprensa escrita veicula e trata a questão da infração juvenil, em situação específica de rebelião de adolescentes que, por estarem em conflito com a lei, se encontram cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade (ECA, 1990). O pressuposto teórico do trabalho é de que a realidade social não é um conjunto de dados objetivos, nem de fenômenos que em si mesmos possam ser classificados como bons ou maus. Essas categorias de valores com as quais classificamos os eventos (inclusive a infração e a delinquência) são partes do processo social construído, dinâmica e dialeticamente, de forma articulada a algumas esferas de referência: o *contexto social* onde se desenvolvem as condições materiais de existência; a *cultura* por meio da qual a experiência vivida encontra seu reconhecimento no meio social; e a *linguagem*, que permite elaborar, comunicar, compartilhar e interpretar os fenômenos da realidade.

Essa introdução é necessária, uma vez que buscamos a desnaturalização de fenômenos e de conceitos, como é o caso das idéias de “lei” e de “crime”, que, como já lembrava Durkheim (1981), nos fundamentos da sociologia, são obras das sociedades que lhes dão formas e especificidades culturais. Esse clássico autor analisa como, nos diferentes contextos sociais, os ritos de punição aplicada aos transgressores têm menos a intenção de castigar o delinquente do que o da exemplaridade, reafirmando a lei.

Para atingir os objetivos a que nos propusemos, adotamos o marco referencial da aborda-

gem qualitativa que considera o cerne do sentido do discurso: *o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que estão ligados a espaços de relações e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis* (Minayo, 1994). Formam os eixos que fundamentaram a análise das notícias: a) uma discussão teórica sobre a mídia e, em particular, a mídia impressa; b) uma contextualização da situação atual do adolescente infrator em relação aos atos que cometem e à posição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) frente a essa problemática; c) uma problematização das técnicas de análise de discurso para a compreensão da mensagem da mídia impressa.

Marco referencial sobre a mídia e o contexto dos jovens infratores

A análise dos diversos fenômenos informacionais (Sodré, 1992; Champagne, 1997) tem em comum a concepção de que eles fazem parte de um sistema que se articula à lógica da vida social. E que, nas sociedades modernas, esses meios ocupam um lugar privilegiado de produção e reprodução do real, tornando-se poderosos “interferentes” na organização do espaço relacional (Hobsbawm, 1995; Ramonet, 1996).

Seu objeto essencial de trabalho, que é o *discurso*, se nutre, portanto, da própria construção da hegemonia, mas também das correntes contra-hegemônicas (Gramsci, 1981). Pois, como reflete Martin-Barbero (2001), para se manter por meio da mídia, o poder tem de, permanentemente, dialogar com seus contrários e com os que, por serem do meio popular, a elite considera de mau gosto, despreza ou menospreza. Faz parte da legitimação do poder atuar na complexidade de opiniões e posturas frente ao real, buscando, no entanto, ressaltar sua visão de mundo. É por causa dessas estratégias de concessão às diferenças articuladas à imposição de uma forma dominante de olhar o mundo, que os meios de comunicação acabam por ter forte influência cultural. Isso quer dizer que a mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdades, mas absorve o imaginário social, revestindo-o de uma roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica para agradar aos mais diferentes segmentos sociais e aos mais variados gostos.

No entanto, é preciso ressaltar que a mídia faz parte da dinâmica social, mas, agindo essencialmente no nível da ideologia, possui um grau

de autonomia funcional. Essa especificidade é muito forte em momentos históricos como o nosso, que por sua vez se diferencia de outros tempos e espaços onde as formas de socialização predominantes eram orais e presenciais. Hoje, portanto, as diferentes formas de comunicação escritas, por imagens ou multimídias, provocam mudanças essenciais no campo das relações familiares, no papel de instituições como a escola e na reelaboração das duas categorias mais cruciais do pensamento humano: tempo e espaço. Ramonet (1996), diretor do *Le Monde Diplomatique*, se refere a esse papel incontestável da mídia, a que muitos denominam *quarto poder*, dizendo que “a comunicação se tornou a locomotiva do século XXI pela grande transformação tecnológica ocorrida”. E Hobsbawm (1995) denomina a mídia: “um grande ator social (...) poderoso contrapeso aos segredos dos governos”.

Resumindo as estratégias de ação da imprensa e o papel fundamental que desempenha neste momento histórico, Oriol (2001) define sua atuação em três frentes simultâneas: a) a de *controle* que se refere à sua articulação com as classes e os valores dominantes, cumprindo um papel de mediatização sociocultural; b) a de *acomodação*, cuja característica está voltada, mormente, para a construção da legitimação: *segundo a educação, a idade, o sexo, a profissão, as pautas subculturais, a dinâmica das relações face a face e o contexto em que se dê, uma mesma mensagem dos meios de comunicação terá influências distintas uma vez que ela será decodificada e reinterpretada por quem a recebe*; e por fim, c) há a atuação na *informação* propriamente dita, geralmente respondendo a indagações das classes médias eruditas que exigem matérias mais abrangentes, aprofundadas e críticas sobre os fatos e relações sociais. Esse último nível, o mais precariamente assumido, é o que aparece, ideologicamente, como a real função dos meios de comunicação.

O papel da mídia impressa se realiza em dois planos: um que procura narrar as notícias do dia, procurando cumprir sua função *informativa*; outro, no qual se configura e expressa um sistema de valores, associado ao lugar do jornal como sujeito da enunciação. No entanto, como destaca Rebelo (2000), essa não é uma narrativa qualquer, é a narrativa do *jornal*, não mais se restringindo sobre “aquilo de que se fala”, mas prevalecendo no plano do *discurso*, “de que modo se fala” e “por que se fala”. Os dois planos tornam o jornal socialmente reconhecido pelos

leitores, o que inclui, obviamente também, o reconhecimento do estilo e do perfil do jornalista. Essa atividade da informação escrita apresenta diferenças em relação à mídia falada, porque, por ser menos fragmentária e possuir uma temporalidade maior, produz efeitos de agendamento de temas publicamente importantes mais significativos (Wolf, 2001).

A reflexão aqui resumida conforma o quadro referencial que será utilizado para a análise do tema em debate. Na última década, a mídia, sobretudo a imprensa escrita, tem focalizado, com bastante frequência, a situação da infância e adolescência brasileira. Certamente isso se deve aos recentes avanços dos direitos desse grupo específico, respaldados pelo esforço de vários atores sociais para a conscientização da sociedade a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem força de lei. O tema do *adolescente infrator* também ganhou destaque entre as notícias das tragédias sociais das grandes regiões metropolitanas, tanto na mídia impressa como na televisionada, evidenciando o foco que a sociedade nacional, a partir dos anos 80 (que configuram o início do processo de democratização pós-ditadura militar), passou a dar à problemática da violência social.

A década de 1980, na verdade, marca uma inflexão no aumento da mortalidade por violência e da criminalidade urbana, em todas as faixas de idade e especialmente entre os jovens. Entre 1980 e 1988 a proporção de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos mortos violentamente no Rio de Janeiro cresceu em 79,5%. Na faixa dos 15 aos 19 anos, o crescimento foi da ordem de 45,3%, sendo a principal causa de óbito neste grupo etário (Souza; Assis & Silva, 1997). Houve também grande incremento no número de jovens envolvidos em atos infracionais. Estudos recentes de Assis (1999) e Cruz Neto *et al.* (1999) têm demonstrado que o crescimento dos números e das taxas de delitos se deu, no caso do Rio de Janeiro, principalmente pela inserção de crianças e adolescentes no mercado varejista do tráfico de drogas, enquanto, no país, a face mais exposta da delinquência juvenil é representada pelos roubos, furtos e, de forma pouco significativa, por homicídios ou tentativas de homicídio. Às transgressões desse grupo social, a imprensa tende a reagir, qualificando-os como “pequenos predadores”, “pivetes”, “futuros bandidos” (Volpi, 1997).

O ECA, no artigo 104, cujo texto é frequentemente criticado por muitos jornalistas e, de forma muito severa, por alguns segmentos da

sociedade, prevê que menores de 18 anos de idade são penalmente inimputáveis. Constatada a prática de atos infracionais, a eles poderão ser aplicadas *medidas socioeducativas tais como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional* (art. 112) e outras, voltadas para inserção na família, na escola e na comunidade. A internação só deve ocorrer, segundo o ECA, em algumas situações em que seus atos configuram grave violência contra a pessoa. O tempo de cumprimento das medidas de internação é variável, não podendo ultrapassar a três anos.

Embora as medidas preconizadas pelo Estatuto estejam sendo implementadas pelo poder judiciário, houve pouca modificação no que se refere aos equipamentos sociais que dariam suporte às ações determinadas pelo Estatuto. Agravando esse fato, encontra-se a frágil atuação de muitos Conselhos de Defesa e Tutelares, instâncias de proteção também previstas pelo ECA. Assim, o estado real de precariedade do cumprimento das medidas socioeducativas contribui para o quadro atual de questionamento, discriminação e, por vezes, de rejeição por parte de vários segmentos da sociedade, às propostas constitucionais de direitos das crianças e dos adolescentes.

No caso da imprensa, há duas tendências mais evidentes em relação à infração juvenil, tal como tratada pelo ECA. Uma afirma a incapacidade do Estatuto para resolver o problema da criminalidade. A segunda busca ressaltar a complexa realidade da infância e da juventude brasileiras, sobretudo os problemas dos segmentos empobrecidos e miseráveis. A primeira tem muito mais força e apelo. Essa postura não foge ao que foi já observado teoricamente neste artigo, ou seja, a imprensa tende a repercutir as idéias dominantes da sociedade. Por exemplo, atualmente tramitam no Congresso Nacional 14 projetos propondo alterar a Constituição Federal para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, fato que reflete o quanto os comportamentos de transgressão dos jovens incomodam – mormente no caso dos das classes populares – e ao mesmo tempo, o quanto está arraigada na sociedade a idéia de que mais repressão diminui a violência.

É importante assinalar também que a cobertura jornalística da violência contra crianças e adolescentes está muito mais centrada na *delinqüência* que na *vitimação*. Por exemplo, o nú-

mero de notícias divulgadas sobre os assassinatos cometidos contra esse grupo é muito pequeno quando comparado com as taxas de homicídios. Nos noticiários, os casos que merecem menos destaque são os crimes cometidos contra crianças e adolescentes das camadas populares. É como se sua vida valesse menos, ou se, ao morrerem, a perda social fosse menor (MNMMR, Ibase, NEV/USP, 1991). Por outro lado, os holofotes da imprensa se colocam sobre os crimes cometidos pelos jovens infratores pobres. Isso reafirma o pensamento de Champagne (1997) segundo o qual a atenção da mídia, do ponto de vista da imputação do crime, são as populações socialmente marginalizadas. Trata-se de uma relação de poder desigual, pois a construção discursiva dos acontecimentos que as atinge fica totalmente nas mãos dos jornalistas, geralmente de classe média e distanciados espacial e culturalmente da realidade que constitui seu modo e suas condições de vida.

Portanto, neste artigo existe a pressuposição de que a ação da mídia, frente à questão do adolescente infrator, tende a forjar uma imagem negativa e preconceituosa, contribuindo para ações violentas que atentam contra a saúde física e psicológica desses jovens. E que, apenas excepcionalmente, (des)constrói os estereótipos e alerta para a violação dos direitos desse grupo, chamando para uma reflexão mais crítica sobre a complexidade do contexto em que os atos de transgressão ocorrem.

Breve histórico do atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Rio de Janeiro

Com a criação do Departamento de Ações Socioeducativas (Degase) em 1994, como parte da Secretaria de Estado de Justiça, para cumprir as atribuições da antiga Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), o Rio de Janeiro efetivou, tardiamente, a descentralização da gestão do sistema de atendimento para jovens que cometem atos infracionais, do nível federal para o estadual. Essa transição previa o reordenamento institucional, visando à implementação de programas socioeducativos dentro dos princípios do ECA. No final do mesmo ano, três unidades de internamento foram incendiadas e nos escombros, encontrados instrumentos de tortura. Esse fato levou à demissão de todos os funcionários federais que continuavam trabalhando no órgão já descen-

tralizado. Os novos funcionários do Degase assumiram sem nenhuma capacitação e nas condições em que se encontravam os prédios após o incêndio. Vários episódios da mesma natureza se repetiram, alguns tendo como consequência a morte de adolescentes. Diferentes diretores também passaram pelo Degase, alguns propondo mudanças profundas no sistema. Poucas se efetivaram e a maioria sofreu fortes resistências por parte de agentes defensores de ações estritamente repressivas para o “controle” dos jovens (Claves, 1999). À sombra dessas tentativas, portanto, permanecia viva e vigorosa a pesada cultura institucional de mais de um século de repressão (Pilotti & Rizzini, 1995) aqui apresentada nos discursos da imprensa.

Material e método

Neste artigo estão analisadas 38 matérias jornalísticas referentes a rebeliões e fugas de jovens abrigados em instituições destinadas ao cumprimento de *medida socioeducativa de privação de liberdade*, (ECA, art. 112). Essas notícias foram extraídas de quatro volumes de *clippings*, elaborados pelo Claves sob o título “Jovens envolvidos em atos infracionais”, selecionadas durante um ano – de setembro de 1997 a agosto de 1998 – de três jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro: *O Dia* com 12 matérias; *O Globo* com 15 e o *Jornal do Brasil* com 11. Esses periódicos alcançam diferentes públicos e estratos sociais.

No trabalho empírico e operacional sobre as mensagens veiculadas, buscamos diferenciar os seguintes aspectos: a) a contextualização das instituições para internamento de adolescentes infratores no período em análise, no qual ocorreram as oito rebeliões; b) as diferentes representações dos atores envolvidos nas rebeliões e as formas de abordagem pelos jornais: *O Dia*; *O Globo*; e o *Jornal do Brasil*; (c) as idéias mais recorrentes atribuídas pelos três, como motivos para as rebeliões e as interpretações sobre as consequências dessas revoltas.

Para a compreensão das notícias veiculadas utilizou-se o método de *análise de discurso* referido por Fairclough (2001) que trabalha com a *abordagem lingüística* de acordo com Bakhtin (1986); com as idéias de *interdiscurso* de Pêcheux (1990); com as categorias de *hegemonia e contra-hegemonia* de Gramsci (1981); e com os conceitos de *prática e de ordem discursiva* na mesma linha de Foucault (1996). Fairclough,

discute não só a compreensão dos textos, mas a forma de analisá-los e interpretá-los, como um modo particular do uso da linguagem e de outras expressões simbólicas, refletindo e representando, constituindo e construindo relações sociais. Considera o *discurso*, simultaneamente, *texto*, *interação* e *prática social*. No caso em pauta, das matérias sobre *as rebeliões dos adolescentes infratores em privação de liberdade*, essa tridimensionalidade dos efeitos do discurso nos jornais significaria, de acordo com sua ótica, que esses periódicos posicionam e diferenciam essas pessoas no mundo em que vivem; interagem com as idéias da sociedade sobre o tema; e moldam a natureza de uma prática discursiva que reforça e por vezes questiona a prática social.

Resultados

As enunciações jornalísticas se diversificam em vários gêneros discursivos. Assim, podemos denominar os textos analisados como sendo do gênero *notícia*, ainda que eles possam conter outros gêneros na sua interdiscursividade. As 38 matérias dos três jornais trataram de oito rebeliões, com fugas de 329 jovens e as consequências advindas desses eventos. Todos os envolvidos foram adolescentes do sexo masculino, que constituem, no Rio de Janeiro, 95% da população internada nas instituições para infratores. Foram mortos dois garotos: um em consequência dos confrontos com policiais dentro da instituição e outro fora dela, quando foi liberado para ir para casa. Entre os rebelados, 80 saíram feridos. Cinco funcionários das instituições e um número impreciso de policiais se feriram nesses confrontos, embora a maioria tenha sofrido lesões de pouca gravidade.

Diferenciações de abordagens entre os três jornais

Dos jornais analisados, o *Jornal do Brasil* e *O Globo* são destinados aos estratos médios e altos da população, enquanto *O Dia* se dirige aos segmentos médios mais baixos e populares. Portanto, esses destinatários fazem parte das condições de produção do discurso desses veículos. Eliseo Verón (1978) faz importante distinção nesse sentido: os periódicos que atingem as classes mais altas as nomeiam como tal, ou seja, elas estão refletidas na própria *topografia* do

discurso, como, por exemplo, na estrutura de seções e de subseções. Nos periódicos populares, o *discurso* não leva em conta a constituição dessa classe, embora eventos como os das rebeliões, aqui analisados, constituam parte da vida dessas camadas da população do Rio de Janeiro.

Jornal *O Dia*

Com base nas 12 matérias jornalísticas analisadas, verifica-se que a cobertura desse jornal ofereceu um tratamento mais digno aos adolescentes que cometeram atos infracionais, contextualizando suas condições de vida e saúde e freqüentemente dando-lhes voz. Todas as reportagens foram veiculadas na seção Polícia.

O Dia, no conjunto das matérias, dá ênfase aos seguintes temas: à falência e à má administração do sistema que atende aos jovens infratores; às fugas como consequência da saturação, pelo excesso de pessoas e pela ausência de um projeto pedagógico das instituições de internamento; às explicações dos próprios adolescentes sobre as principais causas dos motins: existência e freqüência de espancamentos e maus-tratos aplicados pelos monitores das instituições, condições muito precárias para o seu desenvolvimento nos estabelecimentos assim como a falta de acompanhamento institucional de sua situação e necessidades pessoais.

Esse jornal ouviu e veiculou também a fala do “responsável legal pelo interno”, o Governo do Estado, que admitiu o problema da superlotação como causador das rebeliões, mas se restringiu, na análise do problema, a essa unicausalidade, reduzindo a idéia de uma política de atendimento à questão da falta de espaço físico. A mesma autoridade referiu-se, também nas reportagens, a promessas de melhorar as condições dos estabelecimentos e descentralizar as internações, criando novos espaços para cumprimento dessa medida prevista no ECA. Uma das falas veiculadas foi a do responsável pelo órgão da justiça, sob cuja tutela estão os jovens privados de liberdade: *em breve o Rio poderá orgulhar-se de ter um sistema socioeducativo de adolescentes infratores que pode não ser o ideal, mas será aquele que mais se aproximará das altas finalidades previstas na legislação vigente* (Nota oficial do Governo do Estado, *O Dia*, 3/12/97). Como podemos constatar, por produzir um diagnóstico simplista do problema, a referida nota passa aos leitores a proposta de uma solução unidimensional, a que a matéria apenas se refere.

No final do ano de 1997, cerca de 150 adolescentes foram transferidos para um presídio de adultos em função de uma rebelião na Escola João Luiz Alves. Frente ao fato, *O Dia* se posicionou fortemente contra, invocando várias vezes a autoridade do ECA. “Menores infratores vão parar em presídio” (8/12/97), denunciava o jornal, citando o artigo 185 do Estatuto. Esse artigo proíbe terminantemente que se mantenham menores de 18 anos em prisão.

Em matéria, de 1/4/98, sob o título “Assim o Estado trata o menor”, evocando o artigo 123 do ECA, onde se lê que *a internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, distinta das destinadas a abrigo, devendo haver rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração de cada um deles*, esse jornal denunciou que os adolescentes transferidos para uma prisão *estavam em lugar insalubre, convivendo com vazamento de água, lixo e pornografia*. O foco principal de *O Dia*, na cobertura das notícias referentes a adolescentes em conflito com a lei, no período de janeiro a agosto de 1998, foram as condições “ilegais” e de total negligência e abandono em que os adolescentes transferidos se encontravam no *presídio* Moniz Sodré.

O Dia foi o periódico que se destacou pela posição mais crítica e aprofundada na cobertura das rebeliões, ressaltando a subjetividade dos adolescentes e ouvindo-os na construção das notícias que lhes diziam respeito; denunciando a negligência do Estado, os maus-tratos e torturas cometidas por funcionários; e informando sobre o ECA e sua importância para a cidadania. No entanto, nele também, a expressão ainda mais utilizada para se referir aos adolescentes foi “menor”. Essa adjetivação-substantivada que vem sendo usada desde os tempos de absoluto desprezo do Estado – materializado no Código de Menores – pelos meninos e adolescentes pobres, abandonados, vivendo nas ruas ou autores de infrações, continua a marcar a linguagem de classe de todos os meios de comunicação social do país. Tratar um adolescente como “menor” significa negar a história dele como pessoa e subsumir o “sujeito de direitos” proclamado no ECA, que a sociedade adulto-cêntrica teima em não reconhecer. Isso pode ser verificado no quadro resumo das denominações utilizadas nas matérias de todos os jornais. Os outros apelativos são geralmente também depreciativos, contendo uma carga de menosprezo e humilhação ao sofrimento vivido por esses meninos.

Jornal O Globo

Das 15 matérias de *O Globo*, todas foram veiculadas na página Rio, pois como acontece com todos os periódicos dirigidos à elite, neste também não existe uma seção Policial. No entanto, o tratamento dispensado aos adolescentes em rebelião esteve sempre referido à sua situação como delinqüentes e nomeados, respectivamente, como “menores infratores” e “internos”. Esses adjetivos que os substantivaram foram colocados tanto nos textos dos repórteres como nas citações de algumas autoridades responsáveis pela área da infância e da juventude. As matérias, em sua maioria, deram ênfase ao caráter de *periculosidade*, *incontrolável* e *agressivo* dos meninos.

A *periculosidade* que lhes é atribuída obscurece qualquer reconhecimento de sua subjetividade, emotividade, historicidade e o fato de serem meninos em fase de crescimento e desenvolvimento. Em nenhuma matéria se falou de suas famílias, como se esses jovens compusessem um grupo alienado, sem raízes, sem relações primárias, sem sentimentos e afetos, a não ser a agressividade, o ódio e a raiva que os tornam anti-sociais. Com o olhar da sociedade “bem”, as matérias projetam a idéia de que eles geram uma desordem social incontrolável e um caos social irremediável, em confronto com um poder público fraco, leniente, não suficientemente repressivo, enfatizando o esfacelamento da lei e da justiça. Nessas coberturas, *O Globo* em nenhum momento fez menção ao ECA, como se a imprensa ainda tivesse como referência para a construção das informações, o antigo Código de Menores. Mesmo quando, raramente, as reportagens se referiram à negação e à violação dos direitos desses jovens, os termos usados foram tão generalizantes que nada acrescentaram à caracterização de sua vida, de sua história e de sua situação.

As informações veiculadas em *O Globo* dão ênfase às “quantidades”, ou seja, à magnitude das tragédias: o número de rebelados, quantos fugiram, quantos foram recapturados, quantos se feriram, imitando a mesma estrutura das notícias sobre rebeliões em prisões para adultos. A idéia colocada no ECA, “de privação de liberdade” como medida socioeducativa é substituída, conotativamente, pela de *encarceramento de criminosos*. Essa equiparação do adolescente ao adulto, no que concerne ao nível de responsabilização pelos atos que produz, vem servindo de apoio (com a contribuição explícita ou im-

plícita da imprensa) para aqueles que defendem o rebaixamento da maioridade penal de 18 para 16 anos ou menos. Demonstra também a pouca, fraca e pobre incorporação, pelos jornalistas, da nova visão de cidadania trazida pelo ECA, até mesmo no que o texto do Estatuto permite de severidade no tratamento das infrações cometidas por adolescentes. A idéia de *agressividade* também foi tratada de forma pessoal, generalizante e descontextualizada, conotando “maldade inata”. Por todas as constatações acima, concluímos que *O Globo* tem um tom muito mais incriminador que *O Dia*.

No entanto, assim como em todo o veículo de comunicação, esse periódico divulga algumas informações importantes. Considera, em algumas matérias, a violência sofrida, ao mencionar o número dos adolescentes feridos durante os eventos, bem como a gravidade dos ferimentos, embora essa informação possa propiciar várias leituras. Por exemplo, poderia estar sugerindo que as lesões são frutos do revide e da repressão necessários para conter esses meninos incontroláveis. Mas poderia também ser reinterpretada, pelo leitor, como símbolo da violência de que adolescentes, em condições sociais de risco, são vítimas a propósito de ressocializá-los. Igualmente, as matérias se referem às rebeliões como conflitos oriundos da falta de infra-estrutura dos “presídios” (termo usado pelo jornal para se referir às instituições de cumprimento de medidas socioeducativas) por causa da superlotação e das queixas de maus-tratos verbalizadas com palavras e gestos de revolta pelos “menores infratores”.

Jornal do Brasil

Nas 11 notícias do *Jornal do Brasil* sobre as rebeliões dos jovens infratores, em postura muito semelhante à de *O Globo*, os adolescentes são tratados preferencialmente como “menores”, “meninos” e “internos”. Da mesma forma que esse último, o *Jornal do Brasil* não tem a seção sobre criminalidade, e todas as notícias sobre o assunto foram publicadas na página Cidade.

De forma menos discriminatória que *O Globo*, mas menos crítica que *O Dia*, o *Jornal do Brasil* ressaltou nas reportagens a violência institucional da qual os adolescentes são vítimas: a superlotação; os maus-tratos cometidos contra eles por parte dos agentes educacionais; o fato de um adolescente durante uma rebelião ter tido um traumatismo craniano; as práticas de tortura; a falta de higiene dos locais; o fato de

que os adolescentes, após a rebelião, terem ficado sem banho e vários dias com a mesma roupa no corpo; a inexistência de atividades de formação, como cursos profissionalizantes; e a precariedade de funcionamento dos poucos projetos que ainda restavam nos internatos. Ao apontar esses problemas, porém, o *Jornal do Brasil*, na forma como os apresentou, transmitiu, aos leitores, a idéia de que a negligência e a violência institucional são repostas ao comportamento “agressivo” e “predatório” dos próprios adolescentes.

O problema da superlotação, que levou os adolescentes a destruírem o presídio Moniz Sodré, ocasionando assim uma nova rebelião, foi o destaque em 1998. Frente a isso, o *Jornal do Brasil* tomou uma posição ambígua. De um lado, reforçou a imagem de “menores incontroláveis”, “agressivos”, “selvagens”, destacando a destruição do presídio pelos adolescentes. De outro, apresentou depoimentos de algumas autoridades do governo criticando o fato de os jovens estarem confinados e ociosos em verdadeiros “presídios”. Porém, nas notícias, se limitou a relatar os acontecimentos de forma “objetiva” (!), e muitas vezes extremamente sintetizadas. Para exemplificar, quando, em 14 de abril de 1998, ocorreu a primeira rebelião no Presídio Moniz Sodré, no dia seguinte, o *Jornal do Brasil* fez uma matéria resumida de 11 linhas, com o título “Menores põem fogo em presídio”. Na mesma data *O Dia*, em “A primeira rebelião do Moniz Sodré”, e *O Globo*, em “Rio manda menores infratores para outros estados”, publicaram reportagens de quase meia página cada, sendo que *O Dia* deu espaço para a fala das mães que denunciavam os maus-tratos contra seus filhos dentro dos presídios. Quase dois meses depois, o *Jornal do Brasil* noticiou, num pequeno texto, repercutindo o que saíra anteriormente nos outros veículos, que a situação no presídio continuava a mesma. Enquanto isso, *O Dia* publicava uma cobertura ampla sobre os adolescentes, as instituições e o ECA sob o título “Crime, castigo e tratamento” (7/6/98), metaforizando Dostoiévski na descrição da situação em que se encontravam as instituições de atendimento aos infratores, naquele momento.

O ECA foi raramente mencionado por esse jornal, e assim mesmo só na fala de autoridades do governo ou de entidades que atuam nessa área, evidenciando, da mesma forma que *O Globo*, uma barreira ideológica para perceber o sentido transformador desse instrumento legal para as crianças e os adolescentes. Talvez por não tomarem conhecimento do ECA, ambos os periódicos em nenhum momento apresentaram todas as possibilidades nele assinaladas para cumprimento de medidas socioeducativas, já mencionadas na introdução deste artigo.

É importante assinalar que esses periódicos, principalmente *O Globo* e *Jornal do Brasil*, freqüentemente iniciam os títulos de suas matérias com a denominação “menores”. Ao não utilizarem o artigo definido ou indefinido no início da maioria dos títulos, seus autores reforçam o menosprezo, a idéia de não-sujeito, de grupo informe, ou seja, a estigmatização desses adolescentes pela mídia. Além disso, ao colocarem a palavra “menores” como sujeito indefinido das frases, os títulos enunciam, estrategicamente, a condição de oposição entre esses meninos e os adolescentes não-infratores, assinalando a inferioridade dos primeiros, ao mesmo tempo em que não os distinguem nem como sujeitos reais.

Quadro 1

Denominações dos adolescentes em conflito com a lei nas matérias jornalísticas (setembro de 1997 a agosto de 1998)

Jornais/Denominações	Nº	%
O Dia		
Menores	53	42,4 %
Meninos	32	25,6 %
Internos	19	15,2 %
Adolescentes	8	6,4 %
Infratores	6	4,8 %
Fugitivos	4	3,2 %
Meninos reincidentes	2	1,6 %
Menino carente	1	0,8 %
Total	125	
O Globo		
Menores infratores	85	35,3 %
Menores	81	33,8 %
Internos	39	16,3 %
Adolescentes	11	4,6 %
Adolescentes audaciosos	9	3,8 %
Meninos	8	3,3 %
Presos	5	2,1 %
Jovens indefesos	2	0,8 %
Total	240	
Jornal do Brasil		
Menores infratores	69	39,6 %
Menores	27	15,5 %
Internos	23	13,3 %
Meninos	13	7,5 %
Adolescentes audaciosos	12	6,9 %
Adolescentes	11	6,3 %
Presos	8	4,6 %
Jovens rebelados	7	4,0 %
Assassinos	2	1,2 %
Batedor de carteira	2	1,2 %
Total	174	

Quadro 2

Títulos das matérias jornalísticas sobre rebeliões (setembro de 1997 a agosto de 1998)

Jornais/Matérias	Data
O Dia (12 matérias) Seção Polícia	
Um ano fugindo da desordem	3/12/97
Menores infratores vão parar em presídio	8/12/97
Mais de 100 menores no Moniz Sodré	19/12/97
Menores ficam presos por mais de dois meses	20/12/97
Assim o Estado trata o menor	1/4/98
Um cruel campo de concentração	2/4/98
Menores infratores estão ilegalmente em presídio	6/4/98
A primeira rebelião do Moniz Sodré	14/4/98
Trezentos e sessenta menores incendeiam alojamento do Moniz Sodré	5/5/98
Crime, castigo e tratamento	7/6/98
O desespero que vira coragem	30/6/98
Menor infrator tenta fugir e é baleado	18/8/98
O Globo (15 matérias) Seção Rio	
Estado quer dar indulto para menores infratores	20/9/97
Menores infratores dormem no chão do ginásio	24/9/97
Menor é morto a tiro durante rebelião	15/11/97
Trinta e quatro menores infratores fogem na Ilha	18/11/97
Menores quebram escola novamente	3/12/97
Menores vão para penitenciária	9/12/97
Menores infratores são postos para trabalhar	11/12/97
Menores infratores vão para centros, mas não podem sair	3/4/98
Juiz vai pedir transferência imediata de menores	10/4/98
Menores infratores voltam a se rebelar	5/5/98
Justiça foi alertada para revolta de menores	12/5/98
Menores: comissão da OAB constata maus-tratos	14/5/98
Estado contratará 150 agentes educacionais	15/5/98
Doze menores fogem da Escola João Luiz Alves na Ilha	23/8/98
Menores infratores terão direito a visitas íntimas a partir dos 14 anos	30/8/98
Jornal do Brasil (11 matérias) Seção Cidade	
Menino morre em rebelião de menores	13/11/97
Morte gera luta por justiça	16/11/97
Mais 15 menores fogem em rebelião	18/11/97
Rebelião de menores deixa 25 feridos	3/12/97
Menores põem fogo em presídio	15/4/98
Menores destroem Instituto	5/5/98
Menores rebelados não têm para onde ir	12/5/98
Moniz Sodré continua com menores infratores	5/6/98
Promotor pede revisão da lei do menor	18/8/98
Crianças infratoras de até 12 anos terão abrigo	21/8/98
Revisão definirá visita íntima	28/8/98

Em que as matérias convergem?

As rebeliões retratadas nos três jornais compõem dois importantes eixos interpretativos: o primeiro diz respeito à sua veiculação como sendo de *caráter destruidor, devastador e incontrollável*, enfatizado e justificado em vários títulos e nos corpos das notícias, testemunhando e legitimando a ação repressora e violenta contra

eles. O enredo dessas informações foi nitidamente de viés policialesco.

Expressões como “baderna”, “motim”, “confusão”, “revolta”, “tumulto” são recorrentes nos três jornais para narrar os acontecimentos. A elas é acrescentado, destacado e reiterado o termo “destruição” como a palavra que mais representa os efeitos da rebelião, numa construção jornalística que sugere serem, tais eventos, fru-

tos de *atitudes agressivas sem propósito algum*, “fúria dos menores”, “selvageria”. Tudo isso transmite e reforça a idéia de “periculosidade” e de “natureza essencialmente ruim”, conotações emitidas em várias matérias. As *tragédias anunciadas*, outra idéia presente nas notícias sobre as rebeliões, igualmente apresentam uma noção de rotina perigosa e reprimida, ao mesmo tempo em que reafirmam fatalismo e idéia de imutabilidade da situação.

Nas narrativas dos confrontos entre policiais, monitores e adolescentes, observa-se uma equiparação indevida dos diferentes atores envolvidos na trama, como se todos tivessem a mesma força, as mesmas armas e as mesmas condições de reação. Por exemplo, os batalhões de choque da Polícia Militar, na maioria das vezes, foram convocados para conter as rebeliões. Usaram armas de fogo, atiraram, utilizaram bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Em contraposição, os jovens os enfrentaram portando, basicamente, armas brancas, pedaços de madeira, pedras e outros objetos que encontraram pela frente. Mas as informações transmitidas aos leitores dos jornais tenderam a hiperbolizar a rebeldia e a agressividade dos rebeldes.

As causas reais dos motins raramente foram questionadas e debatidas em profundidade, pois elas não configuram “um fato jornalístico”: a forma sensacionalista com que foram tratados tais eventos e os contextos psicossociais e socioeconômicos em que esses jovens estão inseridos fora e dentro das instituições aparecem naturalizados. Estudos que partem da compreensão da sua vida e da lógica de suas ações, como os de Assis (1999), mostram que esses adolescentes desenvolvem uma relação de ódio e rejeição com os internatos, onde as práticas cotidianas e as relações que estabelecem com os supostos educadores são, de fato, violentas, impessoais e orientadas mais para a repressão do que para a construção da cidadania.

Com relação às *conseqüências das rebeliões*, também os três periódicos enfatizaram muito mais os danos materiais causados pelos adolescentes e o clima de tensão gerado entre os funcionários e, muito menos, os efeitos de repressão e a cultura de violência que geraram as revoltas. Minuciosamente foi dada ênfase à destruição dos alojamentos e de outras dependências; à utilização de objetos transformados em armas; e ao medo dos moradores que vivem próximos aos institutos.

O segundo eixo interpretativo para o qual a imprensa convergiu é o que trata das institui-

ções de internamento. Embora menos presente, permaneceu, nas matérias, o mesmo diapasão da “desordem”, da “anormalidade” e do preconceito contra esses membros das “classes perigosas”, e, por analogia, contra os locais que os abrigam. Os jornais expressaram essa conotação, em algumas matérias em que os termos centrais são as metáforas usadas para representar as instituições, tais como *palcos de tragédia e locais de iminentes rompimentos da legalidade e da tranqüilidade social*. Os internatos foram descritos como *antros de violências* contra os jovens e espaços onde não há limites para a violação dos seus direitos. Também foram nomeados hiperbolicamente como “barril de pólvora em estado de explosão”, enunciando a *incontrolabilidade*, termos muito usados para a reprodução da mesma idéia de que tais adolescentes representam imenso perigo para a sociedade.

Por outro lado, embora denunciada pela negligência, maus-tratos e falta de infra-estrutura, a perene lógica burocrática e punitiva das instituições de ressocialização não é retratada nem problematizada pela mídia, de um modo geral. A crítica, quando feita, refere-se a um tipo de instituição abstrata, composta por pessoas incompetentes para manter a ordem e assegurar a paz para a sociedade “bem”. O projeto pedagógico que, pela sua total inconsistência transformadora, acaba por criar, recriar e reforçar os papéis de delinqüentes, não encontra espaço político-informacional. Ou seja, aqui, como diria, Norman Fairclough (2001), *a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas*.

Sobre os atores ouvidos pela imprensa para a construção das notícias sobre as rebeliões dos infratores juvenis aparecem várias falas e protocolos discursivos, relatos alheios junto ao próprio discurso jornalístico. Assim como na hierarquia do espaço gráfico dado à notícia sobre essas rebeliões, essas falas também aparecem modeladas por uma hierarquização segundo uma ordem de importância que é dada por cada jornal aos atores envolvidos.

Em primeiro lugar aparecem os discursos das autoridades com representações institucionais e diretamente responsáveis pela área da infância e adolescência como: o da Promotoria Pública; o do Juizado da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro; o da Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro e Ministério da Justi-

ça; o do Degase e dos funcionários das unidades de atendimento; e o dos assessores de imprensa dos órgãos públicos. Em segundo lugar, vem a fala de pessoas de entidades civis que militam na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em terceiro, destacam-se as opiniões das autoridades responsáveis pela segurança pública. Esse conjunto de atores, nas matérias, aparece falando diretamente com a imprensa, sendo, portanto, os principais responsáveis pela divulgação da política local de enfrentamento da delinquência juvenil a partir do ECA. Seus pronunciamentos se dirigiram tanto no sentido de reafirmar a implementação do Estatuto, quanto no intuito de criticá-lo. Não podemos desconhecer que esses atores sociais configuram grupo forte de formadores de opinião sobre o tema em debate.

As vozes dos adolescentes raramente foram e são ouvidas e nunca suas razões são tratadas seriamente nas reportagens. Seu isolamento constitui um ato político de exclusão que reforça a negação de sua presença social. Da mesma forma, suas famílias, apenas em momentos de ocorrência de tragédias gravíssimas e fatais, foram e são ouvidas. Por exemplo, isso aconteceu por ocasião da morte de um adolescente dentro da instituição, alvejado pela arma de um policial com um tiro na cabeça, em novembro de 1997. Aí os jornalistas entrevistaram a mãe, pois o caso “transformou-se em fato jornalístico”. Prevalecem, portanto, nessa “arena” discursiva, a voz do Estado, das fontes públicas de informação que tendem a ser impessoais, legalistas e reafirmadoras do *status quo*. Concluindo, na quase totalidade dos textos faltou a palavra dos sujeitos principais, restando-lhes, apenas, a linguagem dos gestos de revolta.

É importante assinalar, no entanto, os fugidios instantes em que o muro da insensibilidade foi atravessado por notícias fragmentadas nos quais se fez menção à subjetividade e à forte mobilização emocional dos jovens. É o caso, por exemplo, de matérias sobre motins em vésperas de Natal, Ano Novo e Dia das Mães, datas em que, na nossa sociedade, as famílias, mesmo as mais pobres, se reúnem e se confraternizam. Assim a reportagem “Queria passar o natal em casa” do *Jornal do Brasil*, em 13/11/97 noticiou a história de um adolescente que já havia cumprido o período determinado de internação e que fugira durante a rebelião para passar a data com sua família. Em “Menores quebram escola novamente”, *O Globo*, em 31/12/97, focalizou o clima de tristeza e solidão desses meninos, na

data de celebração do Ano Novo. Em “Menores destroem instituto”, o *Jornal do Brasil*, de 5/5/98, comentou uma rebelião ocorrida exatamente às vésperas do dia das Mães. Na mesma data, *O Dia*, em “Presídio destruído”, repercutiu e referenciou o acontecimento citado pelo *Jornal do Brasil*, com uma reportagem em que se ressaltavam as expressões e sentimentos de frustração e solidão dos meninos, por estarem distantes da mãe, a figura familiar mais respeitada e preservada pelos adolescentes infratores, quando expressam suas emoções.

A morte de um jovem, em novembro de 1997, foi a mais grave violência ocorrida dentro dessas instituições, no período estudado. A consequência do ato fatal foi mostrada nos jornais por meio de narrativas que enfatizaram a luta quase solitária da mãe em luto. Ela tentava bravamente provar que o tiro que matou o menino veio da arma de um policial e que seu filho havia sido torturado antes de morrer. “Morte gera luta por justiça”, assinalou o *Jornal do Brasil* em 16/11/97. É de se notar que a dor e o sofrimento das famílias, danos emocionais raramente apontados nas notícias analisadas, são fartamente repercutidos quando ocorre algo, sobretudo casos fatais, em famílias de jovens dos estratos sociais mais elevados.

Outro momento em que constatamos abordagens mais cuidadosas e solidárias por parte dos jornalistas dos três periódicos foi quando narraram a crueldade dos castigos infligidos aos adolescentes, após as rebeliões. Todos denunciaram a aplicação de castigos como: o de dormir no chão do ginásio sem colchão e sem cobertor (*O Globo*, 24/9/97); punições físicas (*Jornal do Brasil*, 11/12/97); e privação de atividades pedagógicas e físicas (*O Dia*, 7/6/98). A tendência dos jornais foi se manifestar contra esses castigos, repercutindo e apoiando os argumentos e denúncias das entidades que trabalham em defesa dos direitos da infância e da adolescência. Ao mostrar essa tensão existente entre a atitude repressora das instituições de internação e as entidades que lutam para pôr fim a essa cultura de privação e punição, por alguns momentos, os três jornais propiciaram, de um certo modo, a politização do debate público sobre o tema.

Conclusões: a marca do estigma e as possibilidades de superação

Volpi (1997) destaca que as crianças e os adolescentes de classe média, com a promulgação

do ECA, passaram a ter mais um instrumento a favor de seu desenvolvimento e do seu reconhecimento como sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Porém, diferenciam-se, claramente, das crianças e dos adolescentes das camadas populares e, de forma muito particular, dos pobres que cometem atos infracionais. Sob o olhar da saúde, esse último grupo é fortemente prejudicado em seu crescimento e desenvolvimento emocional, intelectual e social.

A ideologia que os discrimina e os desconhece como sujeitos de direitos e os substantiva como “menores” se produz na sociedade e se retrata na imprensa por meio do estigma de marginalidade. A narrativa jornalística, em particular a de estilo policialesco, tem sido um dos setores responsáveis, frente à opinião pública, pela construção da imagem de *crianças e os adolescentes associados a animais, como seres de natureza perversa, nocivos à sociedade, sujeitos sem recuperação ou desumanos, com agressividade incontrolada* (Gomide, 1990). Como numa profecia auto-anunciada, na trajetória de sua vida institucional, a maioria dos adolescentes infratores em instituições de internamento acaba por assumir o futuro que a sociedade lhe impôs: segundo dados do relatório da avaliação do Degase realizado pelo Claves em 1999, 60% dos atuais apenados do sistema penitenciário do Rio de Janeiro são oriundos das instituições de internamento de jovens infratores (Claves, 1999).

Nessa história, freqüentemente, as matérias jornalísticas acabam por ser um ingrediente poderoso a mais na construção da violência que sofrem os jovens, sobretudo pela carga de discriminação e preconceito que veiculam. É verdade, e aqui constatamos isso, não há homogeneidade no comportamento da mídia. Há diferenças entre os periódicos, e também no modo como cada jornalista se aproxima da questão. Mas, a elaboração deste estudo nos mostrou que a linha editorial dos jornais tem um peso maior do que a sensibilidade dos seus repórteres, pelo menos no que tange ao assunto aqui tratado. O Estatuto da Criança e do Adolescente, já completando 12 anos, não costuma fazer parte dos temas relevantes dos órgãos de informação.

É importante ressaltar que alguns jornalistas vêm se destacando por elaboração de textos claramente contrários à violência contra crianças e adolescentes. Pela profundidade e atuali-

dade das matérias que produzem, têm merecido até mesmo prêmios no país e no exterior. Mas, de forma geral, notamos um desconhecimento muito grande dos instrumentos de direito da infância e da juventude configurados no ECA, por parte da maioria dos profissionais da imprensa.

Uma atividade em função da modificação desse *status quo*, merecendo ser sublinhada, é a que vem sendo desenvolvida pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi). Essa entidade não-governamental atua junto à imprensa no país, no sentido de sensibilizar e oferecer pautas a favor da cidadania das crianças e dos adolescentes. Atuar a favor do ECA, hoje, é agir numa linha política de longo prazo na construção da cidadania no país, assim como é dar sua contribuição para uma sociedade mais “civilizada”. Afirmamos isso a partir de vários estudos nos quais os autores mostram (Minayo & Souza, 1999; Assis, 1999) que a violência, os maus-tratos e a falta de reconhecimento desses grupos sociais em crescimento e desenvolvimento contribuem para a ampliação da violência social em geral.

Hoje, a vigência do ECA é ainda muito precária, mesmo depois de 12 anos de sua promulgação. Recente documento do Unicef denuncia que a maior parte dos princípios do Estatuto não atinge 14 milhões de crianças e jovens com menos de 18 anos no Brasil. Há um milhão de meninos e meninas entre sete e 14 anos fora da escola; 220 mil meninas com até 14 anos trabalhando como empregadas domésticas; 45 mil crianças vivendo em lixões; e 1,9 milhões de jovens analfabetos (Andi/IAS/Unesco, 2000). Mais problemática de todas as questões, no entanto, é a condição da criança e do adolescente em conflito com a lei. Há um movimento de grupos sociais politicamente poderosos trabalhando para redução da idade penal, mesmo sabendo da gritante contradição que significa o atendimento carcerário e repressor a eles prestado nos internatos. Trata-se de parte do processo de dominação sociopolítica que, na sua hegemonia, cerceia o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, em sua maioria, já discriminados desde o nascimento. Que este estudo seja uma gota d'água no oceano das necessidades de avanço da cidadania em nosso país, no caso presente, a favor da efetiva implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Referências bibliográficas

- Andi/IAS/Unesco 2000. *Os jovens na mídia. Série Mobilização Social*. Edição Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Instituto Ayrton Senna, Unesco, Brasília.
- Assis SG 1999. *Traçando caminhos numa sociedade menos violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Bakhtin M 1986. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Editora Hucitec, São Paulo.
- Brasil 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Ministério da Saúde, Brasília.
- Campos AV 1984. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Champagne PA 1997. Visão mediática, pp. 63-79. In P Bordieu (org.). *A miséria do mundo*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Claves/Ensp/Fiocruz 1999. *Avaliação do convênio Uerj & Degase: programa pró-adolescente: ações socioeducativas*. Relatório de Pesquisa. Claves, Rio de Janeiro, 109pp.
- Cruz Neto O & et al. 1999. *Adolescentes envolvidos pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Relatório Final de Pesquisa. Ensp, Rio de Janeiro, 160pp.
- Durkheim É 1981. *Suicídio*. Editorial Presença, Lisboa.
- ECA 1991. *Estatuto da Criança e do Adolescente*/Ministério da Saúde/Ministério da Criança. Brasília, 110pp.
- Fairclough N 2001. *Discurso e mudança social*. Editora UnB, Brasília.
- Fausto Neto A 1999. *Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a Aids*. Hacker Editores, São Paulo.
- Foucault M 1996. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo.
- Gomide PIC 1990. *Menor infrator: a caminho de um novo tempo*. Editora Juruá, Curitiba.
- Gramsci A 1981 *A concepção dialética da história*. (4ª ed.). Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Hobsbawn E 1995. *A era dos extremos – o breve século XX*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Martín-Barbero J 2001. *Dos meios às medições: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora Ufrj, Rio de Janeiro.
- McAlister A 2000. *La violence juvenil en las Américas: estudios innovadores de investigación, diagnóstico y prevención*. OPS, Washington.
- Minayo MCS 1994. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Editora Hucitec, São Paulo.
- Minayo MCS & Souza ER 1999. É possível prevenir a violência? *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1):7-32.
- MNMMR/Ibase/NEV-USP 1991. *Vidas em risco: assisnatos de crianças e adolescentes no Brasil*. MMMR-Ibase-NEV-USP, Rio de Janeiro.
- Oriol R 2001. Informação sobre drogas: acciones, valores, orientaciones, pp. 1-10 In *Desafios da pós-modernidade: diversidade e perspectivas*. Editora da Uerj, Rio de Janeiro (no prelo).
- Pêcheux M 1990. *Semântica e discurso*. Editora Unicamp, Campinas.
- Pilotti F & Rizzini I 1995. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Instituto Interamericano del Niño-Editora da Universidade Santa Úrsula-Amais Livraria e Editora, Rio de Janeiro.
- Ramonet I 1996. Imprensa contra a corrente, p. 5. In *Caderno Idéias, Jornal do Brasil*, 16/3/96.
- Rebelo J 2000. *O discurso do jornal*. Editorial Notícias, Lisboa.
- Sodré M 1992. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. Editora Cortez, São Paulo.
- Souza ER; Assis SG & Silva CMFP 1997. Violência no Município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos. *Revista Pan-americana de Salud Pública*, 1:389-398.
- Veron E 1978. Le Hibou. *Communication*, n. 28.
- Volpi M 1997. *O adolescente e o ato infracional*. Editora Cortez, São Paulo.
- Wolf M 2001. *Teorias da comunicação*. Editorial Presença, Lisboa.

Artigo apresentado em 10/11/2001

Versão final apresentada em 13/3/2002

Aprovado em 8/4/2002

Violência na escola: identificando pistas para a prevenção



Kathie Njaine¹
Maria Cecília de Souza Minayo²

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Violence in schools: identifying clues for prevention, *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.7, n.13, p.119-34, 2003.

This is a qualitative study aiming to examine the levels of violence in different social contexts and the ways violence appears daily in schools, starting from statements of youths and educators in public and private schools in three Brazilian municipalities - Iguatu (CE); Juiz de Fora (MG) and Campinas (SP). It surveyed the sense attributed to the practice of violence, as carrying firearms in the school environment, and the interrelationship between these practices and the institutions that carry out the role of socializing the youths: school and family. Given the importance that they have today, the media in society, above all television, also attempt to reflect on new strategies for combating violence starting from its meeting point with daily schoolwork. The conclusion is that the role of the school and the family as advantaged sources of mediation enables wide performance in the field of violence prevention. But these institutions need to work together, seeking mainly to establish a respectful relationship with the young people. As to the role of the media, the need was clear for the school to work as mediator in the critical evaluation of the violent contents broadcast by the media.

KEYWORDS: violence; schools; firearm; adolescent; television; prevention.

Trata-se de um estudo qualitativo cujo objetivo é analisar os significados que a violência assume em diferentes contextos sociais e as formas como se manifesta no cotidiano escolar, a partir dos depoimentos de jovens e educadores de escolas públicas e privadas de três municípios brasileiros - Iguatu (CE); Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP). Investiga-se o sentido atribuído às práticas de violência, como o porte de arma de fogo no ambiente escolar, e a inter-relação entre essas práticas e as instituições que cumprem um papel de socialização dos jovens: escola e família. Dada a centralidade que hoje dispõem os meios de comunicação na sociedade, sobretudo a televisão, busca-se também refletir sobre novas estratégias para o enfrentamento da violência a partir de sua interseção no cotidiano da escola. Conclui-se que o lugar da escola e da família como fontes privilegiadas de mediações possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da violência. Mas é necessário que essas instituições caminhem juntas, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os jovens. No que concerne ao papel da mídia evidenciou-se a necessidade da escola trabalhar como mediadora na reflexão crítica dos conteúdos sobre a violência veiculados pelos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: violência; escolas; arma de fogo; adolescente; televisão; prevenção.

¹ Pesquisadora colaboradora, Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli; Escola Nacional de Saúde Pública; Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ) <kathie@claves.fiocruz.br>

² Coordenadora Científica do CLAVES/ENSP/FIOCRUZ. <cecilia@claves.fiocruz.br>

Introdução

Este artigo busca analisar os diferentes significados que o fenômeno da violência adquire em contextos sociais diversos e as formas como se manifesta no cotidiano da escola, a partir dos relatos dos alunos da sétima e oitava séries do ensino fundamental e do primeiro e segundo anos do ensino médio, de escolas públicas e privadas de três municípios brasileiros - Iguatu (CE); Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP). Também são analisados os depoimentos dos educadores sobre a questão da violência que envolve os adolescentes. A investigação é parte da pesquisa Avaliação do Processo de Implantação e dos Resultados do Programa Cuidar, realizada entre os anos de 2000 e 2002, coordenada pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz. O Programa Cuidar, idealizado pela *Modus Faciendi*, instituição que oferece consultoria na área de educação, é uma iniciativa que procura testar na prática uma modalidade de ação educativa que coincide com a visão ampliada e integral de promoção da saúde. Tem como finalidade principal efetuar uma reflexão filosófica, por meio da identificação, incorporação e vivência de valores, tomando como espaço privilegiado o universo escolar e as relações professor-aluno. Trata-se de um programa piloto, iniciado nesses três municípios, e atualmente está sendo adaptado e adotado por outras redes de ensino do País.



Objetivos

Com este trabalho, procuramos identificar pistas que possam contribuir com propostas para a prevenção da violência, conforme vem recomendando a Organização Pan-Americana da Saúde (McAlister, 2000). Cabe sublinhar que buscamos o sentido atribuído às práticas de violência, como o porte de arma de fogo no ambiente escolar, citado por educandos e educadores, e a inter-relação entre essas práticas e as instituições que cumprem um papel de socialização dos jovens: escola e família. Embora não se trate de um estudo de recepção, alunos e professores, ao atribuírem à mídia uma parcela significativa de responsabilidade no incremento da violência, podem oferecer possibilidades de compreensão de como a violência na mídia é recebida e interpretada por esses atores. Dada a centralidade que hoje dispõem os meios de comunicação na sociedade, buscamos também refletir sobre novas estratégias para o enfrentamento da violência a partir de sua interseção no cotidiano da escola.

Abordagem teórico-metodológica

Trata-se de uma abordagem qualitativa, optando-se pelo método hermenêutico-dialético, por tentar dar conta de uma interpretação aproximada da realidade (Minayo, 1992). Procuramos interpretar a fala no contexto onde é produzida e unir na análise o nosso olhar a partir da atuação em campo, da reflexão sobre a dimensão simbólica das ações dos sujeitos e da complexidade das relações sociais. Recorremos também ao campo dos estudos culturais latino-americano (Martín-Barbero, 2001; Orozco, 1993), para buscar compreender os significados da violência e a interação da violência na mídia no cotidiano dos adolescentes. A teoria das mediações culturais procura explicar as relações entre as práticas de comunicação e as práticas cotidianas que se dão no espaço da cultura e que atravessam as instituições mediadoras tradicionais como escola, família e comunidade, introduzindo novos sentidos do social (Martín-Barbero, 2001).

Orozco (1993) acrescenta que nenhuma prática isolada ou um determinado significado se constitui em uma mediação propriamente dita e destaca outras fontes de mediação tais como: a própria cultura, a política, a economia, a classe social, o sexo, a idade, a etnia e os meios tecnológicos.

Para fins deste trabalho foram privilegiados os dados qualitativos, oriundos de grupos focais realizados com alunos e professores que fizeram parte da avaliação na primeira e segunda etapas. Foi analisada a questão que investiga a violência na escola e os fatores e comportamentos de risco à saúde dos adolescentes. A participação dos alunos e professores nos grupos focais ocorreu mediante a aceitação espontânea, firmada na assinatura de um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preconizado na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Os grupos com os alunos foram organizados a partir de alguns critérios: aceitação para participar do grupo; pertencer às séries delimitadas; equilíbrio entre sexos masculino e feminino; garantia de representação da diversidade etária e étnica das séries. A inclusão dos professores levou em consideração sua adesão espontânea, a disponibilidade de horários e a diversidade das matérias lecionadas nessas séries escolares.

No primeiro momento da avaliação, realizado em 2000, foram realizados 36 grupos focais com alunos da sétima série do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio, com a participação de 297 alunos de escolas públicas e privadas (58,1% do sexo feminino e 41,9% do sexo masculino); e de setenta professores do ensino fundamental e médio das duas redes de ensino, em nove escolas das cidades de Iguatu (CE), Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP), alvos do Programa Cuidar. Outras nove escolas serviram como grupo-controle, seguindo o modelo de investigação *quase-experimental* escolhido na avaliação, onde se identifica um grupo experimental, no qual se faz a intervenção e outro controle, isento da intervenção (Souza & Assis, 2000). No total, seis escolas em cada município foram avaliadas (três com e três sem o Programa). Os dados da última etapa referem-se ao ano de 2000, oriundos de 24 grupos focais com os alunos da oitava série do ensino fundamental e do segundo ano do ensino médio, totalizando 204 jovens (55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino) e com 65 professores dos três municípios (Souza & Assis, 2002).

Resultados e discussão

Formas de violência referidas no cotidiano escolar

No primeiro momento da pesquisa, em 2000, constatamos que a violência sofrida e praticada nas escolas dos três municípios se apresentava sob diversas formas. Aspectos como: estrato social; natureza da instituição (pública ou privada); cultural e de gênero mediavam esse fenômeno.

Os dados quantitativos revelaram que, para todas as escolas, a *humilhação* foi a forma de agressão mais sofrida pelos alunos, seguida dos furtos, ameaças e destruição de seus objetos. Em relação ao comportamento violento, muitos dos alunos que se queixaram de ser humilhados na família, na escola e na comunidade, também disseram agir da mesma forma com seus semelhantes, reproduzindo o comportamento censurado. A relevância dessa referência foi entre os jovens do ensino privado, que correspondem à classe média.

Do ponto de vista das suas características, as escolas públicas enfatizaram as experiências de agressões físicas e depredações; nas particulares, as queixas

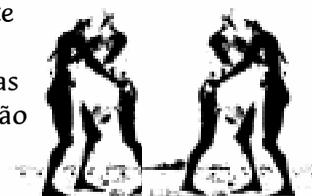
maiores foram de roubos e humilhações. Nas escolas situadas em áreas de intensos conflitos entre traficantes e a polícia, a existência de armas de fogo, foi mais citada tanto pelos adolescentes quanto pelos educadores. Essas escolas também eram as mais depredadas e pichadas, evidenciando-se a inter-relação do ambiente com a instituição escolar. Diferenças também foram observadas nas respostas por cidade. Campinas foi a cidade em que o maior número de experiências violentas foram mencionadas, e o porte de arma de fogo foi relatado com maior frequência pelos estudantes, dado que se comprovou também pela fala dos professores. Em contrapartida, os docentes de Iguatu referiram menos transgressões graves entre os estudantes. A oposição entre professores da rede pública e privada ficou bem demarcada quando os primeiros afirmaram com maior frequência a ocorrência de atos infracionais praticados pelos seus alunos e os últimos disseram o contrário.

Segundo investigação realizada por Cardia (1997) e confirmada no nosso trabalho, na visão dos professores, os seus alunos apresentam um comportamento agressivo, intolerante, apático e de baixa auto-estima. Alguns fatores são apontados para esse comportamento: família composta por muitos filhos, nas quais os pais dedicam pouco tempo à sua educação e como resultado, esses jovens apresentariam dificuldades no relacionamento com o outro; e uma presença cada vez menor do adulto na vida da criança, comprometendo sua noção de civilidade e companheirismo. Ainda, os pais e responsáveis estariam repassando a sua função de preparar esses jovens para a vida aos professores.

Pesquisa realizada com professores do ensino público no Estado do Rio de Janeiro (Lucinda et al., 1999) também vem ao encontro do que constatamos na nossa investigação, de que a violência na escola se apresenta através de brigas, agressões verbais ou mesmo ameaças, assim como quando um professor não dá atenção ao aluno ou o agride verbalmente. Um grande número de reprovações escolares pode sugerir esse desprezo do professor com o aluno. A depredação das instalações físicas e materiais da escola; o roubo de material escolar e o descaso do governo com a educação figuram como formas de violências referidas no cotidiano escolar. Grosso modo, os professores revelaram despreparo e ausência do apoio familiar para lidar com essa realidade violenta.

Na abordagem qualitativa investigamos a questão da violência na escola, nos grupos focais com os alunos, apresentando uma situação ficcional sobre um jovem considerado pelos demais como uma pessoa legal, que leva uma arma de fogo para a escola e, por acidente, essa arma dispara e acaba por matar um colega. Nos grupos focais com os professores perguntamos sobre as situações de risco a que os seus alunos estavam expostos.

Nos depoimentos dos alunos e professores de todas as escolas públicas e privadas envolvidas na primeira etapa da pesquisa, verificamos que as relações entre os adolescentes são por vezes tensas e a necessidade de afirmação diante do grupo pode manifestar-se de forma agressiva, com ameaças, brincadeiras físicas que podem levar a agressões mais graves. Muitos aspectos negativos nas relações entre os educandos e desses com os professores ficaram evidentes. Não se consegue demarcar os limites de manifestação para essas agressões que podem envolver meninos, meninas, professores, pais e mesmo galeras, com todas as possíveis combinações entre esses atores.





A presença de *armas de fogo* e *armas brancas* nas escolas, identificada na nossa pesquisa, tornou-se um fato preocupante, dada a baixa idade dos alunos e a contribuição desses meios para o cenário da violência social. Várias pesquisas no Brasil vêm mostrando que as mortes por violência, provocadas por armas de fogo, têm incidido de forma muito grave entre adolescentes e adultos jovens, atingindo sobremaneira o sexo masculino. Estudo recente, em nível nacional, verificou que entre todos os grupos etários, os adolescentes, entre 15 a 19 anos, apresentam maior crescimento de taxas de homicídios (incremento de 47,8%), do triênio 1980/82 para o triênio 1998/2000. O uso de arma de fogo foi predominante em todas as grandes regiões analisadas. No país, no ano de 2000, o uso de arma de fogo foi responsável por 68% dos homicídios (Souza et al., 2002). O acesso e a disponibilidade de armas na população são citados por vários autores e confirmado por alguns alunos nos grupos focais da presente pesquisa, revelando uma intrincada rede de violência invadindo o cotidiano dos jovens, inclusive no espaço escolar.

Um dos achados de Castro (1998), em um estudo sobre a vida e morte nas representações de violência de crianças e adolescentes, foi o fato de a *arma* ser a categoria mais expressiva entre os estudantes de dez a 14 anos de uma escola particular e uma pública do Rio de Janeiro, demonstrando a introjeção na cultura, dessa tecnologia de morte.

Nos resultados da primeira etapa da pesquisa observamos que, apesar da condenação do porte de armas, há no imaginário de certos jovens sua exaltação como símbolo de poder e de desafio de determinadas normas do convívio social. Evidenciou-se, também, nos depoimentos, a visão de que um jovem que age assim, o faz por exibicionismo, para “*se mostrar*” e porque “*vão me achar o máximo*”.

É importante notar que esse tipo de comportamento é muito atual, evidenciando, ao mesmo tempo, que a violência tornou-se uma forma de “*comunicação urbana*”, e o fato de que esses instrumentos encontram-se disponíveis à população. Alunos e alunas dos três municípios comentaram a *facilidade para se conseguir uma arma*, às vezes acessível na própria casa, ao alcance de crianças e adolescentes, ou em outros lugares:

Está cada vez mais fácil você conseguir uma arma. Só tem que ter dinheiro. Isso influi na violência (aluno/1º ano/pública/JF).

Basta ir lá na favela e comprar uma arma (aluno/1º ano/particular/CA).

A *naturalização do uso de arma de fogo* pela sociedade é demonstrada por alguns adolescentes, quando comentam a pertinência do porte da mesma em determinados espaços como o da escola, e a tolerância do uso em outros espaços: “*...usar o objeto certo no lugar exato*” (aluna/1º ano/pública/IG); “*...porque ele não deixou a trava na arma? Pelo menos enquanto estivesse na escola*” (aluno/7ª série/pública/JF).

Estudantes de Juiz de Fora referiram-se ao fato de que é difícil pensar no ato de portar arma sem a conseqüente intencionalidade de ferir e matar: “*... se ele levou a arma foi com a intenção de intimidar, de matar ou de machucar alguém*” (aluno/1º ano/pública/JF). Algumas questões podem ser levantadas a partir desse depoimento. A primeira é de que a arma potencializa a violência. Estudos feitos nos Estados Unidos evidenciam que uma pessoa portadora de

uma arma tem 43 vezes mais chance de ferir ou matar alguém (familiares, vizinhos etc.) do que quem não a possui (Mercy et al., 1993). Em segundo lugar está a discussão sobre a inimizabilidade dos menores de 18 anos. Na consciência de quem proferiu o depoimento, o fato de andar com arma coloca, para quem o faz, sua intencionalidade de usá-la. Mas os estudantes também lembraram que o papel dos pais nas questões de segurança não pode ser esquecido, nem quanto à permissividade nem quanto ao uso civil da arma de fogo.

Muitos alunos, ao ensejo da dramatização, comentaram sobre a existência, em suas escolas, de casos reais de jovens portando armas de fogo e armas brancas como punhal, faca e estilete. Os depoimentos deram conta de que nesses espaços públicos: há alunos que portam armas de fogo; alguns chegam a atirar ou usar armas brancas em situações de conflito; há escolas, inclusive, imitando a solução norte-americana de colocar porta detectora de metais na entrada da escola. Um jovem de uma escola pública de Juiz de Fora relatou ter presenciado a discussão de um colega com a professora porque ela não tinha dado permissão a ele para sair da sala para ir ao banheiro. Mesmo sem a permissão, o aluno saiu e quando voltou foi impedido de entrar e *“aí ele puxou um 38, botou na cara da professora”*, ameaçando-a de matá-la. Após esse incidente contou que a escola colocou um porta giratória. A discussão sobre a violência foi uma oportunidade para abordar o papel da orientação para liberdade que a escola deveria exercer: *“...eu acho errado colocar porta giratória, porque escola não é prisão”*; *“...no lugar da porta eletrônica tinha que ter o papel da educação”* (alunos/1º ano/pública).

Alunos e professores das escolas públicas dos três municípios referiram, com maior frequência, conviver com todos os tipos de conflitos graves não resolvidos, sobretudo quando estão localizadas em bairros onde os eventos violentos são mais frequentes. Nesse sentido, estudos vêm mostrando que as raízes da violência na escola encontram-se na violência no bairro, na família e em condições estruturais como a pobreza e privação (Cardia, 1997; Lucinda et al., 1999; Guimarães, 1996). Para Cardia (1997), a violência vivida e testemunhada fora da escola tem impacto direto e indireto sobre a vida escolar: Afeta o desempenho dos estudantes, as relações entre os alunos e dos alunos com os professores e contribui para ampliar a violência social. Essa mesma autora aponta a escola tanto como parte do problema quanto como parte da solução.

Algumas escolas públicas convivem mais seriamente com esses conflitos, especialmente aquelas que se encontram próximas aos locais de tráfico de drogas, e que experimentam dia a dia o medo e a ameaça na comunidade e na escola: *“Os cara daqui apagam”*; *“Vai dedurar? Quem dedura morre cedo”* (alunos/1º ano/pública/ CA).

No que diz respeito à violência praticada pelos jovens, embora os atos mais violentos nos colégios sejam peculiarmente cometidos por meninos, suas expressões existem também entre meninas, e se manifestam, sobretudo, nas disputas por namorados: *“... tem que trazer armas e objetos para nós se defender”*; *“trazer compasso bem apontado, bem riscado no chão para furar as meninas”* (alunas/1º ano/pública/CA).

Alunas da 7ª série dessa mesma escola pública de Campinas também relataram casos de violência entre elas, *“porque se não*



brigas vira vacilona”, repetindo o comportamento das meninas do 1º ano do ensino médio e evidenciando uma inter-relação da violência no bairro com a escola: “*Se eu vejo que as meninas estão atrás de mim, aí vou chamo os bandidos, aí sai aquele tiroteio*”.

Em Juiz de Fora as alunas também revelaram, de forma menos agressiva, que a violência entre as meninas tem como seu principal motivo as brigas por namorados, a inveja que sentem “*quando chega uma menininha novinha no colégio*” (aluna/1º ano/pública/JF) e conquista um rapaz que é cobiçado por outras.

Ainda que em uma proporção muito menor, a linguagem da violência entre as meninas como forma de comunicação, surge de modo tão cruel quanto no universo masculino. Em pesquisa com meninas em cumprimento de medidas sócio-educativas, Assis & Constantino (2001) observaram essa aculturação que vêm sofrendo as jovens, a reboque do aumento da violência masculina.

Em Juiz de Fora, as brincadeiras do tipo *corredor polonês*, onde uns dão socos e chutes naqueles que passam pelo corredor, e o uso de facas nas brigas foram citados pelos alunos como formas de agressões. No entanto, o uso de armas brancas foi citado com maior frequência pelos estudantes de Iguatu.

As causas da violência na escola: a ótica dos atores

Ao serem solicitados a dar sua opinião sobre as *causas da violência nas escolas*, fenômeno que vem aumentando nos últimos anos, os alunos apontaram os principais motivos, que procuramos analisar, agrupando-os da seguinte maneira: a agressividade dos próprios alunos que afeta a luta pela afirmação de sua identidade, e que não é reconhecida pelos educadores; o descaso da escola e a violência, sobretudo verbal, dos professores e funcionários contra os jovens; a influência da mídia; e a negligência da família.

A *agressividade entre os pares* é identificada pelos jovens nas atitudes agressivas explícitas ou veladas, e que permeiam as relações interpessoais na escola. Essas atitudes foram bastante criticadas pelos alunos, pois consideraram esse espaço um aliado para a sua afirmação. E também porque qualquer referência negativa à capacidade, ao desempenho e ao comportamento dos jovens entre si, ou deles com os professores, lhes soa como uma comparação desabonadora em relação aos outros. Toca na sua *identidade* em construção, quando estão em busca de apoio, de elogios, de estímulos para crescer: “*O cara tá formando a personalidade dele ainda, ele fica meio perdido. Ele não sabe como se enquadrar, não sabe o que fazer*”(aluno/7ª série/particular /IG). A indiferença dos professores frente à luta dos adolescentes e jovens pela afirmação de sua identidade também pode ser exemplificada na fala de uma aluna que se recusou a fazer o mesmo trabalho que a outra turma fez: “*... eu não sou obrigada a fazer o que a outra sala fez (...) eu odeio me comparar com alguém*” (aluna/7ª série/pública/CA).



Os jovens apontaram as dificuldades que têm para lidar com o descaso da escola e a *violência verbal* por parte dos professores e funcionários da escola. As atitudes distantes e autoritárias dos professores obstrui o diálogo com os alunos e impede a verdadeira orientação. Alguns exemplos citados pelos alunos evidenciaram o comportamento autoritário e agressivo por parte dos agentes responsáveis por sua educação e revelaram a significativa atuação da *escola*

como espaço de mediação da violência, e o poder de transmitir os sentimentos mais positivos e os mais negativos com relação à vida aos adolescentes. Falar palavrões em sala de aula, chamar o aluno de “burro”, “ignorante” e tratar com desprezo são algumas das agressões citadas. Os dois depoimentos abaixo revelam o quanto a relação professor/aluno pode atingir graus de agressividade, de desrespeito mútuo e de desprezo para com a tarefa de educar:

...a professora começou a ofender o cara [que escreveu errado no quadro], falar da mãe dele e aí o vulgo ‘psicopata’, que é o apelido dele, fechou a mão e falou: ‘vou te meter um bico’. E a professora disse: ‘vem então’. Aí ele começou a chorar... (aluno/1º ano/pública/JF)

...eu comecei a estudar no ano passado e parei em abril. Só que ele [o professor] também não me perguntou porque eu parei (...) Quando eu voltei ele falou que eu estou vindo pra desfilar, pra passear. Se eu estou com uma dúvida e pergunto, ele fala: ‘isso é o cabelo, pinta o cabelo que você pára de entender’. Eu estou boiando nessa matéria. (aluna/1º ano/pública/JF)



A agressividade com que muitos alunos também se dirigem aos professores, leva a que muitos educadores desistam de sua profissão, por temer violências por parte dos alunos. “A professora mandou um aluno para fora, depois ele voltou e falou assim para a professora: *vê se anda na sombra, viu?*” (aluno/1º ano/pública/CA). Em Iguatu foi muito comentada a agressão de uma mãe e de seu filho a uma professora que é muito estimada por todos os jovens, porque esta chamou a atenção desse aluno. A maioria considerou a atitude injusta e despropositada. Em Campinas, uma pesquisa conduzida por Guimarães (1996) em escolas públicas apontou que a violência se manifesta em distintas modalidades no cotidiano escolar, tanto do ponto de vista dos poderes instituídos quanto da potência (discórdia entre professores e alunos).

Alguns alunos mencionaram a falta de atividades extracurriculares que torna a vida escolar desinteressante, sugerindo que isso pode contribuir para atitudes agressivas: “*Às vezes a escola parece uma tortura*”; “*Porque você chega na escola dá aquele desânimo, é só matéria. Não tem nada diferente*” (alunos/1º ano/pública/CA).

A mídia, em particular a televisão, foi apontada pelos adolescentes como uma das causas da violência nos colégios, sobretudo por noticiar os acontecimentos de jovens atirando em seus colegas nas escolas norte-americanas, e usar a violência para buscar pontos no IPOBE. A violência mediatizada parece atingir adolescentes e jovens de uma forma peculiar. Ao veicular excessivamente cenas de agressão praticadas por esse grupo etário, de algum modo pode constituir-se em fator de risco para o comportamento agressivo: “*a mídia te leva a enxergar um mundo que você vai, você entra nele sem saber. Quando você vê, você já fez um monte de coisa!*” (aluna/7ª série/particular/JF). Para a maioria dos alunos, seja pela via da glamourização do criminoso, pela glorificação das armas de fogo, ou pela violência interpessoal que caracteriza alguns gêneros televisivos, principalmente quando não há o adequado debate sobre a violência, a televisão “*facilita*” e “*influencia*” para a adoção de atitudes agressivas. Vários depoimentos deram conta de que a televisão serve como fonte de informação, mas também incita à novas interpretações da violência, pela reapropriação que o jovem faz dessa

informação. Esses usos dos meios de comunicação são compreendidos por Martín-Barbero (2001) como *mediações* entre a televisão e espectador, produzindo no imaginário da juventude novos sentidos sobre a violência.

No livro *Fala Galera*, Minayo et al. (1999) constataram uma visão crítica dos jovens, sobretudo em relação à televisão. Ultimamente estão se aprofundando estudos sobre o impacto das *mídias* sobre o comportamento, frente à tese tradicionalmente defendida de que os meios de comunicação não criam a realidade, e sim, a expõem para a sociedade. Ora, no caso da violência social, existem indícios fortes de que a sua exposição intensa promove uma certa confusão de perspectiva sobre o real e o imaginário e, por consequência, uma banalização das relações sociais fundadas nas agressões e na eliminação do outro. No mínimo elas não incentivam o diálogo e a solução de conflitos pela argumentação.

Alunos das escolas particulares dos três municípios são mais críticos com relação à programação televisiva, embora em pesquisa nacional recente tenha se constatado que a primeira opção de lazer dos adolescentes de todos os estratos sociais, nas faixas etárias de 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, é assistir televisão. Contudo, determinadas opções de lazer como ir ao cinema, ler, ir a lanchonetes e divertir-se no computador não estão acessíveis a todos os estratos ((Unicef/Fator OM, 2002). Adolescentes mais velhos de uma escola particular de Campinas criticaram os programas que mostram violência, embora alguns tenham declarado que é “típico” dessa idade ver violência. Refletiram sobre o poder que esse meio possa exercer sobre as mentes dos mais novos, demonstrando que a idade também é um fator de mediação nessa relação, porque esse grupo seria mais suscetível, conforme vem apontando alguns estudos psicológicos (Strasburger, 1999). Os desenhos animados, os filmes e os jogos de computador também foram lembrados como sendo violentos.

Para grande parte dos professores entrevistados a televisão constitui um problema, seja porque esse meio influencia o jovem a adotar comportamentos consumistas, seja pela crescente erotização da programação ou por veicular a violência de forma banalizada. Contudo, muitos relataram que o mais grave é a substituição do convívio familiar pela programação da televisão. Pais que possuem pouco tempo para estar com os filhos delegam ao aparelho televisivo a conversa que não travam. Segundo os professores que entrevistamos, a sociedade e os meios de comunicação de massa também divulgam modelos de sucesso que seriam alcançados por meio de outros mecanismos sociais (que não a escolarização) e aqueles eticamente condenáveis. Esses “maus modelos” teriam um poder nefasto para a consolidação do caráter desses jovens, constituindo-se, portanto, num sério risco à sua formação. Seriam eles, tanto os que vendem uma idéia de sucesso econômico e fama “fáceis”, que não passam pelos canais da escolaridade, do conhecimento, do “valor pelo trabalho e pelo estudo”. Os artistas, manequins, pagodeiros, jogadores de futebol seriam os protótipos desses modelos, na visão dos educadores. A ascensão social dar-se-ia por “sorte” ou por “talentos inatos” em detrimento do trabalho e do esforço escolar. O outro tipo de “mau exemplo” seria encarnado nas personalidades e políticos corruptos que ganhariam fortunas por meio de expedientes desonestos.



REUTERSWÄRD, A não violência. Desenhos para a escultura do edifício das Nações Unidas, Nova York.

Isso é um risco para a formação dos jovens, porque se você copia o modelo ruim, você vai perpetuar o modelo ruim, querendo levar vantagem. Para que eu vou ser honesto, pra que eu vou ter retidão de caráter, para que eu vou ter postura em determinados valores? Eu acho que é risco, é uma convulsão imensa, já em prática na sociedade.
(professor/particular/JF)

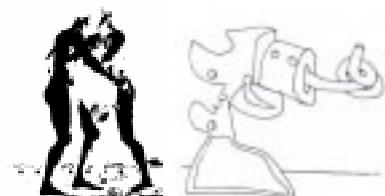
Indagados sobre o papel da mídia nessas consideradas distorções sociais, os educadores disseram crer que a mídia espetaculariza essas distorções, pois mostra também os seqüestradores e outros delinquentes que se dão bem, “..você está vendo aí um grupo de seqüestradores, pessoas de excelente aparência e bem vestidas. Então muito adolescente se identifica com uma pessoa dessas” (professor/pública/JF). Alguns educadores se referiram à televisão como um meio quase onipotente e que tem um efeito devastador na formação dos jovens.

A televisão é a sociedade corrompendo eles o tempo todo. Eu até acho que a gente faz muito nas quatro horas que têm de aula. As outras vinte eles estão sendo massacrados por televisão, crime, drogas, é muito pouco para esse risco social que eles têm, a influência que eles têm. (professor/pública/JF)

Como se pode perceber, frente aos outros veículos e às possibilidades de informação e comunicação, os mestres julgam que a escola não só tem um papel central, como “faz muito” nas quatro horas de aula. Mas ela tem grandes concorrentes que acabam por atrair mais os jovens. Por outro lado, a “aprovação” ou conivência social diante desses modelos veiculados pelos meios de comunicação de massa, acontece ao mesmo tempo em que uma profunda crise de valores afeta a sociedade. Os professores sentem que seu próprio prestígio diminuiu diante dos jovens. Já não são um modelo a ser copiado, muitas vezes são apontados pelos próprios alunos como um profissional fracassado, “que não deu certo”, que não soube ganhar dinheiro e prestígio. Como consequência indireta, a desvalorização da educação e da qualidade do ensino seria banalizada pelos jovens. Esses dados também foram constatados na pesquisa de Lucinda et al. (1999).

As questões que a discussão sobre a mídia ensejou são nevrálgicas para uma proposta de educação para valores. Como resgatar a admiração e o respeito pela figura e pelo papel de educador e dos profissionais que mesmo sem ganhar muito dinheiro, cumprem uma missão importantíssima na sociedade? Como tornar a própria mídia uma aliada nesse resgate? Seria esse somente um papel das televisões educativas? As respostas dadas pelos educadores a essas perguntas mostraram desânimo, sobretudo com o ambiente familiar que, segundo eles, constitui empecilho ao desenvolvimento intelectual do aluno.

Se um jovem chega em casa depois da escola, a mãe vai para frente da televisão (...) ninguém fala, porque o pai, que é o chefe da família, está dizendo que o mais importante para ele é o jornal. Como é que a gente vai querer, que esse aluno não se espelhe com a televisão?...São esses os riscos. (professor/particular/IG)



Parte da responsabilidade pela atitude de um jovem que leva uma arma de fogo na escola foi relacionada pelos alunos à **negligência da família**, dirigida particularmente à figura paterna, que deveria ser “*punida*” por sua cumplicidade e fraqueza, demonstrando que o exercício desta autoridade tem forte influência para esse grupo etário. A falta de diálogo na família foi ressaltada pelos alunos como um fator de risco que leva os jovens a praticarem atos violentos. A família também foi profundamente criticada pela maioria dos professores, conforme já foi apontado anteriormente. A principal crítica refere-se ao fato de que essa instituição delegou quase que inteiramente à escola seu papel de formar esse jovem. Acusaram sua pouca participação na educação, no diálogo franco, na presença afetiva, e na colocação de limites junto aos filhos. A família foi incriminada, muitas vezes, pelos professores, como uma instituição violenta, sobretudo pela atitude ausente dos pais no cotidiano dos adolescentes, na sua vida escolar e nas etapas de seu crescimento e desenvolvimento.

Alunos de escolas públicas de Iguatu correlacionaram a violência intrafamiliar à violência cometida pelos jovens na sociedade, como revela esse depoimento: “*A violência até dentro de casa influencia os jovens*” (aluno/1ª série/pública /IG). Foi dada ênfase à influência do machismo, que sobrepõe as relações de gênero, e ao alcoolismo citados em outros momentos da pesquisa. Aqui constatamos o *contexto cultural* como uma instância mediadora importante, que legitima junto à família uma noção de violência, perpassando todos os espaços sociais. Nessa direção, reconhecemos nos depoimentos dos jovens de Iguatu um complexo significado para a violência que passa pela necessidade de expandir o diálogo com a família sobre as raízes desse fenômeno, “*... se os pais falassem mais da violência, não aconteceria violência nos colégios (...) falar da violência na vida*” (aluno/7ª série/pública /IG).

Cabe aqui também interrogar e questionar a quase total responsabilização da família por esses problemas que são muito mais amplos. Se a família é por tradição uma fonte de mediação, se a televisão intervém concretamente no processo de educação, que possibilidades têm os educadores de atuar a favor do desenvolvimento dos adolescentes nesse campo? Os próprios adolescentes indicaram que essa responsabilidade pode e deve ser partilhada pela escola, família e mídia, inclusive, desde que cada uma dessas instituições respeite e contribua com o seu processo de crescimento.

Reportando à situação hipotética apresentada para o debate sobre a violência na escola, em quase todos os grupos focais foi discutido o tipo de **penalidade** que o jovem deveria receber, no caso de levar uma arma para a escola e essa disparar contra um colega, levando-o à morte. Alguns foram favoráveis a punições mais leves e outros se mostraram propensos ao rebaixamento da idade penal para que os jovens. Para muitos meninos e meninas volta a questão da intencionalidade de quem porta uma arma: ferir ou matar. As manifestações podem ser assim resumidas: primeiramente uma tendência conservadora com relação aos direitos da criança e do adolescente e; em segundo lugar, a necessidade de uma discussão entre os próprios jovens sobre seus direitos, tendo como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os professores também mostraram carências de informação, conhecimento e debate sobre essa Lei.



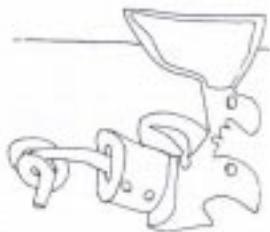


A discussão sobre a segurança pública ensejou a manifestação da descrença dos jovens na justiça e na polícia, até de forma contraditória com a idéia defendida de que os jovens deveriam ser punidos pela lei, independente da idade. Denunciaram, sobretudo, o que sabem ou que já vivenciaram de práticas de suborno e o que consideram frouxidão ou corrupção dos agentes da lei: policiais, advogados e juízes.

Cenários da intervenção do programa

Na segunda etapa da avaliação, em 2001, verificamos alguns avanços nos debates sobre a questão da violência como resultados positivos da intervenção do programa. Em maior ou menor grau, observamos sensíveis mudanças na perspectiva do jovem e da escola como mediadora principal da proposta de intervenção. De maneira geral, alunos e professores das escolas que foram alvos do programa Cuidar, pareceram convergir para um olhar mais ampliado sobre a violência que ocorre nessas instituições, se comparado ao primeiro momento da avaliação. Ou seja, questionaram-se entre si e mutuamente no que se referia à relação de respeito, de ajuda e de possibilidades de imprimir um novo sentido para o convívio nesse âmbito. Algumas vezes vincularam esse questionamento à intervenção do Programa, e outras a uma reflexão mais crítica sobre a nossa sociedade.

Nessa última etapa da avaliação, poucos alunos relacionaram o fato de um jovem portar uma arma de fogo na escola, questão também proposta para a discussão, aos eventos ocorridos nos EUA nos anos anteriores e que ganharam destaque na mídia internacional. Esse fato sugere que no processo de interação televisão e público, a *mediação tecnológica* é relevante, pois a televisão no seu modo de produzir cria agendas que colocam determinados temas em pauta para o debate público (Wolf, 2001). Contudo, adolescentes e jovens da oitava série do ensino fundamental e segundo ano do ensino médio, de uma escola particular de Iguatu, sem o Programa, criticaram profundamente a programação violenta da televisão aberta, e a influência negativa que esses conteúdos exercem sobre o comportamento daquele grupo etário. Os alunos dessa escola disseram gostar da programação da televisão educativa, mostrando o quanto os jovens apreciam temas que não só trazem a violência. Esse achado sugere que, se houve modificações nas discussões e essas não correspondem a uma intervenção específica e focalizada, existem mudanças político-culturais mais abrangentes no âmbito das instituições e na sociedade como um todo, e que irrompem de forma particular no universo dos adolescentes e jovens. Nossa hipótese é de que, na medida em que o tema da violência passou a ser “pauta obrigatória” da mídia, dos políticos e do mundo da vida no país hoje, foi também apropriado pelos estudantes com um pouco mais de profundidade. Sobre essa socialização do tema, alguns fatos podem ser destacados. No ano de 2002, duas campanhas contra armas de fogo foram veiculadas na televisão, uma da TV Globo, que falava sobre o risco da presença de armas de fogo na escola, e outra do Movimento Viva Rio que apregoava o perigo das armas de fogo em casa (só que esses informes educativos aconteceram depois de terminado o trabalho de campo da avaliação). Também ainda estão em discussão diversos projetos no Congresso Nacional que visam a limitar ou eliminar a venda de armas de fogo, promovendo um debate público sobre o assunto. Vários documentários e debates na televisão têm tido como mote, a violência e a criminalidade. Por outro lado, há o influxo dos



próprios dados da realidade, o que pode ou não propiciar o aprofundamento da compreensão do fenômeno. Tal é o caso do crescimento da violência social em Campinas, que acabou tornando a ficção criada para animar a pergunta, uma realidade muito próxima da vida dos alunos daquele município. A reflexão evita a banalização da violência no próprio ambiente escolar, fato identificado por Ristum (2001) como efeito da constância com que ocorre no cotidiano dos jovens.

Em síntese, assinalamos em que sentido a discussão sobre a violência avançou, da primeira para esta última fase nas escolas com e sem a intervenção do Programa. Na produção do discurso, a violência é vista de forma muito mais ampliada que a mera visão do crime. Mas, seguindo a imagem hegemônica hoje ampliada por todo o território nacional, em primeiro lugar, o debate privilegiou a questão da *arma de fogo*. Mas a questão foi acompanhada pela abordagem das condições macrossociais, conjunturais e interacionais de emergência da violência, de forma mais complexa numa escola sem o programa de Juiz de Fora. Foram analisadas como violência, as agressões domésticas, a ausência de valorização e a falta de diálogo com os pais, propiciando a revolta e a delinquência juvenil em todos os grupos pesquisados e nos três municípios. Foi lembrado, por vários grupos, que as perturbações e os problemas mentais e individuais também são causadores de comportamentos violentos entre os jovens. Nos vários grupos foi igualmente discutida a presença de impunidade e da corrupção como fenômeno generalizado na sociedade e no Estado, como fatores propulsores do clima de violência em que estamos vivendo, mas muito importante. Os jovens assinalaram também sua responsabilidade pessoal quando cometem atos de violência por exibicionismo, para serem legitimados em seu grupo ou quando ingressam em gangues, ou cometem crimes, o que remete à crença na liberdade individual, mesmo quando as condições sociais são desfavoráveis.

Alguns aspectos das discussões, no entanto, não seguiram no mesmo sentido, como a questão da punição para um adolescente ou jovem que usa uma arma de fogo. Foram raros os depoimentos como o de uma aluna que acha que na prisão ou na FEBEM o jovem “*só piora*”. Esses consideraram que só o diálogo com o jovem é capaz de mudá-lo, não a prisão. Esta visão mais crítica a respeito dos malefícios do encarceramento foi mais presente nas falas dos estudantes de Juiz de Fora e de Campinas, apesar das experiências violentas nas escolas serem mais frequentes nesta última cidade e menos frequente na primeira.

Desvendando caminhos para a prevenção da violência

Recorrendo, ainda, à idéia das mediações, embora esse conceito seja considerado impreciso por alguns autores (Sodré, 2002), constatamos que *são múltiplas as combinações de mediações que interferem na relação com os adolescentes* e que não se limitam a processos diretamente relacionados à televisão. A violência é interpretada pelos adolescentes como uma forma de comunicação, mediada pela escola, família, pelos pares e pela televisão, constituindo cada um parte da “*trama dos discursos e da própria ação política*”, como nos revela Martín-Barbero (2001, p.14). Nesse processo novos sentidos sobre esse fenômeno são produzidos e plasmados no contexto social de cada município, bairro, família e escola, até nas microestruturas de salas de

aula, de grupos etários, na questão de gênero e no discurso das diversas mídias.

As sugestões para prevenir a violência nas escolas e melhorar a situação atual dadas pelos *alunos* demonstraram um leque de possibilidades que dá uma visão do dinamismo desse processo. Alguns advogam também a expulsão dos estudantes que tumultuam a convivência. A perplexidade que segue à idéia de “extirpar a pessoa violenta” do convívio, dá conta de levantar a amplitude do fenômeno, pois os estudantes constataram que o ambiente violento ultrapassa a responsabilidade de um indivíduo: ele é mais complicado. Por isso, sua reflexão aprofunda alguns propósitos mais positivos que podem ser assim resumidos: acolher o jovem e dialogar com ele; melhorar o ambiente da escola; trabalhar os problemas de forma alternativa; melhorar os laços de convivência.

Uma outra possibilidade apontada por alguns para acabar com a violência nas escolas seria a repressão sobre armas, drogas e bebidas alcoólicas. Os adolescentes refletiram igualmente sobre o problema da segurança nos colégios e reivindicaram mais policiamento treinado e revista na porta de entrada.

Os *educadores* afirmaram que deveriam discutir com os alunos sobre a exposição deles à violência, buscando juntos formas de prevenção, mas muitos não se julgam preparados para desenvolver esse tipo de atividade. Impotência, medo, angústia e revolta foram sentimentos às vezes comuns entre os educadores que têm que lidar com a questão da violência na escola, no entorno e nas relações conflituosas que permeiam o ambiente escolar. Frente às situações de maus-tratos na família percebidas pelos professores, por exemplo, muitos expressaram o sentimento de impotência “*você tem que estar alimentado psicologicamente para encarar*” (professora/pública/JF).

Notamos em diversos momentos, durante nossa presença nas escolas, o desespero e o empenho de muitos professores para não perder seus alunos para o crime, ou para a violência familiar e ou mesmo para a própria falta de esperança no futuro.

A *família* e a *escola* têm sido historicamente a base da educação de crianças, adolescentes e jovens e da inserção social desse grupo. A negação do diálogo, as formas de violência física, sexual, moral e psicológica contra esse grupo etário que ocorrem muitas vezes no âmbito intrafamiliar podem refletir na vida escolar sob a forma de comportamentos agressivos ou mesmo apáticos dos alunos, desafiando os educadores para o enfrentamento dessa problemática. Diante da violência, o desafio maior é o reconhecimento da complexidade de suas manifestações, sem reduzi-la a uma única fonte. O lugar da escola, como fonte privilegiada de mediação, assim como o da família possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da violência. Mas é necessário que essas instituições caminhem juntas, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os jovens. Os educadores reconhecidos na pesquisa como seminais para a mudança, mostraram que esses caminhos são possíveis em todos os espaços, disseminando os conteúdos escolares e sobre a vida e construindo um elo de confiança e amizade com os jovens. O desenvolvimento de atividades criativas para que se possa estar abordando a questão da violência, suas conseqüências para a sociedade e para os indivíduos constitui em um outro desafio para muitos educadores. As atitudes de ruptura de preconceitos, medos e silêncios de alguns professores diante do conhecimento de situações graves de violência envolvendo os alunos



demonstraram o potencial transformador da escola no sentido de ampliar o diálogo sobre essa questão, diminuindo as distâncias entre educador-educando, revertendo alguns comportamentos agressivos, de baixa auto-estima e apatia de alguns alunos.

No que concerne à representação sobre o *papel da mídia* ficaram evidenciadas a importância da televisão no cotidiano dos adolescente e jovens como fonte de informação e produção de sentidos e o conflito dos educadores em relação a esse meio tecnológico. Na percepção da maioria dos alunos e professores a mídia constitui um *risco para a violência juvenil*. Destacamos a necessidade da escola trabalhar como mediadora na reflexão crítica dos conteúdos sobre a violência veiculados pelos meios de comunicação, a exemplo do que já vem acontecendo em algumas escolas que utilizam notícias de jornais, filmes etc. para a discussão sobre esses meios. Pesquisas e resoluções internacionais sobre educação para a mídia estão sendo desenvolvidas em diversas partes do mundo (Carlsson & Von Feilitzen, 2002). Entretanto, no Brasil, essas metodologias ainda são pouco disseminadas, embora isso não se constitua em empecilho para a criação de metodologias próprias e ações educativas sobre os meios de comunicação e as novas tecnologias de informação. O discernimento crítico sobre os conteúdos violentos mediatizados podem contribuir com propostas de prevenção da violência no âmbito da escola, da família e da sociedade.



Referências

- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- CARLSSON, U.; VON FEILITZEN, C. (Orgs.). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.
- CARDIA, N. A violência urbana e a escola. **Contemp. Educ.**, v.2, n.2, p.26-99, 1997.
- CASTRO, M. R. B. **A vida e a morte nas representações sociais de violência de crianças e adolescentes**. 1998. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, A. M. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G.; CANDAU, V. M. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- McALISTER, A. **La violence juvenil en las Américas: estudios innovadores de investigación, diagnóstico y prevención**. Washington: Organización Pan-Americana da Saúde, 2000.
- MERCY, J. A.; ROSENBERG, M. L.; POWEL, K. E.; BROOME, C. V.; ROPER, W. L. Public health policy for preventing violence. **Health Affairs**, v.12, n.4, p.7-29, 1993.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R.; NJAINE, K.; DESLANDES, S. F.; SILVA, C. M. F. P.; FRAGA, P. C. P.; GOMES, R.; ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J.; MONTEIRO, M. C. N. **Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio

de Janeiro: Abrasco, 1992.

OROZCO, G. Hacia una dialéctica de la recepción televisiva: la estructuración de estrategias por los televidentes. *Comun. Polít.*, v.13, n.22-25, p.57-73, 1993.

RISTUM, M. **O conceito de violência de professores do ensino fundamental**. 2001. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. (Coords.). **Avaliação do processo de implantação e dos resultados do Programa Cuidar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 2000.

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. (Coords.). **Avaliação do processo de implantação e dos resultados do Programa Cuidar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 2002.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, E. R.; REIS, A. C.; MINAYO, M. C. S.; SANTANA, F. S.; MALAQUIAS, J. V. Padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, 1980 a 2000. *Bol. CLAVES/ENSP/FIOCRUZ*, v.2, n.7, p.1-7, 2002.

STRASBURGER, V. C. **Os adolescentes e a mídia: impacto psicológico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

UNICEF/Fator OM. **A voz dos adolescentes**. Brasília: UNICEF, 2002.



NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção, *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.7, n.13, p.119-34, 2003.

Se trata de un estudio cualitativo cuyo objetivo es analizar los significados que la violencia asume en diferentes contextos sociales y las formas como esta se manifiesta en el cotidiano escolar, a partir de las declaraciones de jóvenes y educadores de escuelas públicas y privadas de tres municipios brasileños - Iguatu (CE); Juiz de Fora (MG) y Campinas (SP). Se investiga el sentido atribuido a las prácticas de violencia, como el porte de armas de fuego en ambiente escolar, y la interrelación entre esas prácticas y las instituciones que cumplen un papel de socialización de los jóvenes: escuela y familia. Dada la centralidad de la que hoy disponen los medios de comunicación en la sociedad, sobre todo la televisión, se busca también reflexionar sobre nuevas estrategias para el enfrentamiento de la violencia a partir de su intersección en el cotidiano de la escuela. Se concluye que el lugar de la escuela y de la familia, como fuentes privilegiadas de mediaciones, posibilita una actuación amplia en el campo de la prevención de la violencia. No obstante, es necesario que esas instituciones caminen juntas, buscando principalmente establecer una relación de respeto con los jóvenes. En lo que concierne al papel de los medios de comunicación de masas se evidenció la necesidad de que la escuela trabaje como mediadora en la reflexión crítica de los contenidos sobre la violencia difundidos a través de los medios de comunicación.

PALABRAS CLAVE: violencia; escuelas; armas de fuego; adolescente; television; prevención.

Recebido para publicação em 13/02/03. Aprovado para publicação em 20/06/03.

Sentidos da violência ou a violência sem sentido

O olhar dos adolescentes sobre a mídia

*Kathie Njaine
Maria Cecília de Souza Minayo*

Introdução

Este artigo objetiva analisar os sentidos atribuídos pelos adolescentes à violência na mídia, especialmente na televisão, investigando a forma como esse grupo etário interage com esse meio e como se apropria de suas mensagens. Busca-se fundamentalmente investigar o modo como o fenômeno de violência mediado pela televisão é interpretado, incorporado ou reprovado por esse grupo etário, e de que maneira essa mediação reconstrói novos sentidos no cotidiano dos adolescentes. Parte-se do pressuposto de que os diferentes modos de apropriação da violência, mediada pela televisão, podem comprometer uma compreensão adequada sobre essa problemática entre os adolescentes e dificultar um real dimensionamento sobre o autocuidado em relação às situações de risco. O aprofundamento desses aspectos pode contribuir para a prevenção da violência pelo campo da saúde pública.

Tradicionalmente, estudos sistemáticos realizados em países da América do Norte, Europa e Ásia, desde a década de 60, vêm procurando demonstrar os efeitos da violência na televisão, sobretudo relacionada ao público infantil. Numa revisão da literatura norte-americana sobre violência na mídia em mais de 1.000 estudos, Strasburger (1993) observou que a preocupação de profissionais da saúde com a presença desse meio de comunicação na vida das crianças e adolescentes ocorreu ao mesmo tempo em que se constatava um aumento do comportamento agressivo nesse grupo.

A presença cada vez maior da mídia eletrônica na vida de crianças e adolescentes também preocupa muitos educadores e comunicadores. O teórico da comunicação Vicente Romano García resume algumas dessas questões.

O entretenimento dos meios pode servir tanto para a evasão da realidade, da obrigação e da responsabilidade, como para o encontro social ("parassocial"), a descarga temporal das tendências associadas, pode servir de tema de conversa, pode relaxar, aliviar, ativar emoções, estimular ilusões, oferecer orientação, confirmar o saber cotidiano e muitas coisas mais. Todos esses são processos normais, às vezes terapêuticos. Com duas limitações: 1) que as mensagens midiáticas só desempenham essa função, temporalmente, de maneira transitória; e 2) que todo consumo midiático excessivo é perigoso e é provável que apresente efeitos nocivos. Ou seja, que o uso dos meios pode ser também 'disfuncional' para o indivíduo.
(Vicente Romano García , 2002:18)

Diversos autores destacam a necessidade de as pesquisas focalizarem a relevância do papel dos processos simbólicos e comunicativos da mídia como um fato importante da sociabilidade. Esse foco coincide com o investimento em novos estudos dos efeitos da mídia que estão *"latentes, implícitos no modo como determinadas distorções na produção das mensagens se refletem sobre o patrimônio cognitivo dos destinatários"* (Wolf, 2002:143).

Além de difundir imagens e sons que podem interferir negativamente no aparelho psíquico da criança, a mídia tem um poder de transformar as formas de o adolescente vivenciar sua subjetividade, reestruturando seus espaços de interação e produzindo novos sentidos sobre a realidade social (Levisky, 1998; Spink, Medrado e Mello, 2002).

Metodologia

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa, partindo do referencial metodológico da hermenêutica em profundidade, enfatizando o processo de compreensão e interpretação das formas simbólicas do fenômeno da violência mediado pela

televisão (Thompson, 1995). Para tentar compreender os significados atribuídos pelos adolescentes à violência na mídia, buscou-se elaborar um roteiro de entrevistas contemplando aspectos da interação dos jovens com as mensagens e da apropriação das mesmas no seu cotidiano.

Adotou-se a técnica de grupo focal que procura contemplar as opiniões, os valores e as percepções dos adolescentes que compartilham características identitárias determinadas (Krueger, 1994). Foram realizados quatro grupos focais com alunos das sétimas e oitavas séries do ensino fundamental do município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, em: duas escolas públicas (uma estadual localizada num bairro com ocorrência freqüente de eventos violentos e outra municipal situada num bairro tranqüilo do município); e duas escolas particulares (uma que atende à clientela de estrato social médio e outra de natureza religiosa que atende à clientela de estrato social mais baixo). O trabalho de campo foi realizado em abril de 2003, abrangendo um total de 33 alunos (17 meninos e 16 meninas) com idade entre 12 e 14 anos. Apenas os alunos de uma escola pública encontravam-se defasados na relação série/idade, com idades entre 15 e 17 anos.

Foi realizado um pré-teste com alunos de uma escola particular, com idades entre 12 e 13 anos. Alguns temas foram agrupados a partir de indicadores apontados em pesquisa anterior (Minayo *et al.*, 1999). Investigou-se a preferência da programação entre os adolescentes, suas opiniões sobre a imagem dos jovens apresentada pela televisão, relações de consumo, mediações da escola e da família e sentidos atribuídos à violência representada na mídia.

A participação dos adolescentes nos grupos focais ocorreu mediante a assinatura de um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preconizado na Resolução

196/96 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 08/03.

O processamento dos dados qualitativos foi feito mediante a transcrição das entrevistas, leitura flutuante e categorização dos temas.

A cidade de São Gonçalo possui uma população de quase um milhão de habitantes, sendo 94.759 na faixa etária de 12 a 17 anos de idade, o que representa aproximadamente 10% da população (www.datasus.gov.br). É a segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (www.undp.org.br), em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de São Gonçalo ocupou a 995ª posição em relação a outros municípios do Brasil, com crescimento de 7,86% no período de 1991-2000, e está entre as regiões consideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como médio desenvolvimento humano. A educação foi a área que mais contribuiu para a melhoria dos indicadores, com crescimento de 36,7%. O índice de frequência escolar atualmente chega a 96,4% na faixa etária de 10 a 14 anos e 84% na faixa de 15 a 17 anos. Porém, a desigualdade social cresceu no município, segundo os dados do IDH-M. O índice de Gini passou de 0,47 em 1991 para 0,49 em 2000.

Resultados e discussões

O programa televisivo preferido pela maioria dos alunos entrevistados, de ambos os sexos, é a novela “Malhação” da Rede Globo. Em pesquisa anterior, Minayo e colegas (1999) constataram o efeito catalisador dessa novela na vida dos adolescentes da cidade do

Rio de Janeiro, mas na ocasião esse programa foi duramente criticado pelos jovens de todos os estratos sociais, por não corresponder em nenhum aspecto à vida real desse grupo. Na presente pesquisa, os adolescentes dizem se identificar mais com a Malhação porque o programa *“corresponde muito com o que nós estamos vivendo hoje em dia”* (aluna 7^a/pública); *“fala muito sobre jovens”* (aluna 8^a /privada). Uma pequena parcela de adolescentes, sobretudo da escola com orientação religiosa, considera que a Malhação retrata mais a realidade da cidade do Rio de Janeiro, onde as opções de lazer são melhores e as pessoas são *“mais abertas”*. Apesar de São Gonçalo ser um município de quase um milhão de habitantes, os alunos dizem que oferece poucas opções de divertimento para os jovens, e o acesso ao lazer em Niterói e no Rio de Janeiro, municípios próximos, depende muito do poder aquisitivo das famílias.

Embora Malhação lidere a preferência dos adolescentes, a maioria dos entrevistados critica o tipo de jovem da novela e a forma como esse programa aborda algumas questões, porque *“todos eles arranjam uma maneira divertida de mostrar a vida”* (aluna 8^a /particular). Esse fato constatado opõe-se à realidade vivenciada por muitos, principalmente pelos das camadas populares. Os adolescentes de São Gonçalo dizem que seu cotidiano escolar também é bem diferente do que é retratado na novela, no qual os alunos conversam o tempo todo em sala de aula e o professor praticamente fala sozinho. Ou seja, há um conjunto de valores morais e sociais presentes nesse programa, relacionados a uma idéia de juventude desprovida de crítica e de auto-reflexão, que é detectado pelos adolescentes entrevistados.

Analisando alguns programas televisivos dirigidos a jovens, Gonçalves (2003) destaca que a maioria possui concepções universalistas da juventude, veiculando noções sobre a adolescência que criam um *“debate ilusório”* sobre as questões relacionadas a esse

grupo etário. Segundo a autora, *"os programas dizem, por meio de seu conteúdo e de seu formato, quem é o jovem e, mais do que isso, relacionam-se com esse jovem como se ele assim fosse"* (Gonçalves, 2003:60).

Outros programas são citados pelos alunos como menos significativos, mas que apreciam também, como outras novelas, seriados estrangeiros sobre jovens, programas ecológicos e sobre viagens, programas musicais de rock e pagode, programas esportivos, programas sobre a vida dos artistas, filmes de aventura e de terror e o Jornal Nacional da Rede Globo.

Na visão de uma parcela importante de alunos que citaram o Jornal Nacional como uma programação predileta, esse telejornal ajuda os jovens a *"a reagir a alguns problemas da vida"*, como a guerra e o desemprego, porque *"fala muito do que está acontecendo ao nosso redor"* e *"é uma forma de nos precavermos das coisas"* (alunos^{7ª} e ^{8ª} /pública). Esse telejornal é visto como uma espécie de sinalizador para a prevenção aos riscos, como o da violência e o das doenças.

A veiculação de determinados problemas que constituem risco à vida e à saúde faz parte de uma seleção própria do campo jornalístico, e estes são excessivamente destacados pela repetição sucessiva de imagens e notícias, como os incêndios nos ônibus que ocorreram no Rio de Janeiro durante o período da pesquisa.

Mas, para os adolescentes, essa característica de produção de notícias é apropriada como uma indicação de interesse público dos *"lugares onde a gente pode andar, onde corre mais risco de sofrer com a violência"* (aluno^{7ª} /pública). Desse modo, revelam, muitos jovens procuram organizar seu cotidiano segundo a pauta da mídia, como é o caso de cuidados com a saúde, *"agora essa pneumonia asiática também"* (aluna^{8ª} /pública).

Spink e colegas (2002) verificaram o crescimento de uma de *linguagem de riscos*, na década de 90, em diversas seções de um jornal de São Paulo, como na economia, nos esportes e na segurança pública, com o emprego direto da palavra *risco* e de termos que fazem menção a situações de perigo à vida e à saúde das pessoas. O uso generalizado dessa noção pela mídia tem sido feito de forma espetacularizada.

Freqüentemente, algumas matérias focalizam os riscos de vida no cotidiano na perspectiva da responsabilização e culpabilização do indivíduo, o que é confirmado na presente pesquisa, sobretudo nos discursos sobre saúde e segurança ou na interface dessas duas áreas. Esse modo de apreensão e apropriação da noção e sua reinterpretação no sentido de prevenção pelos jovens de São Gonçalo indicam, ao mesmo tempo, dinamismo dos processos simbólicos, sobretudo quando realizados pela mídia, de outro, sua penetração no cotidiano desse grupo.

A questão da informação como elemento principal da notícia aparece em segundo plano na perspectiva dos jovens, sendo lembrada por poucos como fonte para pesquisas e provas escolares. Mas são os programas dos canais educativos que complementam, segundo os adolescentes, os conteúdos didáticos transmitidos pela escola. O Telecurso é um programa educativo bastante apreciado pelos jovens. Sua crítica é de que não têm condições de aproveitá-lo como mereceria, por ser transmitido num horário incompatível com a sua rotina escolar. Essa opinião positiva indica a presença irreversível dos meios tecnológicos na educação, apesar da crítica de muitos educadores de que não é função da mídia exercer a tarefa pedagógica secularmente cumprida pela área da educação.

Alguns adolescentes comentam que são poucas as opções de bons programas na tv, por isso acabam por assistir “*àquilo que não presta*”, mas que também dizem fazer parte da preferência de muitos jovens.

Uma violência que não se deixa ver

Para a maioria dos adolescentes entrevistados, a televisão veicula uma imagem dos jovens mais negativa se comparada à menção de aspectos positivos como os "talentos" e os "bons exemplos" que eles dizem proporcionar à sociedade.

Dizem que atributos como "*problemático*", "*vida fácil*" e imagens ligadas ao grupo consumindo ou sugerindo envolvimento com drogas são freqüentes. Essa percepção também foi verificada em pesquisa com jovens da cidade do Rio de Janeiro (Minayo *et al.*, 1999). No presente estudo, entretanto, os jovens apresentaram um maior discernimento crítico com relação à programação dirigida para a juventude. Como revela a aluna de uma escola pública, a vida dos jovens "*é bem mais difícil*" e nem todos estão no "*mau caminho*" conforme a televisão retrata, sobretudo quando se refere à juventude pobre das grandes regiões metropolitanas. Os adolescentes expressam um sentimento de indignação por verem sua imagem quase que totalmente associada a comportamentos marginais e inseqüentes. Como afirma um aluno, "*de 100%, mostra 99% (dos jovens) fazendo coisas erradas*" (aluno8^a /pública). Mas há também um reconhecimento de que alguns programas buscam ajudá-los, apesar de reprovarem a maneira de abordagem de determinados temas como o uso de drogas. Na opinião dos adolescentes, as mensagens sobre drogas não conseguem transmitir efetivamente seu objetivo, soam como uma mensagem formal e externa ao seu interesse.

A maioria dos entrevistados critica profundamente as formas simplistas com que alguns problemas relacionados à juventude são abordados na mídia. Em todas as escolas onde foi realizada a pesquisa, foi muito debatido o fato de a televisão encenar determinados

dramas da vida real sem mostrar as reais conseqüências. Exemplificam citando mais uma vez a novela Malhação, “... *aquela Bia* [personagem adolescente da novela] *engravidou, teve filho (...)* *ai então a menina queria fazer a mesma coisa e agora está na vida, sem dinheiro* [referindo-se a uma adolescente de 14 anos que engravidou na vida real]” (aluna7^a /particular) . Como reflete uma adolescente:

É que na novela o final é sempre feliz, e não é o mesmo que acontece na realidade. As pessoas pensam que vai acabar daquele jeito, todo mundo numa boa, mas não é realmente o que acontece (aluna8^a /particular).

Na realidade, os casos de gravidez na adolescência, conhecidos por esses alunos, mostram que esse acontecimento é mais complicado do que o vivido na ficção e pode levar a uma série de limitações para a vida dos jovens. Mesmos as apresentações de casos reais na tv, pela forma banalizada com que são tratados, tornam-se alvos de reprovação. Exemplo disso é o Programa do Ratinho, que “*mostra uma pessoa que fez isso e aquilo, engravidou, mas não mostra a conseqüência daquilo. Sem preservativo, sem nada, pode pegar uma doença*” (aluna8^a /pública).

Dados do IDH-M mostram que a percentagem de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, no município de São Gonçalo, aumentou de 3,4% em 1991 para 7,2% em 2000, seguindo uma tendência mundial que vem preocupando os organismos de saúde.

A discriminação racial e o preconceito, operados por alguns programas de televisão, são aspectos também fortemente percebidos pelos jovens, como exemplifica o depoimento de um aluno de uma escola pública situada em um bairro violento, do município de São Gonçalo:

“... o jovem que faz a coisa certa e que passa na televisão, não é um jovem que a gente vê no dia-a-dia. Às vezes o garoto tem o cabelo

pintado, é uma pessoa legal, uma pessoa boa e a televisão não passa. O jovem que passa na televisão é um rapaz branco, de camisinha pólo, cabelo para o lado, olhos azuis..."

Esse sentimento é reforçado pelo preconceito social, percebido pelos jovens, vigente na sociedade e reproduzido pela mídia, na qual prevalece um modelo de juventude "*com dinheiro, carro, que vai na faculdade, respeita a professora, esse é o jovem bom da televisão*" (aluno8^a /pública).

Na opinião dos adolescentes, há uma conseqüência direta em termos de vitimização, que decorre do modo com que esse grupo etário, principalmente os mais pobres e moradores de favelas, são tratados pela televisão. Por não corresponder à imagem hegemônica veiculada por esse meio, jovens da periferia com aparência diferente na maneira de vestir ou de simbolizar características próprias ou do seu grupo de pertencimento, são muitas vezes alvos da violência policial. Como afirmam os adolescentes:

"...às vezes tem um grupo se divertindo, não está fazendo nada de errado, aí [a polícia] diz 'olha, é um viciado, fuma, cheira, é isso, é aquilo'..."

"Aí [a televisão] botam que é bandido".

"Meu primo apanhou esses dias da polícia porque ele estava conversando com um colega. Porque ele raspou a cabeça (...) não tem nada a ver e apanha à toa, vai preso à toa." (alunos7^a e 8^a /pública)

De maneira geral, os adolescentes de São Gonçalo demonstram que a televisão, ao representar a violência na juventude, opera uma distinção radical entre ricos e pobres, tanto nos eventos em que são vítimas quanto nos que são produtores. Lembram da jovem de classe alta, que recentemente assassinou brutalmente os pais em São Paulo, [e] foi tratada

pela imprensa como uma pessoa “doente” e com problemas “psicológicos”. Apesar das teorias que atribuem determinados crimes hediondos a patologias graves, para os entrevistados, o que fica evidente é que para o jovem pobre que comete crimes sequer são feitas avaliações sobre seu estado social e mental, reduzindo a problemática à sua condição de pobreza.

“Houve vários casos de filhos que mataram os pais na periferia, mas como foram pessoas ricas, eles mostraram bastante”.

“...botaram como desculpa ‘foi o namorado que influenciou, ela estava drogada’ (...) se fosse um adolescente da favela, não ia ser tão discutido o caso. ‘É da favela! Olha o meio que vive’” (alunos 7^a / 8^a / pública).

Além de dirigir o foco para a favela como local de produção de violências e de pessoas violentas, sem nomes nem histórias, os adolescentes também consideram que esse tratamento preconceituoso com relação aos pobres é muito mais amplo. Citam a forma como as guerras são relatadas na televisão *“...quando bombardeavam [no Iraque] e iam se referir a pessoas pobres falavam: ‘morreram mais cinco’ (...) pobre é conhecido por números e rico por nomes” (aluna 8^a / pública).*

A mídia e o consumo – o adolescente como objeto

Para a grande maioria dos adolescentes entrevistados, a televisão influencia no seu comportamento, principalmente no que se refere ao consumo em geral, à moda e ao estilo de ser dos artistas e de seus personagens, *“o rapaz da Malhação pinta o cabelinho, aí o cara [ficou?] ‘bacana, vou pintar o meu!’” (aluno 7^a / pública).*

Canclini (1999), investigando a relação entre consumo e cidadania, afirma que atualmente as identidades se definem pelo modo de consumir, materialmente ou simbolicamente, de acordo com o que se tem ou o que se pode chegar a ter.

Metade dos alunos entrevistados acredita que a violência na mídia pode influenciar na conduta delituosa dos adolescentes, mas consideram que as crianças são mais passíveis à imitação desses modelos. Uma aluna de uma escola pública localizada em um bairro violento revela que o seu sobrinho de quatro anos de idade disse que queria ser “*bandido*” e “*matar todo mundo*” depois que assistiu a um filme violento e presenciou perseguição policial a um homem que tentou se esconder na sua casa.

Essa percepção corrobora as principais teorias sobre os efeitos da televisão, como a da aprendizagem social de Albert Bandura (1965), que demonstrou, através de pesquisas em laboratórios, que as crianças reproduzem os comportamentos agressivos (modelagem) se as circunstâncias forem propícias.

Mas uma outra parcela de alunos, entretanto, considera que há outras influências mais nocivas aos jovens na vida real, como a prática de determinadas lutas marciais que podem induzir os jovens à agressão e a má influência de amigos que pode levar alguns a cometer atos anti-sociais.

A mídia, subliminarmente, busca tornar o mundo dos jovens um *habitat* natural do consumo de imagens, valores e crenças que estão ligadas ao mercado, transformando a própria juventude em objeto de consumo. Alguns alunos dizem que a falta de “*estilo próprio*” e a volubilidade de alguns adolescentes são responsáveis pelo fato de muitos jovens tentarem imitar comportamentos violentos propagados pela televisão, sobretudo por não perceberem que “*na televisão, novela, filme, seriado, a pessoa faz a m...[referindo-se ao consumo de drogas] e sempre acaba se dando bem*” (aluna8^a /particular).

Essa percepção de que existe uma falta de coerência na representação da violência pela mídia é recorrente em todos os momentos da pesquisa, sugerindo que há uma distância profunda entre o contexto no qual são concebidos esses produtos midiáticos e o contexto de vida da maioria dos jovens. Isso ocorre, especialmente, para os das camadas populares, por não perceberem quase nenhuma semelhança entre o seu cotidiano e a representação do mesmo pela televisão. A violência vivenciada e testemunhada por muitos adolescentes do município de São Gonçalo atesta que a sua realidade às vezes é muito mais dolorosa que a ficção, deixa seqüelas na vida ou, por vezes, leva à morte “*como um colega que eu tinha (...) veio se acabar na minha frente [foi assassinado], o pai não tinha condição (...) ele queria carro, moto, essas coisas que mostra na novela*” (aluno8^a /particular).

Os adolescentes comparam os riscos do uso de drogas na vida real com o da novela “O Clone”, exibida em 2002, na TV Globo, na qual a personagem que representava uma dependente química “*fez o que fez, no final da história ela acaba bem, não aconteceu nada de mais com ela*” (aluna7^a /particular). Embora essa novela tenha trazido muitas contribuições para o debate público sobre o uso de drogas, pode-se inferir que há ainda aspectos difusos na forma como a mídia aborda esse tema, que se contrapõem ao que os jovens conhecem da realidade. Alguns desses aspectos podem ser assim descritos: (a) há pouca informação na mídia sobre a complexidade do uso de drogas como, por exemplo, os vários tipos de agravos à saúde do indivíduo (inclusive os mais letais) e os efeitos sociais do uso e abuso de drogas lícitas ou ilícitas, conforme vêm apontando algumas pesquisas (Gorgulho, 2001; Peñuela, 1999); (b) a mídia é conivente com a representação que a sociedade tem do usuário de drogas, que pode ser tratado como vítima de problemas *psicológicos*, no caso do jovem de origem social mais alta, ou como *marginal* se for um jovem da camada popular; (c) o objetivo da mídia em informar os jovens sobre os riscos a

que estão expostos, conformado num tipo de discurso "terrorista" ou "pedagógico", pode gerar desconfiança e rejeição, principalmente pela verticalidade e dubiedade das mensagens. O depoimento de um aluno demonstra de modo contundente a percepção crítica de muitos jovens de São Gonçalo.

A televisão não está informando assim para alertar os jovens, os idosos, as crianças. Ela está trocando informações por dinheiro, porque hoje em dia tudo para a tv é audiência, nada mais que audiência (aluno8^a /pública).

Alunos de uma escola pública situada em área violenta do município, e que se encontram defasados na relação série/idade, dizem que não existe na televisão um programa que sinceramente fale para a juventude. Atribuem isso ao fato de que comercialmente não é vantajoso para a mídia esse tipo de programa. Comparam a falta de interação e identificação de interesse na mídia com o momento de realização do grupo focal quando puderam se colocar e falar livremente sobre vários assuntos de interesse dos jovens.

Como os adolescentes reagem aos programas violentos

Programas como o *Linha Direta*, da Tv Globo, e o *Ratinho*, do SBT, são compreendidos de maneira dicotômica. Ora funcionam com um caráter messiânico “*porque ajuda as pessoas*”, zelam pela justiça e pela verdade dos fatos, mostram “*aqueles casos que é realidade (...) a agressividade, a matança*” (alunos7^a e 8^a /pública). Ora causam repulsa nos jovens, pela espetacularização da violência e exploração do sofrimento humano. A condenação a essa forma de violência simbólica é partilhada por parte da

sociedade, mas não tem sido suficiente para transformar em ação punitiva os abusos da imprensa.

Linha Direta é classificado como um programa que deixa a pessoa “*meio maluca*” e “*a maioria das pessoas assustadas com o que está acontecendo realmente*” (aluno8^a /particular). Apesar de alguns denunciarem seus componentes dos gêneros de terror e suspense, muitos jovens atribuem-lhe uma função de proteção e prevenção aos riscos de violência. Essa função percebida também no *Jornal Nacional*, citado anteriormente, cria no imaginário deles uma atmosfera de segurança, porque ajuda “*a ver como que é um cara violento (...) saber onde ele está (...) para você não ser a próxima vítima dele*” (alunos7^a /8^a /pública).

O *Ratinho* é mais criticado pelos adolescentes por exibir “*só brigas*”, demonstrando que a banalização da violência em nada contribui para a formação dos jovens; incomoda-os e subestima a sua capacidade de reflexão sobre o fenômeno.

No confronto entre ficção e realidade, a maioria considera que alguns gêneros ficcionais exageram, distorcem, exploram e superdimensionam os fatos violentos, tornando as imagens perturbadoras para quem as assiste, gerando medo e inquietação de ser vítima da violência na vida real, efeito também comprovado em pesquisas (Gerbner, Gross, Morgan & Signorelli, 1986).

“*Quando o filme é muito violento meu coração acelera*” (aluno7^a /pública).

“*Eu fico com medo [quando assiste a cenas de violência na tv] de acontecer comigo*” (aluna7^a /pública).

O que me deixa assim mal é, pô, o cara [Ratinho] ganhar IPOBE, ganhar dinheiro botando no programa as pessoas brigando (...) E a mesma coisa

é no Linha Direta, mostrando o sofrimento dos outros, uma mãe chorando, ou um pai que perdeu o filho. É demais, demais da conta!
(aluno8^a /pública).

O discurso ideológico da mídia sobre a violência, focado sobretudo no criminoso e na ação policial de contenção da criminalidade, produz um sentimento de segurança nos adolescentes, ao mesmo tempo em que provoca, na sua subjetividade, efeito desestabilizador.

Mesmo percebendo que sua identidade social é muitas vezes forjada por uma noção de juventude “marginal” dada pela mídia, os jovens não vêm com clareza nessa inter-relação as formas (invisíveis de fato) de violência que subtraem paulatinamente seu lugar no mundo. Há um reconhecimento maior das formas visíveis de violência, expressas nas agressões físicas, sobretudo, e nos crimes violentos.

Talvez isso ajude a compreender alguns aspectos da projeção de alguns jovens no mundo do crime, pelo invertido e elevado grau de reconhecimento social do jovem criminoso, *status* que garante um lugar no mundo, mesmo que esse lugar simbolicamente seja do de "bandido" e real, a prisão.

O hiper-realismo de alguns programas como o *Oz* da SBT [seriado americano que mostra o cotidiano de um presídio] incomoda menos os jovens que vêm nas cenas de violência uma relação de causa e efeito, *"mostra uma briga, depois a morte de uma pessoa, a consequência daquilo ali (...) ao contrário do Ratinho, que leva tudo na brincadeira"*
(aluna8^a /pública).

A televisão e o convívio com a família e com os amigos

Os entrevistados atribuem a vulnerabilidade dos jovens à imitação de cenas violentas, principalmente à omissão dos pais ou responsáveis na comunicação afetiva com os filhos e no controle sobre a programação a que as crianças assistem. Considerada como um dos elementos de socialização e formação da personalidade da criança, a televisão pode contribuir para a construção de padrões de relacionamentos agressivos, se ela vive em um ambiente de brigas e discussões e possui uma dieta televisiva com doses altas de cenas violentas. Rappaport, Fiori e Davis (2002) afirmam que em ambientes nos quais as relações familiares privilegiam a resolução dos conflitos através do diálogo e onde há uma troca afetiva entre pais e filhos, a criança sofrerá menos as influências negativas dos conteúdos da televisão. A mediação da família é tida como necessária e desejada pela maioria dos jovens entrevistados e, segundo Orozco (1992), dentre os elementos intervenientes na relação televisão *versus* audiência, a família é o mais importante. Como confirma a opinião de uma jovem:

“...a televisão pode até influenciar (...) mas eu tenho os conselhos do meu pai, então eu não sou influenciada, pelo menos eu acho que não sou tão influenciada, porque eu vejo uma coisa lá e em casa eu vejo outra”

(aluna8^a/particular).

O hábito de ver televisão, por um lado, *"atrapalha nos estudos"*, dizem os adolescentes que passam várias horas em frente à tv, *"hoje mesmo tem prova e eu não estudei nada, fiquei o dia inteiro vendo televisão"*, *"acordei às 11 horas e fui ver televisão"* (alunos7^a e 8^a/particular). Por outro lado, reforça a idéia expressa por vários deles, de que ver tv também ajuda a se manter *"informados"* e a *"se prevenirem"* dos riscos de serem

vítimas da violência urbana, principalmente mostrando lugares e pontos de conflitos que devem ser evitados. O depoimento a seguir reforça essa concepção de prevenção:

"as imagens que passa na televisão sobre violência faz com que você se previna dela, fuja dela (...) é a violência nas ruas, até mesmo essas coisa de ônibus, queimando ônibus (...) ajuda você evitar certos locais em certas horas" (aluna^{8ª}/particular).

"eu fico concentrado [em frente à tv] para me prevenir do tipo de violência que pode acontecer" (aluno^{8ª} /pública).

Essa opinião indica que se existe uma influência da televisão, ela não se dá de forma direta no comportamento mais visível do jovem, e sim na maneira como esse telespectador estrutura a imagem da realidade social, conforme apontam algumas teorias da comunicação (Wolf, 2001). Nesse sentido, a representação dos jovens sugere que a **mediação simbólica** dos eventos violentos realizada pela televisão ajuda a recriar lugares e indivíduos que nutrem territórios do medo, muitas vezes imaginários, ou exacerbam o medo real.

Em relação à convivência familiar, a maioria dos estudantes considera que a televisão ajuda nesse convívio quando traz temas para a conversa com os pais, conforme aponta Romano (2000). Relembrem o caso real da adolescente de classe média alta que matou os pais em São Paulo, *"se eu estou vendo televisão com o meu pai, aí aparece assim (...) aquela que matou os pais, aí meu pai vai falar em drogas"; "ajuda, porque se eu estou pensando em fazer aquilo [matar os pais] eu vou ficar com medo [de ser presa]"* (alunos^{7ª} e ^{8ª}/particular).

Cenas de violência na ficção, quando representadas dentro de um contexto explicativo, têm o poder de transmitir para os jovens um modelo que não deve ser copiado,

conforme comentam sobre uma personagem da novela "Mulheres Apaixonadas": *"ensina pra gente não maltratar os avós"* (aluna7ª/particular).

Alguns estudantes consideram que certos comportamentos de personagens da tv, no entanto, geram conflitos em casa. Esta pesquisa constatou que muitos valores que a mídia transmite entram em choque com os valores morais da família. Por exemplo, o horário para voltar para casa à noite, determinado pelos pais, é questionado por muitos adolescentes que vêem na ficção uma permissividade maior para os personagens da mesma idade.

Poucos alunos dizem que não assistem à televisão ou que não se importam com os programas de tv, valorizando mais o convívio com a família e com os amigos. Somente um aluno de uma escola pública afirma que a mídia não exerce nenhuma influência sobre o seu comportamento: *"se a televisão influenciasse alguém, eu seria o maior bandido do mundo!"*. Esse jovem diz ocupar seu tempo com música, conversando com o pai e os amigos, não tendo interesse pela programação televisiva.

Muitas situações reais de conflito familiar, na escola e no bairro são trazidas à tona durante o grupo focal, revelando uma intrincada trama de violência, na qual o real e o simbólico se retroalimentam, podendo reforçar o comportamento violento ou promover uma reflexão mais ampla sobre essas situações. Alguns entrevistados revelam que são tratados de forma diferenciada pelos pais, principalmente quando são freqüentemente comparados com algum irmão predileto, o *"queridinho da casa"*, configurando uma forma de negligência e abandono. Desafetos com algum membro da família, principalmente padrastos e madrastas também são citados como causadores de conflitos.

Eu dou valor a minha mãe duas vezes, dela ser minha mãe e ser meu pai, eu tenho pai, mas não mora comigo (...) Eu tenho padrasto, mas eu não me dou bem com ele, eu odeio ele (aluna7ª /pública).

Numa amostra estatisticamente representativa, um estudo realizado com escolares no município de São Gonçalo, em 2002, sobre auto-estima e violência, com 1.714 adolescentes de 11 a 19 anos de idade, constatou-se que 55,4% dos entrevistados sofreram algum tipo de maus-tratos durante a infância e a adolescência, causados por pais ou pessoas significativas. Esse estudo verificou uma correlação da violência intrafamiliar sofrida por esse grupo com a violência sofrida na escola e na comunidade (Assis e Avanci, 2003).

Alguns adolescentes da presente pesquisa citam a experiência de formas de violência como “*a versão verbal*”, comentada por uma aluna de uma escola particular, referindo-se à forma humilhante como um professor trata alunos ao chamá-los de “*burros*” em sala de aula.

A violência na comunidade incide de forma direta e indireta no cotidiano dos adolescentes, principalmente daqueles que vivem próximos às áreas de ação do tráfico de drogas. Para alguns jovens, as mortes por violência são maiores que os outros eventos violentos não fatais, denotando a necessidade de os adolescentes desenvolverem uma consciência maior em relação ao fenômeno da violência e suas conseqüências, muitas vezes invisíveis e naturalizadas na sociedade, como a própria morte.

Lá perto de casa tem uma boca de fumo, minha mãe não gosta que eu fique na rua porque tem medo de tiroteio (...) Pra gente sair, a gente tem que passar em frente (...) no meio dos meninos. Pô, a gente conhece eles, dá bom dia, boa tarde (...) mas a gente perde muito a privacidade por causa deles (aluna8ª /pública).

Eles [os traficantes] estão sentados ali, quando a polícia chega, eles chegam atirando, não quer nem saber em quem vai pegar (aluno8ª /pública).

Uma minoria mais crítica avalia que nas mensagens da televisão *“tanto ruim como boa há informação e ajuda para você conversar (...) tem que ter consciência de uma coisa que é ruim e que é boa. Você tem que saber separar as coisas”* (aluna^{8ª}/particular).

Poucos acham que não se deve supervalorizar o conteúdo violento desses gêneros, porque a ficção é um produto da criatividade do autor. Mas consideram importante a televisão mostrar mais a *“a vida real”*, porque *“o dia-a-dia das pessoas não é um filme (...) se o cara cortou a cabeça do outro moço, a cabeça vai ficar lá no chão, sangrando”* (aluno^{8ª}/pública).

Conclusões

As opiniões dos adolescentes sobre si mesmos não são amorfas ou sem crítica. Eles conseguem desconstruir a imagem hegemônica dos jovens representada pela televisão, e demonstrar que sua identidade não é exclusivamente determinada por essa imagem. Ou seja, não interiorizam completamente a imagem negativa que, na sua opinião, a mídia e a própria sociedade criam da juventude.

Alguns adolescentes buscam ressaltar as situações de risco a que são expostos, ou por viverem em áreas dominadas pelo tráfico de drogas, ou por relacionarem-se com pessoas envolvidas com a criminalidade. Entretanto, a grande maioria declara resistir ao aliciamento ou à sedução do tráfico. Contrariando essa atitude de resiliência dos jovens, a televisão rotula todo e qualquer morador de áreas ocupadas pelo tráfico de drogas de “marginal” ou potencial “marginal”. Essa representação negativa do jovem pela mídia vem contribuindo com pelo menos duas formas de vitimização: a) a truculência de alguns policiais ao abordar os jovens de forma geral, e de forma especial os jovens moradores de

periferias e favelas, julgando-os pela simples aparência para justificar a violência contra esse grupo; b) o tratamento discriminatório dispensado por muitos serviços e a reação preconceituosa da sociedade contra os grupos das camadas populares quando circulam em outros espaços da cidade como os *shoppings*.

O tema das drogas é recorrente em vários momentos, mesmo quando essa questão não é abordada diretamente. Os adolescentes demonstram que o debate na televisão sobre esse assunto é insuficiente e pobre. Consideram que personagens que representam dependentes químicos não representam a dimensão do drama vivido por muitos jovens na vida real, que não conseguem abandonar a droga e não têm dinheiro para tratamento em uma clínica. Da mesma forma, os crimes cometidos por jovens suspeitos de estarem sob efeito de drogas são tratados de forma diferenciada pela mídia. Para os jovens ricos, há uma explicação de natureza psicológica, e para os jovens pobres, a motivação é a cobiça pelo dinheiro e pelos bens materiais. A recorrência ao tema das drogas também sugere a inexistência desse debate na escola e na família, principalmente quando os jovens atribuem à televisão, mesmo com todas as críticas, uma função de prevenção contra essa situação de risco.

Mas por que os adolescentes estão projetando na televisão uma função de proteção à violência? Uma explicação possível está no fato de a mídia considerar que deve e pode falar de todos os temas, porque tudo é "informação" e que toda informação é de interesse público. Nesse caso, torna-se maior a responsabilidade desses meios em informar de forma cada vez mais consistente, sem causar pânico ou ódio. Essa função deve ser compartilhada com os agentes sociais responsáveis pela tarefa de cuidar e proteger crianças e adolescentes.

Canclini (1999:50), abordando a relação das camadas populares com os meios de comunicação, afirma que "*o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção*".

Um dos desafios para a área de saúde pública ampliar a atuação no campo da prevenção da violência está na compreensão dessas questões. Há, por exemplo, uma necessidade cada vez mais premente de se conhecer a dimensão e o impacto psicológico da violência midiaticizada sobre crianças e adolescentes brasileiros, uma vez que vêm gerando sensações de medo, angústia, e a necessidade de busca de um sentimento de segurança. De forma positiva, a mídia deve ser vista como uma parceira na educação e promoção da saúde desse grupo.

A desnaturalização de algumas noções de violência dadas pela mídia e a construção coletiva de espaços para os jovens se expressarem e se colocarem no mundo são alguns caminhos para qualificar essas interações e fortalecer essa parceria.

Bibliografia

- ASSIS, S.G.; AVANCI, J.Q., 2003. *Auto-estima e violência: um estudo sócio-epidemiológico sobre violência em escolares*. Rio de Janeiro: Claves/Ensp/Fiocruz/CNPq. Relatório Técnico.
- BANDURA, A., 1965. Influence of model's reinforcement contingencies on the acquisition of imitative responses. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1: 589-595.
- CANCLINI, N.G., 1999. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- GARCÍA, V.R., 2002. Apresentação. In: *Mídia e pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia* (M.S. Contrera). São Paulo: Annablume/Fapesp. pp. 11-18.
- GERENER, G. *et al.*, 1986. Living with television: the dynamics of the cultivation process. In: BRYANT, J. & ZILLMAN, D. (Orgs.) *Media Effects*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. pp.17-41.
- GONÇALVES, M.G.M., 2003. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, S. (Org.) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- GORGULHO, M., 2001. *Estudo da influência da mídia na representação social do usuário de drogas ilícitas, para a construção de uma política oficial brasileira*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- KRUEGER, R., 1994. *Focus groups: a practical guide for applied research*. London: Sage Publications.
- LEVISKY, D.L., 1998. A Mídia: interferências no aparelho psíquico. In: LEVISKY, D.L. (Org.) *Adolescência: pelos caminhos da violência – a psicanálise na prática social*. São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 145-159.
- PEÑUELA, P.M., 1999. *Uma análise sócio-semiótica de propagandas anti-drogas*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- RAPPAPORT, C.R., 2002. Socialização. In: RAPPAPORT, C.R.; FIORI, W.R. & DAVIS, C. (Coords.) *Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência*. São Paulo: EPU. v.4. pp. 88-106.

SPINK, M.J.P.; MEDRADO, B. & MELLO, R.P., 2000. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na Mídia. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15: 151-164.

WOLF, M., 2001. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

CONCLUSÕES

Estas conclusões buscam articular os principais resultados dos trabalhos contidos nesta tese, apresentados sob o formato de artigos. São quatro os artigos: um que revisa a literatura científica sobre o tema violência na mídia produzida pela área da saúde (Njaine & Minayo, aceito para publicação); outro que analisa os discursos produzidos pela imprensa escrita do Rio de Janeiro sobre as rebeliões dos jovens infratores em regime de privação de liberdade (Njaine & Minayo, 2002); um terceiro artigo investiga a violência na escola e seus determinantes, analisando o papel da mídia nesse processo (Njaine & Minayo, 2003); e um último que pesquisa a questão da violência na mídia sob a ótica dos receptores (Njaine & Minayo, a ser encaminhado para publicação).

Esse exercício final levanta mais uma vez uma série de perguntas que ainda necessitam de respostas. Portanto, ao refazer essa trajetória, percebe-se que ainda há muito que caminhar no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a relação violência e mídia e encontrar soluções que possam garantir uma condição de vida melhor para crianças e adolescentes brasileiros.

É necessário frisar que, ao longo dessa jornada, muitas foram as descobertas e as surpresas que essas investigações apresentou, e que a comunicação direta com os jovens proporcionou. Acima de tudo, é preciso ressaltar que nenhuma interpretação é capaz de dar conta da riqueza dos momentos de convívio e troca com as meninas e os meninos que prestaram seus depoimentos. Esses momentos se traduzem até mesmo na tentativa de "auscultar" as vozes dos jovens em conflito com a lei, submersas nos jornais.

Esses momentos estarão gravados na memória afetiva para fazer lembrar constantemente que a grande aventura do conhecimento começa na mais singular experiência humana, quando toda e qualquer pessoa olha para si mesma e para o mundo ao seu redor para narrar a maior das aventuras: o viver.

Os meios de comunicação constituem importantes aspectos do *modus vivendi* dos jovens, como já constatou-se na revisão da literatura e nas pesquisas realizadas. A convivência com

as várias mídias e com as novas tecnologias é, irreversivelmente, parte do cotidiano desse grupo socioetário.

Mas é importante lembrar que a televisão é a mídia de maior acesso para a maioria das crianças e adolescentes brasileiros, de todos os estratos sociais, que têm nesse meio a sua primeira opção de lazer. Considera-se o fato de que determinados meios de diversão como cinema, livros, revistas, lanchonetes e computadores não estão acessíveis a todos os estratos.

Portanto, a televisão e outras mídias não podem ser vistas somente como veículos de comunicação, mas como produtoras de sentidos e construtoras de valores que interpelam a vida desse grupo. Esses meios tecnológicos são mediadores das formas de violência reais e simbólicas, que incidem nas concepções que crianças e adolescentes têm da realidade. São, portanto, espaços de interação e de criação de novos sentidos sobre o real.

Dessa forma, como dispositivos que interpelam a vida de crianças e adolescentes, é que demanda para o setor saúde uma compreensão mais profunda dessa relação violência e mídia, e uma atuação voltada para a prevenção. Entretanto, essa atuação não pode limitar-se à busca de relações causais da violência na mídia sobre o comportamento dos grupos mais jovens. Tradicionalmente tem sido essa a tendência da maioria das pesquisas internacionais, embora exista um consenso sobre a dificuldade de estabelecer essa relação diretamente. Entende-se que os investimentos devam voltar-se também para o aprofundamento de conhecimentos sobre que outros efeitos o discurso sobre a violência é capaz de gerar.

O aprofundamento de elementos específicos do modo de funcionamento da sociedade brasileira, através da análise do modo de produção, circulação e consumo dos produtos da mídia, indica aspectos que diferem de outros países. Mesmo porque a violência social brasileira, por seu dinamismo nas últimas duas décadas, vem exigindo constantes investimentos interdisciplinares.

Imagens estereotipadas de grupos sociais como mulheres, homossexuais e negros são abusadamente veiculadas pela mídia, e constituem numa forma de violência pouco

reconhecida pela sociedade, tornando-se freqüentemente motivo de diversão e sarcasmo para muitos leitores e espectadores.

Constata-se, no presente trabalho, que essas formas de violência que ocorrem na vida real são sequer questionadas, não só pelos muitos profissionais da mídia, mas também da educação, da segurança pública e da própria saúde. Muitos ignoram os impactos negativos desse comportamento discriminatório e preconceituoso sobre a vida de crianças e adolescentes. Esses impactos têm gerado sentimentos de angústia e raiva, conforme pode-se observar nos depoimentos de muitos jovens de nossas pesquisas, indicando um mal-estar em relação a uma violência que muitas vezes se desconhece exatamente onde se localiza e para quem está dirigida. Mas a percepção verbalizada pelos jovens é de sentirem-se perdidos, e mais que isso, perplexos, quando se perguntam o porquê dessa violência?

Esses aspectos da interação mídia e adolescência não são menos importantes que o impacto do excesso de exposição às cenas de conteúdo violento sem o menor contexto explicativo. Todos refletem negativamente na socialização desse grupo, portanto, requerem uma atenção do setor saúde.

Para tal, o diálogo das disciplinas e dos métodos para as pesquisas sobre a questão da violência e a mídia é imprescindível. No caso do Brasil, a inexistência de um corpo de pesquisas científicas na área da saúde pública sobre essa temática indica que esse aspecto da violência merece mais investigações. Mas também denuncia a ausência de um debate sobre o papel da saúde em relação ao fenômeno da violência na mídia que resultem em intervenções voltadas para o respeito e o bem-estar dos jovens.

Essas metas precisam, porém, transpor barreiras culturais do próprio campo, que reduzem a questão da saúde à assistência e intervenção no corpo físico, abolindo o pensamento de que as formas de sociabilidade de crianças e adolescentes brasileiros refletem também na sua condição de vida e saúde, particularmente moldando alguns comportamentos nem sempre saudáveis.

Tal é o caso dos adolescentes infratores, analisado no artigo que investiga o discurso dos jornais do Rio de Janeiro sobre as rebeliões nas instituições de privação de liberdade. A

promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8069/90, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral, prevê em uma de suas partes medidas sobre a prática do ato infracional. Porém, existe um tratamento claramente diferenciado dos atos infracionais cometidos por adolescentes das camadas populares daqueles cometidos pelos jovens pertencente aos estratos médios e altos da população. A análise do discurso da imprensa escrita indica o quanto essa diferenciação, que está presente na sociedade e nas políticas de atendimento a esse grupo, é corroborada pelos jornais cariocas. Somente um jornal apresenta um tratamento mais adequado. Na pesquisa realizada no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, e que constitui o quarto artigo desta tese, pudemos constatar que na percepção dos jovens escolares essa prática da mídia persiste. Isso vem contribuindo para o retrocesso da lei do ECA, reforçando a idéia de rebaixamento da idade penal. Essa idéia retoma o fôlego no país exatamente no momento em que um adolescente pobre mata um casal de jovens de estrato social médio em São Paulo. Os crimes cometidos recentemente por jovens de classe média alta não causaram tanta revolta, embora tenham sido praticados de forma tão cruel quanto o citado anteriormente.

A ideologia que discrimina os adolescentes pobres que cometem atos infracionais nega-lhes a condição de sujeitos de direitos, dirigindo-lhes um tratamento humilhante. Sob a ótica da saúde, esse tratamento compromete gravemente seu crescimento e desenvolvimento psicológico, intelectual e social. Essa percepção do "marginal", presente na sociedade, é amplamente difundida na mídia, perpetuando o estigma que relaciona a pobreza à criminalidade. A narrativa dos jornais constrói com seus elementos discursivos imagens desses jovens associadas a "animais perigosos", destituindo-lhes sua identidade e sua condição humana.

O comportamento da mídia em relação a crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, a despeito dos esforços de alguns jornalistas e entidades de defesa dos direitos da infância e adolescência, é conservador, por não divulgar amplamente e devidamente o ECA, mesmo depois de 13 anos de sua promulgação. Atualmente, seriam necessárias mais investigações que pudessem avaliar, em termos nacionais, o quanto os

meios de comunicação são co-produtores de uma violência simbólica contra esse grupo, servindo inclusive como elementos para a formulação de políticas públicas nessa área.

Nesse sentido, indagamos sobre o papel das instâncias institucionais que deveriam proteger crianças e adolescentes de todos os tipos de maus-tratos, tratamentos excludentes, exposição a imagens que degradam sua condição biopsicossocial e outras formas de violência.

O artigo que trata da violência na escola desvela a interseção desse fenômeno com a violência na mídia, na família e na própria instituição escolar. São nesses espaços que circulam os grupos jovens e onde atuam os mediadores dessa relação violência e adolescência. As combinações dessas mediações são muitas e interferem na compreensão da violência, positivamente ou negativamente. Essa pesquisa mostra que a violência é interpretada pelos adolescentes como uma forma de comunicação, mediada pela escola, pela família, pelos pares e pela televisão. Essas interações dinamizam os sentidos sobre o fenômeno da violência, que são incorporados segundo o contexto de cada cidade, comunidade, família, escola, faixa etária e relações de gênero.

As situações de violência constatadas nas escolas envolvem agressões verbais por parte de professores, funcionários, entre os próprios alunos e desses contra os educadores. Constatou-se a existência de vários tipos de violência intrafamiliar, inclusive as mais severas; uso e tráfico de drogas e porte de armas de fogo e armas brancas. Nesse processo, há uma interação constante com a mídia sobre os instrumentos e as formas de violência do cotidiano. Um dos mecanismos de interpelação da mídia se dá através do "massacre" de notícias sobre a violência nas escolas norte-americanas, onde jovens atiram contra colegas e professores, exibindo armas potentes como sinônimos de poder. Por um lado, esta pesquisa mostrou a complexidade da dinâmica da violência escolar e a grave ausência dessa instituição, da família e da mídia na orientação de valores positivos para a vida dos jovens. Por outro, por fazer parte de uma avaliação de um programa piloto, implantado em algumas escolas do país, voltado para a educação para valores, a pesquisa revelou um leque de possibilidades de intervenções que podem resultar numa transformação dessa dinâmica. O acolhimento ao jovem e o diálogo afetivo com ele; a melhoria do ambiente escolar, desde a

limpeza dos espaços físicos até as relações interpessoais; as alternativas lúdicas e contínuas para se trabalhar os problemas demonstram que a convivência enriquece, revertendo situações que propulsionavam mais violências.

Muitos educadores entrevistados nessa pesquisa demonstram consciência da necessidade de discutir com os alunos sobre a exposição aos riscos da violência real e simbólica, mas a maioria não se considera preparada para desenvolver essa tarefa na escola. Sentimentos como impotência, medo, angústia, desilusão e revolta em relação às situações de violência foram comuns na fala de muitos professores. As relações internas conflituosas, a violência em algumas comunidades e o conhecimento ou suspeita que seus alunos sofrem violência no ambiente familiar deixam muitos desses profissionais paralisados.

A perplexidade diante de algumas realidades violentas escancara a necessidade urgente de articulação das instituições sociais em torno de um projeto que busque soluções para o problema da violência que atinge crianças e adolescentes, eliminando precocemente suas vidas ou incapacitando-as para viver de forma saudável.

O desenvolvimento de atividades criativas que possibilitem abordar a problemática da violência de maneira adequada, mostrando principalmente suas conseqüências para a sociedade e para os indivíduos, mais que um desafio para os educadores é um compromisso que muitos já vêm assumindo. Essas tarefas incluem trabalhos sobre os meios de comunicação e as formas de representação da violência, no sentido de desconstrução do seu discurso e reelaboração de conceitos estagnados.

Como já foi colocado, em vários momentos, a centralidade da mídia na vida de crianças e adolescentes como fonte de informação e produção de sentidos não pode ser ignorada. Para a maioria dos alunos e professores entrevistados nessa pesquisa sobre a violência na escola, a mídia constitui um risco para a violência juvenil. Vários sentimentos confusos enfatizam a idéia de que esse meio afeta esse grupo, mais particularmente aqueles que pertencem às camadas populares. Não há como estabelecer uma relação direta desses efeitos, mas existe uma percepção entre os jovens, conforme já foi dito, de que a violência na mídia não se refere apenas à quantidade de imagens violentas, mas de um modo velado causa incômodos, angústias e também hostilidades em relação a esses meios.

Porém, como verificou-se na pesquisa realizada em São Gonçalo, município do Rio de Janeiro, em 2003, as opiniões dos adolescentes sobre si mesmos não são amorfas e passivas. Assim como na sociedade, de um modo geral, há entre os adolescentes um crescimento de uma consciência sobre os mecanismos mais evidentes e subliminares da mídia interferir na vida social. Esse fato pode ser explicado pelo aumento do monitoramento que a própria sociedade vem exercendo sobre os meios de comunicação, paralelamente à ampliação do papel político desses meios em favor de causas pacíficas.

Os adolescentes de São Gonçalo identificam e criticam a imagem hegemônica desse grupo representada pela mídia, renegando um padrão de juventude criado pelos meios de comunicação, principalmente no que se refere a um modelo homogêneo de comportamento, à moda e à beleza. Esse grupo etário se vê representado na televisão, de maneira geral, caricaturalmente. A busca de afirmação de sua identidade leva-os a criar outros mecanismos de sobrevivência que se contraponham a essa imagem criada pela mídia, como se vê na moda das minorias como o movimento *punk* e outros movimentos jovens.

A habitação em áreas com a presença do tráfico de drogas ou outros processos de violência, coloca muitos jovens em diversas situações de vulnerabilidade. Uma delas é estar expostos a riscos de ferimentos fatais e não fatais durante os conflitos que ocorrem constantemente nessas comunidades. Outra é a proximidade com as ações do tráfico de drogas, recrutando crianças e adolescentes para essas atividades, apesar de a maioria dos jovens entrevistados declararem resistir ao aliciamento ou à sedução dos traficantes. Muitos entrevistados, inclusive, conhecem pessoas envolvidas nessa atividade ilegal.

Porém, uma das mais graves situações de vulnerabilidade a que os jovens estão freqüentemente expostos é a ação violenta da polícia contra esse grupo, fundamentada numa concepção de que todos os moradores de comunidades periféricas e favelas próximas ao tráfico de drogas são potencialmente marginais. Pesquisas anteriores constataram que as ações policiais junto aos jovens de todos os estratos sociais do Rio de Janeiro são, em geral, violentas e com o intuito de simplesmente humilhar ou extorquir dinheiro. Mas é contra os moradores das periferias e favelas que muitos agentes das polícias investem as ações mais violentas e brutais, executando pessoas sumariamente, ameaçando e perpetuando uma das relações mais hostis e cruéis com a população, em nome da segurança pública. Essas ações

são justificadas, em parte, pelas imagens generalizantes que os meios de comunicação criaram desses moradores, o que é confirmado na fala dos jovens entrevistados. Essas imagens, no entanto, focalizam em primeiro plano os jovens negros e aqueles que, pela simples aparência, modo de vestir e de se expressar, são imediatamente enquadrados como "suspeitos" ou "marginais", priorizando um tratamento mais violento contra esse grupo. Outras conseqüências desse tratamento refletem-se na atenção dispensada por muitos serviços, públicos e privados, e na reação desconfiada e amedrontada da sociedade contra os grupos populares.

Apesar de a mídia, em particular alguns veículos e algumas empresas, cumprirem um papel de denúncia da violência que atinge a sociedade brasileira, como um todo, paradoxalmente mantém uma posição de manutenção dos preconceitos sociais vigentes, alternada com a abertura de alguns espaços para a voz da população desfavorecida.

Os adolescentes de São Gonçalo, confirmando a opinião dos jovens do Fala Galera e de outras pesquisas, demonstram também a ineficácia da abordagem de alguns temas, como o das drogas. Para eles, a encenação da questão das drogas, encarnada em personagens que representam dependentes químicos na ficção, não alcança a dimensão do drama vivido por muitos jovens na vida real, que não conseguem tratamento adequado ou não têm recursos para esse tratamento. Uma distorção semelhante ocorre quando as notícias sobre crimes cometidos por jovens, suspeitos de estarem sob efeito de drogas, são abordadas pela mídia. Segundo os adolescentes, os jovens ricos são tratados com um tipo de discurso que procura explicar o crime pelo aspecto psicológico do autor, e para os jovens pobres a explicação mais comum é a cobiça pelo dinheiro e bens materiais.

É recorrente o debate sobre o tema das drogas entre os jovens entrevistados, o que indica também a fraca comunicação da escola e da família nessa questão. E apesar de criticarem a mídia, os jovens encontram nesses meios um interlocutor no que se refere à prevenção ao uso de drogas e outras situações de risco. Isso não quer dizer que a mídia não possa cumprir essa função também, desde que adequadamente.

Comparada à pesquisa do Fala Galera, realizada em 1999, nota-se que a apreensão de uma noção de risco e prevenção dada pela mídia expressa-se de maneira significativa nesse

momento da fala dos adolescentes. Isso é explicado por alguns autores pelo crescimento na mídia do emprego da palavra risco e outras associadas a essa idéia. Mas esse fato não responde às questões cruciais suscitadas nas presentes investigações. Essas questões necessitam de respostas mais urgentes que dizem respeito diretamente a uma atuação da saúde pública.

Por que os adolescentes estão projetando na televisão uma função de proteção e prevenção aos riscos na adolescência? Que instituições responsáveis estão ausentes na vida desse grupo, de tal modo que necessitam buscar na mídia orientações para prevenir-se das situações consideradas de risco para a adolescência, como as drogas, as DST/Aids, a violência? Qual é a responsabilidade da mídia nessa interação e qual é a qualidade dessa interação para a orientação e proteção de crianças e adolescentes?

Apesar de criticarem a mídia, os jovens a consideram a uma instituição importante na sua vida, embora alguns autores considerem que esse excesso de confiança na mídia, verificado também em outros países da América Latina, é um risco, porque dá à mídia o poder de ser a principal formadora de opinião.

Prevenção da violência na mídia

A década de 90 marcou a mobilização de muitos países, a maioria com o apoio dos órgãos das Nações Unidas como a Unesco e o Unicef, em torno da problemática do crescimento da violência na mídia.

Com o intuito de estabelecer limites para esse fenômeno, legislações e regulamentações voluntárias estão sendo discutidas em diversos países atualmente. A Austrália é um dos países mais atuantes nesse sentido e, para garantir um controle maior sobre os meios de comunicação, articula leis, regulamentos, auto-regulamentação das mídias e uma participação ampla da comunidade.

Países da União Européia procuram regulamentar as mídias controlando programas, imagens ou cenas que incitem o ódio, a discriminação, a violência, a obscenidade e a pornografia infantil.

Nos Estados Unidos não há regulamentação para cenas violentas, e um dos controles exercidos pelos pais sobre a programação é através do uso da tecnologia *V-chip*,¹ implantada nos aparelhos de tv.

Também foi criado, na década de 90, o Conselho Mundial para a Educação em Mídia, que tem quatro países na sua liderança: Austrália, África do Sul, Canadá e Grã-Bretanha. A educação voltada para a mídia também faz parte dos currículos escolares de países como Finlândia, Suécia, França, Noruega e Dinamarca, desde a década de 70. A educação para a mídia é tida pela maioria desses países como uma solução para crianças e jovens aprenderem a lidar de modo reflexivo com os meios de comunicação (von Feilitzen, 2000).

A adoção da perspectiva denominada *Educomunicação* tem incentivado professores e estudantes a desenvolverem projetos ligados à comunicação, utilizando as tecnologias educacionais e participando da produção de programas, inclusive no Brasil.

Mas os limites éticos da programação de entretenimento, dos programas de reportagens e da mídia escrita são ainda pouco questionados no Brasil, apesar de os veículos de comunicação possuírem seus códigos de ética e manuais de redação que procuram coibir os abusos da imprensa.

Entretanto, na última década, no Brasil, os meios de comunicação têm destacado mais a situação da infância e adolescência, em função dos recentes avanços dos direitos desse grupo firmados no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8069/90.

¹ O *V-chip* antiviolência é um *microchip* que pode ser incorporado a um aparelho de tv. Ele lê o código de classificação de cada programa já classificado. O espectador pode programar o *chip* para bloquear o sinal de programas com uma classificação que exceda o nível que considere aceitável. Nos Estados Unidos, o Decreto sobre Telecomunicações recebeu uma emenda em 1996 para exigir que os fabricantes de TVs incorporem o *chip* antiviolência em seus produtos a partir de 1998. Desde 1996, as indústrias envolvidas têm trabalhado na introdução de uma classificação de programas e num sistema de classificação de programas (embora criticado pela falta de especificidade na advertência dos riscos da programação) e num sistema de codificação do *V-chip* que começou a ser implementado em 1997 (Fonte: Livro A Criança e a Violência na Mídia, 1999).

Uma das mais importantes contribuições nesse sentido deve-se à atuação da Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), organização não governamental, criada em 1992, com o objetivo de contribuir com os meios de comunicação para a inserção de temas relevantes para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no país. Essa agência analisa a cobertura da mídia sobre a infância e a adolescência e verifica como os temas estão sendo inseridos, apontando a prioridade de destaque para determinados temas sociais como a questão da violência. Em março de 2000 foi criada a Rede Andi Brasil, uma parceria de organismos de comunicação. Essa relevante iniciativa da Agência dos Direitos da Infância busca investir na formação de uma cultura jornalística que priorize as questões dos direitos da infância e adolescência brasileiras.

Outras organizações não governamentais vêm realizando um monitoramento da mídia brasileira. O Tver é uma entidade criada em 1998 e analisa as conseqüências e responsabilidades da televisão com relação à criança. Essa entidade é constituída por psicanalistas, psicólogos, educadores, jornalistas e advogados. O TV Bem é um Instituto de Defesa do Telespectador, criado em 1999 com o objetivo de mobilizar a sociedade para a reflexão e a análise da responsabilidade social e pública da televisão brasileira. Não se tem uma avaliação de impacto dessas organizações no sentido de aferir o seu papel na redução e prevenção da violência na mídia.

Embora essas iniciativas não se constituam propriamente em programas diretamente ligados à prevenção da violência na mídia, têm tido uma atuação voltada no sentido de regulamentar essa questão.

As Tvs Comunitárias também têm contribuído para dar visibilidade à realidade de violência nas comunidades dos grandes centros urbanos, produzindo sua própria programação para falar desse tema sob a ótica dos seus moradores.

O contexto da prevenção da violência na mídia sob a ótica da saúde

O principal órgão da saúde pública norte-americana, o Gabinete de Saúde Pública, em seu Relatório sobre o Impacto da Violência na Televisão no Crescimento, produzido em 1972, recomenda: (a) reduzir a quantidade de violência na mídia e o acesso de crianças a esses conteúdos, através de regulamentação da programação, a auto-regulamentação dos meios de comunicação e a advertência às imagens de violência; (b) encorajar e auxiliar os pais no monitoramento do acesso às mídias por seus filhos (ex: legislação dos *V-chip* e avisos classificando músicas e videogames); (c) educar pais e crianças sobre os potenciais riscos da violência na mídia e mostrar as alternativas dos programas educacionais; (d) dialogar com as crianças sobre o que elas assistem para tentar reduzir a possibilidade de elas imitarem o que vêem na mídia. O relatório do Comitê sobre Televisão desse órgão reconhece que existem poucas avaliações sistemáticas por parte do setor de saúde pública sobre medidas preventivas e sobre modelos de intervenções, apesar do extensivo corpo de pesquisas científicas já realizadas nos EUA. Embora os diversos programas de prevenção à violência na juventude tratem de fatores de risco e proteção à violência nesse grupo, pouca atenção tem sido dada ao papel da mídia naquele país.

No Canadá, o National Clearinghouse on Family Violence divulgou, em 1994, um documento sobre os efeitos da violência na mídia sobre as crianças, enfatizando o papel dos pais na mediação da relação televisão e público infantil. Algumas das recomendações desse documento são: a criação de rotinas, nas quais as crianças devem realizar outras atividades, limitando o tempo em frente à tv; a adequação de uma abordagem sobre a convivência com a tv à idade da criança e o diálogo sobre os valores positivos para um ambiente não agressivo.

O Guia Médico para a Violência na Mídia, da Associação Médica Americana é uma das iniciativas que vem orientando os profissionais de saúde de diversos países sobre os possíveis efeitos causados pelo excesso de exposição à mídia em crianças e adolescentes. Esse Guia relaciona os problemas biopsicossociais ocasionados por essa exposição, e recomenda a médicos e pais medidas específicas para prevenir os danos da violência na mídia tais como: controle do tempo de exposição em frente à tv; estímulo à prática de outras atividades, principalmente físicas etc.

Em recente publicação, a Academia Americana de Pediatria recomenda uma série de

medidas a serem tomadas por profissionais de saúde, pais, escola, comunidade, governo e os próprios meios de comunicação, de forma a intervir nos níveis de violência na televisão, nos videogames, nos filmes, na mídia impressa e nos clipes musicais. A Equipe de Recursos da Mídia da Academia Americana de Pediatria trabalha conjuntamente com a indústria de entretenimento no sentido de analisar roteiros e questões sobre a adequação do material a ser veiculado para crianças. Essa entidade desenvolveu tecnologias como *softwares* que objetivam evitar que certos materiais sejam acessados via computador. Essa abordagem tem restrições, pois necessita de habilidade dos pais para o uso desses *softwares* e não há um controle sobre outras ofertas *on-line* que burlam essas restrições. A Academia tem um papel importante na pressão aos meios de comunicação e recomenda sobretudo a parceria dos pediatras com profissionais de demais entidades de diversas áreas para a elaboração de uma agenda da saúde pública com relação à violência na mídia .

No Brasil, as políticas públicas do setor saúde voltadas para a prevenção da violência em geral ainda não estão totalmente estabelecidas e encontram-se em processo de definição de conceitos e estratégias que buscam superar a via estritamente assistencial. Algumas experiências novas, em nível local, vêm demonstrando que as ações dirigidas em conjunto com a família e a comunidade apresentam resultados positivos e perspectivas de redução de crimes e demais formas de violência. Porém, não existe uma política nacional de saúde que estabeleça limites para a violência na mídia e que crie uma relação contínua com os meios de comunicação para atuar na prevenção da violência.

Os meios de comunicação, por serem veículos de massa, são um dos principais setores da sociedade na divulgação e também na construção dos fatos sociais, cumprindo um papel de informar, denunciar e, muitas das vezes, investigar os eventos violentos. Para além dessas funções, mais recentemente, a mídia brasileira tem iniciado uma série de atividades no sentido de: (a) apoiar as campanhas institucionais com mensagens preventivas; (b) acolher os movimentos de vítimas da violência; (c) incorporar essa temática através do *merchandising* social nas novelas, trazendo para o debate público um questionamento sobre as formas de violência que afetam a nossa sociedade e indicando alguns serviços especializados no atendimento às vítimas de violência.

Nesse sentido, é inegável a condição estratégica dos meios de comunicação na prevenção da violência, tanto como espaços que ampliam as vozes da sociedade, quanto na circulação de mensagens orientadas para a valorização da vida.

Em termos de iniciativa estadual do poder público, em 1997, o governo do Rio Grande do Sul instituiu, a partir do Decreto nº 37.730, o Comitê de Estudos da Violência com representantes do Governo do Estado, da sociedade civil, da Secretaria de Justiça e Segurança. O objetivo do Comitê foi estabelecer medidas legislativas e buscar alternativas para a violência, através da atuação do Estado, da sociedade civil e das entidades não governamentais. O Comitê de Estudos da Violência organizou uma comissão para trabalhar a questão da violência na mídia. Um dos primeiros trabalhos dessa comissão foi a consolidação dos resultados de uma pesquisa sobre valores sociais e meios de comunicação, a pedido do Ministério da Justiça e da Unesco, e a tradução do Guia Médico sobre Violência na Mídia, autorizada pela Associação Médica Americana. Essa iniciativa contou com a participação de profissionais da área de saúde mental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Um único documento da Sociedade Brasileira de Pediatria, divulgado em 2001, refere-se à Promoção de Segurança da Criança e do Adolescente em relação à Mídia (TV, Internet). Nesse texto, o autor recomenda aos pais que estejam atentos aos hábitos de seus filhos de assistir à tv e usar a Internet, buscando limitar o tempo em frente a esses meios, estimular outras atividades de lazer, conhecer os programas a que os filhos assistem e ajudar a compreender o conteúdo que é veiculado. Essa iniciativa, porém, não tem como base estudos nacionais, como ocorre nos EUA e em outros países, e não se constitui em uma prática disseminada entre os pediatras brasileiros e demais profissionais de saúde.

São escassas as iniciativas locais de saúde, como os do Centro de Assistência ao Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, que tem um programa denominado Cine Adolescente, no qual os jovens escolhem um filme para assistir e depois conversam com os profissionais de saúde sobre os temas suscitados, como a violência na tela.

A questão da violência na mídia não faz parte das políticas do setor saúde no Brasil, de modo que se possa formular medidas preventivas de caráter oficial. Essa posição reflete, de certa forma, a naturalidade com que a própria sociedade aceita certas representações da mídia ou sub-representações que perpetuam a condição das minorias brasileiras.

Em síntese, os resultados desta tese apontam dados importantes da inter-relação dos adolescentes com a violência na mídia e também confirma outros aspectos evidenciados na literatura.

Do ponto de vista da literatura internacional e nacional:

- A literatura internacional sedimenta as bases teóricas e metodológicas do conhecimento sobre a questão da violência na mídia e seus efeitos na saúde de crianças e adolescentes. Como a grande maioria desses trabalhos foi realizada nos Estados Unidos e, em menor volume, em outros países centrais, esse conhecimento se refere ao contexto socioeconômico-cultural desses países. Esse fato impede a generalização e a comparação dos achados no contexto dos países latino-americanos, onde a pesquisa é extremamente escassa e a preocupação atual está centrada nos problemas da recepção das mensagens midiáticas. Em contrapartida, o conhecimento desse material é fundamental para o levantamento de hipóteses, e permite comparações dos elementos comuns, das especificidades e das diferenciações.
- A literatura nacional é incipiente, localizada e descontínua, não configurando um corpo de conhecimentos sobre a realidade brasileira. São raríssimos os trabalhos voltados para a relação da violência na mídia com os jovens. A maioria utiliza modelos de investigação dos países centrais, não apresentando metodologias próprias ao contexto específico. Há poucos trabalhos empíricos que investiguem as especificidades recomendadas pelos estudos internacionais. A escassez e a descontinuidade de pesquisas de âmbito nacional dificultam a percepção da problemática da violência na mídia pela área da saúde e, conseqüentemente, a formulação de propostas de intervenção e prevenção. Conclui-se que falta uma consciência pública da necessidade desse tipo de conhecimento que, no entanto, é

estratégico para a ação pedagógica. Hoje é impossível falar em educação sem referir-se às teorias, métodos e tecnologias de informação e comunicação.

Do ponto de vista da produção da informação sobre violência na mídia:

- A mídia impressa, de modo geral, e em especial, a que se dirige aos segmentos médios e altos da população do Rio de Janeiro: (a) mantém um padrão de produção de notícias conservador com relação aos jovens em conflito com lei, evidenciado nas marcas de seus discursos, e que vai além da explicação das restrições das linhas editoriais ou os donos das empresas de comunicação; (b) disponibiliza um espaço significativamente maior para o relato sensacionalista dos atos violentos praticados por esse grupo, em detrimento da informação sobre a magnitude da vitimização que sofrem; (c) reforça a concepção de que os delitos cometidos por esses jovens se devem a características individuais, independentes do contexto social e familiar; (d) subestima os direitos básicos dos jovens em conflito com a lei previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; (e) minimiza a dimensão do envolvimento de jovens dos estratos sociais mais altos em atos infracionais; (f) informa insuficientemente as alternativas de medidas socioeducativas e de prevenção à infração juvenil; (g) positivamente, quando apresenta a questão dos jovens em conflito com a lei com outras informações importantes para a compreensão do contexto da infração, provoca mudanças na percepção social do problema.

A violência na televisão comercial: (a) não se traduz somente na quantidade de cenas violentas na ficção e no jornalismo, mas se apresenta também nas formas de discriminação social, racial, sexual e de gênero, alternadas por mensagens de cunho pedagógico dirigidas aos jovens, criando um duplo sentido que prejudica a compreensão da violência; (b) cria generalizações sobre o comportamento dos jovens, representando-os antagonicamente como os do “bem” e os do “mal”; (c) no entanto, apesar de manter um nível expressivo de violência na programação, a televisão vem abrindo espaços para mensagens de prevenção e promoção da saúde dos jovens; (d) promove também uma ampla socialização de informações

essenciais que têm contribuído para o questionamento sobre as formas cronificadas de violência.

Do ponto de vista da recepção e do impacto das mensagens:

- A violência na mídia, principalmente na televisão: (a) apresenta uma inter-relação importante com o ambiente escolar, afetando o comportamento social dos jovens, principalmente quando a escola se localiza em comunidades violentas e os educadores não promovem o debate adequado sobre a questão; (b) interfere no convívio familiar, por um lado negativo quando estimula comportamentos consumistas e agressivos (imitação), instigando os conflitos geracionais que se confrontam com os valores transmitidos pela televisão. Por outro, mais positivo, quando suscita temas que facilitam o diálogo familiar; (c) as cenas de maus-tratos, tratamentos excludentes e imagens degradantes na mídia são interpretadas com desconforto e angústia pelos adolescentes e, ainda que de modo transitório, afetam sua condição biopsicossocial; (d) o modo como a mídia representa os adolescentes das camadas populares que vivem em comunidades pobres tem contribuído para a ação violenta da polícia contra esse grupo, incidindo sobremaneira nos dados de morbi-mortalidade por violência; (e) a mídia ignora aspectos importantes da identidade dos adolescentes, não conseguindo estabelecer um amplo reconhecimento desse grupo etário com a sua imagem representada; (f) a violência na mídia, paradoxalmente, tem servido de sinalização para os adolescentes que buscam, de algum modo, indicativos de prevenção na televisão, principalmente nos telejornais, ainda que reconheçam que as notícias sejam exageradas e distorcidas; (g) o modo de apropriação da violência na mídia pelos jovens sugere que a intervenção das instituições mediadoras tradicionais como a família e a escola é fundamental nessa relação. Entretanto, essas instituições necessitam ampliar a consciência sobre essa problemática.

Recomendações

- Investir em pesquisas sociais e epidemiológicas de âmbito nacional sobre a questão da violência na mídia e seu impacto na vida de crianças e adolescentes.
- Estimular o debate sobre o tema entre os profissionais de saúde que lidam com crianças, adolescentes e pais.
- Criar dinâmicas de discussão sobre a questão da violência com os jovens que freqüentam os serviços de saúde, utilizando as mídias tradicionais e as novas.
- Dialogar com os jovens e mostrar que atitudes morais, emocionais e intelectuais através do diálogo são capazes de solucionar conflitos e estabelecer um convívio social pacífico.
- Intercambiar informações sobre estratégias efetivas e contínuas de prevenção da violência junto a outras instituições que trabalham com o tema. Nesse sentido, a mídia deve ser vista também como uma aliada, não só pelo seu amplo poder de disseminação de informações, mas como co-produtora de novos sentidos para uma sociedade mais pacífica.
- Apoiar as iniciativas das escolas para trabalharem como mediadoras na reflexão dos conteúdos sobre a violência veiculados pelos meios de comunicação. O discernimento crítico sobre os conteúdos violentos midiáticos pode contribuir com a prevenção da violência no âmbito da saúde, da escola e da família.
- Desenvolver metodologias e modelos de intervenção para reduzir o conteúdo de violência na mídia.
- Apoiar a mídia na difusão das causas da violência e na criação de uma consciência pública sobre a questão.
- Encorajar a mídia para atuar na informação qualificada sobre vítimas, tipos, perfis e áreas mais afetadas pela violência, tanto pelos eventos que levam à morte quanto aquelas que deixam marcas nos corpos e nas mentes.

- Mostrar a urgência de um debate público sobre a real condição da juventude brasileira, inclusive a dos jovens em conflito com a lei.
- Incentivar o tratamento igualitário, na mídia, a todos os grupos étnicos.
- Apoiar a adequada divulgação de informações sobre a questão das drogas (legais e ilegais) e seu impacto na morbi-mortalidade por causas externas, como os acidentes de trânsito envolvendo jovens.
- Ajudar a mídia a informar a população sobre onde procurar orientações, grupos de auto-ajuda, emergências e apoio aos casos de violência.
- Apoiar o planejamento de estratégias de comunicação sobre prevenção à violência, que atendam aos contextos específicos de cada público-alvo, tendo em vista a extensão territorial e as diferenças regionais do país.
- Apoiar a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) junto à mídia, assim como outras ações de defesa dos direitos, compartilhando a responsabilidade do cumprimento dessa lei junto aos meios de comunicação, nas áreas da saúde, educação, segurança pública e demais setores da sociedade.
- Ajudar a mídia a informar a população sobre onde procurar orientações, grupos de auto-ajuda, emergências e apoio aos casos de violência.

7. BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S., 1995. Violência, ficção e realidade. In: *Sujeito: O lado oculto do receptor* (M. W. Souza), pp. 181-188, São Paulo: Brasiliense.
- AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS, 1992. Firearms and adolescents. *Pediatrics*, 89: 784-787.
- AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION, 1996. *Physician guide to media violence*. Chicago: American Medical Association.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 1993. *Violence and youth: Psychology's response - Summary Report of the American Psychological Association Commission on Violence and Youth*. v.1. Washington: American Psychological Association.
- ANDRÉ, C. & LELORD, F., 2003. *Auto-estima: Amar a si mesmo para conviver melhor*. Rio de Janeiro: Record/Nova Era.
- ARNALDO, C. A. & Finnström, A., 1999. Juventude e Comunicação. In: *A criança e a violência da mídia* (U. Carlsson & C. von Feilitzen, orgs.) pp. 39-46, São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- ASSIS, S. G., 1999. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: A vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- BAKHTIN, M., 1992. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BAKHTIN, M., 2000. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BANDURA, A., 1965. Influence of model's reinforcement contingencies on the acquisition of imitative responses. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1: 589-595.
- BAUDRILLARD, J., 1991. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BERKOWITZ, L., 1984. Some effects of thoughts on anti – and prosocial influences of media events: a cognitive-neoassociation analysis. *Psychological Bulletin*, 95: 410-427.
- BOULDING, E., 1981. Las Mujeres y la Violencia Social. In: *La Violência y sus Causas*. UNESCO. Paris.
- BOURDIEU, P., 1997. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRASIL. Ministério da Saúde, 1991. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Ministério da Saúde/Projeto Minha Gente.

- CANCLINI, N.G., 1999. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CARDIA, N., 1999. *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL, 1991. *Position papers from the Third National Injury Conference: Setting the National Agenda for Injury Control in the 1990s*. Washington, DC: Department of Health and Human Services.
- CENTERWALL, B.S., 1992a. Children, television, and violence. In: *Children and violence* (D.F.Schawrz, ed.), pp. 87-97, Columbus, OH: Ross Laboratories.
- CENTERWALL, B.S., 1992b. Television and violence: The scale of the problem and where to go from here. *Journal of the American Medical Association*, 267: 3059-3063.
- CENTRO DE ARTICULAÇÃO DAS POPULAÇÕES MARGINALIZADAS, 1993. *Pesquisa sobre Extermínio*. Rio de Janeiro: CEAP. (mimeo)
- CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 1999. *Avaliação do Convênio Uerj/Degase: Programa Pró-Adolescente - Ações Sócio-Educativas*. Rio de Janeiro: Claves. Relatório de Pesquisa.
- CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 2003. *Família: parceiras ou usuárias eventuais? Análise de serviços de atenção a famílias com dinâmicas de violência familiar contra crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: UNICEF/FIOCRUZ/CLAVES. Relatório de Pesquisa.
- COLONNESE, F., 1998. As interferências da mídia no processo de identificação do adolescente. In: *Adolescência: pelos caminhos da violência – a psicanálise na prática social* (D. L. Levisky, org.), pp. 161-172, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- COMSTOCK, G., 1991. *Television and American Child*. San Diego: Academic Press.
- DARRIBA, V & CASTRO, L. R., 1998. Construções identitárias e a busca da felicidade na cultura de consumo. In: *Infância e adolescência na cultura de consumo* (L. R. de Castro, org.), pp. 105-124, Rio de Janeiro: NAU Editora.
- DEBORD, G., 1997. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DIXON, T.L. & LINZ, D., 2000. Race and the misrepresentation of victimization on local television news. *Communication Research*, 27: 547-573.
- DOMENACH. J. M., 1981. La Violencia. In: *La Violencia e sus Causas*. UNESCO. Paris.

- DORFMAN, L.; WOODRUFF, K.; CHAVEL, W. V. & WALLACK, L. 1997. Youth and Violence on Local Television News in California. *American Journal of Public Health*. 87:1311-1316.
- DORIA FILHO, U. 2001. Promoção de Segurança da Criança e do Adolescente frente à Mídia (TV, Internet). [São Paulo], Departamento Científico de Segurança da Criança e do Adolescente. Sociedade Brasileira de Pediatria.
- FAIRCLOUGH, N., 1995. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold.
- FAIRCLOUGH, N., 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB.
- FISCHER, R. M. B., 1997. A mídia como espaço formativo do sujeito adolescente. *Veritas*, 42: 333-348.
- FOUCAULT, M., 2000. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, M., 1987. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GERBNER, G., 1992. Society's storyteller: How television creates the myths by which we live. *Media & Values*, 59/60: 8-9.
- GERBNER, G., MORGAN, M., & SIGNORELLI, N., 1994. *Television violence profile*. n. 16. Philadelphia: Annenberg School for Communication.
- GOULD, M.S. & SHAFFER, D., 1986. The impact of suicide in television movies. *New England Journal of Medicine*, 315: 690-694.
- GROEBEL, J., 1999. Estudo Global da UNESCO sobre Violência na Mídia. In: A criança e a violência na mídia (U. Carlsson & C. Von Feilitzen, orgs.), pp. 217-239, São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- GUEDES, O., 1998. Os estudos de recepção, etnografia e globalização. In: *Produção e recepção dos sentidos midiáticos* (A.A.C. Rubim; I.M.G. Bentz, & M.J. Pinto, orgs.), pp.107-118, Petrópolis: Editora Vozes.
- HALL, S., 2001. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HUESMANN, L. R., 1986. Psychological processes promoting the relation between exposure to media violence and aggressive behavior by the viewer. *Journal of Social Issues*, 42, 125-139.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2001. *Síntese de Indicadores Sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JAMESON, F., 2000. *A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática.

- LEVISKY, D. L. 1992. Aspectos do processo de identificação na sociedade atual. *Revista ABP-APAL*, 14 (1): 14-18.
- LYOTARD, J. F., 1987. *La Condición postmoderna*. Madrid: Catedra.
- MADEIRA, F. R. & RODRIGUES, E. M., 1998. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas* (E. Berquó, org.), Brasília: CNPq.
- MARTÍN-BARBERO, J., 1995. América Latina e os anos recentes: O estudo de recepção em comunicação social. In: de. *Sujeito: o lado oculto do receptor* (M.W. Sousa), pp.39-68, São Paulo: Brasiliense.
- MARTÍN-BARBERO, J., 2001. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- McALISTER, A., 2000. *La violencia juvenil en las Américas: estudios innovadores de investigación, diagnóstico y prevención*. Washington: Organización Panamericana de la Salud/Programa de Salud del Adolescente.
- MINAYO, M. C. S. (coord.). 1990. *Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.
- MINAYO, M. C. S. e SOUZA, E. R. de, 1998. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência e Saúde*. 4: 513-531.
- MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R.; NJAINE, K.; DESLANDES, S.F.; SILVA, M.F.P.; FRAGA, P.C.P.; GOMES, R.; ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J.J. & M.C.N., 1999. *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MINAYO, M.C.S., 1994. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes.
- MINAYO, M.C.S., 1992. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- BRASIL. Ministério da Saúde, 1999. *Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira: Construindo uma agenda nacional*. Brasília: MS.
- MORGAN, D. L., 1988. *Focus groups as qualitative research*. California: Sage Publications.
- MORIN, E., 1997. *Cultura de Massas no Século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- NATIONAL ACADEMY OF SCIENCE, 1993. *Understanding and preventing violence*. Washington, D.C.: National Academy Press.
- NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH, 1982. *Television and behavior: The years of scientific progress and implications for the eighties*. Washington, DC: Government Printing Office. Summary. Report, v.1
- NJAINÉ, K. & MINAYO, M.C.S. 2002. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em Regime de Privação de Liberdade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7: 285-297.
- NJAINÉ, K. & MINAYO, M.C.S. 2003. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 7: 119-134.
- NJAINÉ, K. & MINAYO, M.C.S. Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia. [a ser encaminhado para publicação].
- NJAINÉ, K. & MINAYO, M.C.S., A Violência na Mídia como tema da área da Saúde: revisão da literatura. [aceito para publicação na Revista Ciência e Saúde Coletiva].
- NOGUEIRA, R. S., 2001. A mídia na prevenção da violência: violência na mídia e mídia violenta. In: *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção: conhecendo, articulando, integrando e multiplicando* (David W. Levisky, org.), pp. 335-337, São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica.
- PHILLIPS, D.P. & CARSTENSEN, L.L., 1986. Clustering of teenage suicides after television news stories about suicide. *New England Journal of Medicine*, 315: 685-689.
- PINTO, M. J., 1994. *As marcas lingüísticas da enunciação: Esboço de uma gramática enunciativa do Português*. Rio de Janeiro: Numen.
- PINTO, M. J., 1999. *Comunicação e discurso: Introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores.
- POPE, P., 2000. Parcerias com a mídia para prevenir a violência doméstica. In: *A família ameaçada: Violência doméstica nas Américas*. (A. R. Morrison & M. L. Boeul, edits.), pp.185-192, Rio de Janeiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fundação Getúlio Vargas.
- ROBERTO, A. J. , MEYER, G., JOHNSON, A. J. & ATKIN, C. K., 2000. Using the extended parallel process model to prevent firearm injury and death: Field experiment results of a video-based intervention. *Journal of Communication*. 50: 157-175.

- RONDELLI, E., 1997. Mídia e Violência: Ação testemunha, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade. *Comunicação & Política*, 4: 141-160.
- SAMPER, J. S., 2000. O papel da televisão na repressão à violência. In: *A família ameaçada: Violência doméstica nas Américas*. (A. R. Morrison & M. L. Boeul, eds.), pp.193-200, Rio de Janeiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fundação Getúlio Vargas.
- SOARES, L. E., 1996. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SODRÉ, M., 1992. *O social irradiado: Violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez.
- SODRÉ, M., 1999. *Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes
- SOUSA, M. W., 1995. Recepção e Comunicação: a busca do sujeito. In: *Sujeito, o lado oculto do receptor* (M. W. Sousa, org.), pp. 13-38, São Paulo: Brasiliense.
- SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. & SILVA, C. M. F. P., 1997. Violência no Município do Rio de Janeiro, Brasil: Impacto e tendência da mortalidade de 10 a 14 anos. *Boletín da Organización Panamericana de la Salud*, v.1: 389-398.
- SOUZA, E. R.; REIS, A. C.; MINAYO, M. C. S; SANTANA, F. S.; MALAQUIAS, J. V. .2002. *Padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, 1980 a 2000*. [Ano II, nº 7, pp.1-7] Disponível em <<http://www.funasa.gov.br>>.
- STRASBURGER, V. C., 1999. *O Adolescente e a Mídia – Impacto Psicológico*. Artes Médicas: Porto Alegre.
- STRASBURGER, V.C., 1993. Adolescents and the media: Five crucial issues. *Adolescent Medicine: State of the Art Reviews*, 4: 479-493.
- SURGEON GENERAL'S SCIENTIFIC ADVISORY COMMITTEE ON TELEVISION AND SOCIAL BEHAVIOR., 1972. *Television and growing up: The impact of televised violence*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office.
- THOMPSON, J. B. 1995. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na Era dos Meios de Comunicação*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- UNICEF (Fundo das Nações para a Infância)/Fator OM, 2002. *A Voz dos Adolescentes*. Brasília: UNICEF.

- VERÓN, E., 1970. *Ideologia, estrutura & comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- VERÓN, E., 1978. Le hibou. In: *Communications*, 28, Paris, Seuil.
- VERÓN, E., 1980. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix/USP.
- VON FEILITZEN, C., 2002. Educação para a Mídia, participação infantil e democracia. In: *A Criança e a Mídia: Imagem, Educação, Participação*. (U. Carlsson. & C. von Feilitzen, orgs.), pp.19-35, São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- VON FEILITZEN, C., 1999. A Criança e a Violência na Tela - Introdução. In: *A Criança e Violência na Mídia* (U. Carlsson & C. von Feilitzen, orgs.), pp. 49-60, São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- WASELFISZ, J. J., 1998. *Mapa da violência: Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- WARTELLA, E., OLIVAREZ, A. & JENNINGS, N., 1999. A criança e a violência na televisão nos EUA. In: *A Criança e a Violência na Mídia*. (U. Carlsson & C. von Feilitzen, orgs.), pp.61-70, São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- WOLF, M., 2001. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- ZALUAR, A., 1994/1995. A ilusão dos jovens e o crime organizado. *Comunicação & Política - Mídia, Drogas e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Cebela, v.1., n.2, 231-250.